

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TRADIÇÃO CAMPONESA E MODERNIZAÇÃO
EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIA DOS COLONOS DO PERÍMETRO IRRIGADO DE
MORADA NOVA - CE

Ana Maria de Fátima Afonso Braga

Fortaleza

2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ana Maria de Fátima Afonso Braga

TRADIÇÃO CAMPONESA E MODERNIZAÇÃO
EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIA DOS COLONOS DO PERÍMETRO IRRIGADO DE
MORADA NOVA - CE

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de mestre em História Social à comissão julgadora da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação da Prof^a. Dra. Ivone Cordeiro Barbosa

Fortaleza

2003

Ana Maria de Fátima Afonso Braga

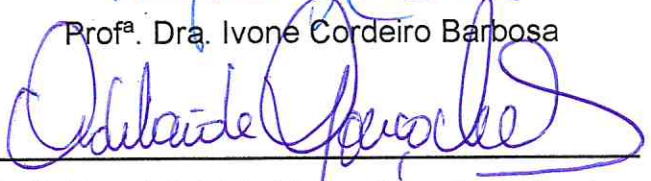
TRADIÇÃO CAMPONESA E MODERNIZAÇÃO
EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIA DOS COLONOS DO PERÍMETRO IRRIGADO DE
MORADA NOVA - CE

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em História Social no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, pela comissão examinadora formada pelas seguintes professoras:

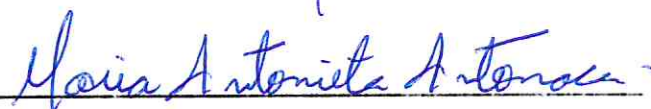
Banca Examinadora



Prof.ª. Dra. Ivone Cordeiro Barbosa



Prof.ª. Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira



Prof.ª. Dra. Maria Antonieta Antonacci

Aprovado em 28 de Abri de 2003

Universidade
carinho.

Deu graça e
colaboração, sugestões e
explicações de professores
do Ceará e Maria Antônia Antonia

Deu ajuda e gratia a
Fernanda, César Rios, Jaciara
Ferreira e José Roberto, de quem
sou devedor e com lembranças de

A Mariana Braga, meu
primeiro amor de alma e corpo.

A

Antônio e Jacy, *in memoriam*,
com os quais aprendi, desde
cedo, a conviver com as
contradições do rural e do
urbano

e aos meus filhos – Luciana, Thiago e
Pablo

AGRADECIMENTOS

O trabalho de pesquisa não se realiza sem a solidariedade de amigos, colegas e a compreensão dos que compartilham conosco o dia a dia. Por isso, desejo expressar os meus agradecimentos:

À professora Ivone Cordeiro Barbosa, pela dedicação, desprendimento, paciência e competência com que me incentivou percorrer essa caminhada provocando em mim, cada vez mais, a vontade de saber.

A Adelaide Gonçalves, pela amizade e incentivo nas horas difíceis. Nunca me faltou o seu apoio nessa trajetória que parecia não chegar ao fim.

Sou grata a Josiane, Ana Lúcia e Xisley, com quem compartilhei idéias e sonhos e a todos colegas da primeira turma do Mestrado em História Social da UFC, período "2000-2002.", pela convivência fraterna.

Aos professores do programa de pós-graduação: Eurípedes Funes, Frank Ribard, Frederico de Castro, Terezinha Queiroz e Sulamita Vieira.

Aos colegas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas agradeço pelas discussões profícuas sobre os primeiros anos de agricultura irrigada bem como, pela facilidade com que obtive a documentação necessária à este trabalho.

Agradeço aos funcionários do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, especialmente a Regina Jucá pela paciência e carinho.

Sou grata aos professores da banca examinadora pela leitura detalhada, sugestões e críticas deste trabalho. Honraram-me com suas arguições as professoras Adelaide Maria Gonçalves, da Universidade Federal do Ceará e Maria Antonieta Antonacci da Universidade de São Paulo.

Sou especialmente grata a José Ricarte, José Aladier, Maria José Fernandes, Oscar Rosa, Joaquim Hilário, José Thomaz de Aquino, Arino Raulino e José Esteves, os primeiros colonos de Morada Nova, que abriram suas casas e suas lembranças tornando possível este trabalho.

A Marinaldo Braga, mais que nunca, o companheiro querido dessa trajetória cheia de altos e baixos.

RESUMO

TRADIÇÃO CAMPONESA E MODERNIZAÇÃO EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIA DOS COLONOS DO PERÍMETRO IRRIGADO DE MORADA NOVA - CE

O trabalho de pesquisa trata das experiências e memória dos colonos do Perímetro Irrigado de Morada Nova. Inicialmente o sertanejo é visto no ambiente institucional pensado pelo Estado, no sentido de desenvolver uma agricultura irrigada. Em seguida são analisadas as memórias de oito irrigantes, pioneiros de Morada Nova, tendo como eixo principal os anos iniciais de suas vivências na agricultura moderna. Por último foram abordadas as experiências sociais construídas a partir das relações do trabalho com educação e disciplina construída nos perímetros públicos irrigados.

Palavras-chave: colono, experiência, memória, aprendizado

23

Modernization and Rural Tradition
Experiences and memory of colonists from irrigated perimeter of
morada nova

The research deals with experiences of irrigated perimeter colonists from Morada Nova. First of all, inlander is seen by the government in order to develop irrigated agriculture. Afterwards, the memories of eight irrigating pioneers from Morada Nova are analysed as the center of study the beginning years of their experiences in irrigated agriculture. At last, it was made an approach of social experiences built from labor relations with education and discipline introduced in public irrigated perimeters.

Main words: colonist, experience, memory, learning.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 9 |
| CAPÍTULO 1 – QUESTÃO AGRÁRIA E MODERNIZAÇÃO: A AÇÃO DO ESTADO..... | 23 |
| 1.1 O Percurso da Agricultura Irrigada no Semi-Arido Nordestino..... | 23 |
| 1.2 Os Trabalhadores Rurais do Semi-Árido no Discurso da Modernização.. | 43 |
| 1.3 A Ação Pública do Estado na Memória dos Colonos..... | 60 |
| CAPÍTULO 2 - TRADIÇÃO CAMPONESA E MODERNIZAÇÃO NO CAMPO: APROPRIAÇÃO/EXPROPRIAÇÃO..... | 67 |
| 2.1 Construindo Lembranças..... | 67 |
| 2.2 Novos Hábitos, Velhos Costumes..... | 92 |
| CAPÍTULO 3 – CULTURA CAMPONESA RESSIGNIFICADA?..... | 105 |
| 3.1 Trabalho e Educação..... | 105 |
| 3.2 Tempo e Disciplina nos Perímetros Irrigados..... | 121 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 136 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 143 |

INTRODUÇÃO

A idéia de fazer este trabalho com os colonos do perímetro irrigado, localizado no Município de Morada Nova, surgiu na época da extinção do DNOCS¹. Naquela ocasião, a Câmara Municipal de Morada Nova realizou audiência pública para debater uma proposta de reestruturação da Autarquia. O depoimento de vários colonos chamou-me a atenção para os graves problemas que eles passavam, o principal dos quais, é a falta d'água para a irrigação, seguido de falta de financiamento, de assistência técnica etc. Em conversa com alguns deles, percebi um pouco de suas angústias. Queixavam-se muito do abandono do Governo, que teria chegado até o auge, extinguindo o DNOCS. Esses depoimentos foram aguçando a minha curiosidade de entender melhor a experiência desses sertanejos que um dia sonharam com terra e água.

Tendo sido em Morada Nova o primeiro perímetro público, acreditei que os pioneiros da agricultura irrigada teriam acumulado uma experiência muito significativa. Então, foi em busca dessas vivências que me propus fazer esse trabalho, que é um esforço de abrir o passado desses atores para compreender os significados sociais de suas experiências, as quais estão sendo negadas pelo discurso oficial do *Estado mínimo*, segundo o qual, a agricultura irrigada só tem sentido se estiver dentro dos cânones neoliberais, ou seja, *de forma profissional, com visão empresarial, objetivando a inserção competitiva do agribusiness cearense nos mercados estratégicos*. O Governo do Estado do Ceará elegeu a irrigação empresarial como alvo preferencial dos investimentos públicos voltados para a agricultura. O discurso da década de 1970, *da conveniente absorção da excessiva oferta de mão-de-obra na região*², perdeu a sua eficácia, como podemos observar no programa da Secretaria da Agricultura Irrigada do Estado do Ceará:

Não se pode defender distributivismo dos fatores produtivos como pressupostos da assistência social. A agricultura irrigada é atividade produtiva,

¹ Em 02 de Janeiro de 1999 o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS foi extinto por Medida Provisória que foi revertida e, posteriormente, a Autarquia foi reestruturada através da Lei 10.204 de 22 de fevereiro de 2001.

² MINTER-DNOCS. Palestra do Diretor Geral do DNOCS, Engº José Osvaldo Pontes, na Comissão de Agricultura do Senado Federal. 1978. Brasília DF.

*que requer profissionalismo e visão empresarial...Não poderá ser tratada, como estratégia de assistência social*³

Nesse sentido, o que era considerado como a salvação do Nordeste pobre e atrasado, já que os perímetros irrigados estavam dentro da lógica desenvolvimentista, de uma agricultura moderna, agora o discurso neoliberal transforma em estratégia de *assistência social*.

A maré privatizante que invadiu o Estado brasileiro nesses últimos anos é implacável e tenta justificar de todas as maneiras a inviabilidade do pequeno produtor rural, haja vista a relutância em fazer a reforma agrária mesmo com a forte pressão exercida pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). O discurso modernizante da década de 1970 dá lugar à onda privatista implementada na década de 1990.

*A onda de privatização e o sopro das reformas liberais que dominam o país vem estimulando uma nova discussão sobre qual o destino destes projetos públicos no Ceará. Vale registrar algum esforço, como a concessão de certas áreas para a iniciativa privada, mesmo de forma incipiente.*⁴

Este discurso está sendo construído num momento em que há um forte interesse de desenvolver a fruticultura irrigada, capitaneada pelas empresas privadas,⁵ no segundo governo de Tasso Jereissati, acusado até pelas elites agrárias de ter esquecido do setor agrícola. A transferência da infra-estrutura de irrigação que o Estado do Ceará reivindica para si está relacionada a essa *onda de privatização* supracitada. Os projetos de irrigação, implantados a partir da década de 1970 sob a égide da colonização fazem parte de um passado que os gerentes do capitalismo neoliberal querem esquecer. No discurso oficial, o *deus* mercado é quem vai definir o destino das dezenas de famílias de irrigantes dos perímetros públicos, como podemos observar nos documentos do governo do Estado do Ceará:

³ Secretaria da Agricultura Irrigada. *Programa Cearense de Agricultura Irrigada* - Proceagri, Fortaleza. 1999.

⁴ MACEDO, Hypérides Pereira. *A Chuva e o chão na terra do sol*. São Paulo. Ed. Maltese. 1996.

⁵ O Novo Modelo de Irrigação, integrante do Programa Brasil em Ação do Governo Fernando Henrique Cardoso, estabelece como objetivo a promoção e consolidação do desenvolvimento sustentável de áreas irrigadas e irrigáveis, por meio de projetos e ações específicas que sejam: (i) indutores de co-inversão privada, (ii) geradores de emprego e renda, e (iii) promotores de exportação e/ou atendimento estratégico do mercado interno.

Os projetos de irrigação antigos (15.000 ha), serão recuperados e reestruturados em bases empresariais, as áreas novas (26.000 ha) serão licitadas para exploração rigorosamente de acordo com as regras do PROCEAGRI, objetivando a inserção competitiva do agronegócio cearense em mercados estratégicos e se situarão sob a égide da privatização⁶

Ao se referir aos projetos de irrigação antigos, o documento o faz utilizando a área física, não fazendo alusão ao número de famílias que vivem há mais de três décadas nos lotes irrigados. A preocupação central é com a capacidade de produção, com o lucro que possa advir da exploração da cultura irrigada que deve ser competitiva. O que interessa ao Estado, agora sintonizado com os ditames do capitalismo internacional nessa nova fase da economia, é o *agribusiness*, usando um termo mais apropriado ao mundo globalizado.

O DNOCS, por sua vez, faz uma releitura de sua atuação nos perímetros irrigados a partir das diretrizes do Novo Modelo de Irrigação, integrante do Programa Brasil em Ação, do Governo Federal⁷, implementado a partir de 1995.

Os colonos, também, reelaboram o discurso da competência, de modo a se precaverem de prejuízos e aborrecimentos futuros. O Sr. Oscar, um dos primeiros colonos de Morada Nova, já teve muitas experiências frustradas no plantio de culturas alheias aos seus costumes, sendo o caso mais emblemático o do tomate. A primeira safra obteve êxito, mas as outras deram enormes prejuízos aos colonos, pois não havia compradores e a perda foi total. Assim, ao mesmo tempo em que o colono procura incorporar o discurso da competência, ele se previne contra prejuízos futuros.

Olhe, o presidente (Fernando Henrique Cardoso)⁸ estava certo, porque ele disse que só quem fica no ramo é quem tivesse competência. E quem teve competência deu certo, agora quem não teve, tá caindo.

⁶ Secretaria de Agricultura Irrigada. Proceagri. Op. cit. pg. 23.

⁷ Dentro do programa *Brasil em Ação*, implementado pelo Governo Federal, o DNOCS desenvolveu o sub-programa *Novo Modelo de Irrigação*.

⁸ A fala do presidente Fernando Henrique Cardoso, de acordo com depoimento do Sr. Oscar está em um dos folhetos de propaganda do projeto que a Agência Nacional de Águas está desenvolvendo com os irrigantes.

Ao mesmo tempo em que o Sr. Oscar parece alinhar-se com o discurso oficial, da nova agricultura irrigada que deve ser competitiva, o que implica estar voltada para o mercado, na hora de escolher que cultura plantar, o colono usa de toda a astúcia. Ao ser indagado que cultura iria plantar, nessa nova fase em que os prováveis incentivos estarão direcionados para a fruticultura, o Sr. Oscar, antes de pronunciar-se, tentou explicar detalhadamente como seria o projeto da Agência Nacional de Águas (ANA) e o Projeto *Caminhos de Israel*.⁹

No programa da ANA é assim: para aquela hectara de fruta eu vou receber um kit de irrigação e as mudas. O governo encosta tudo ali. Agora os tratamento (cuidados com as plantas) eu já vou começar a tirar empréstimos em banco para trabalhar nas cultura. Vamos dizer, você é prantador de melão, aí você vai precisar de um horror de gente né? Porque precisa todo os dias tá virando aquele bicho, para ele ficar todo de uma cor, num ficar nada branco né? Hoje você vira prá cá, amanhã você vira prá lá. Mamão é mais fácil, o trabalho é saber embalar. Sendo prá tirar para fora, para exportação, tem de ter caixa, ter papel. É tudo enrolado num papel. A embalagem, pode até ser que agente arrume com o comprador. Agora já o projeto de Israel já é mais complicado. Porque segundo eu vejo dizer, ainda não tenho certeza, o Governo (do estado) faz o plano mas tudo é pago com o seu dinheiro. Aí, se você precisar ir ao banco, você tem que botar a avaliação dos seus bens, pro banco ter garantia.

Insisti na pergunta sobre que tipo de cultura o Sr. Oscar iria plantar. Antes de responder, porém, ele demonstrou a sua preocupação com os financiamentos bancários em troca de garantias. Para ele aquela era uma maneira de o Governo colocar o colono para fora. ... *eles ainda não disseram isso não que o povo fica com raiva, né? Mas eu acho que o governo quer botar os colonos para fora.*

O Sr. Oscar tem esperança de ser escolhido pelo projeto da ANA para ganhar o *kit* de irrigação e as mudas de frutas. Finalmente, disse que cultura escolheu para iniciar essa nova fase de agricultura irrigada:

Entre todas as culturas eu vou escolher a goiaba. Eu disse pró técnico. Porque é o menos trabalhoso e o mais aproveitado. Porque da goiaba você num perde nada, né? Você dá ao boi, dá ao porco e depois da goiaba crescida você pode

⁹ Depois de quase uma década de crise expressa na falência das cooperativas, na falta d'água, na falta de políticas públicas para a agricultura, na ausência de assistência técnica etc, o Governo do Estado do Ceará, através do Projeto Caminhos de Israel, e o Governo Federal, por intermédio da Agência Nacional de Águas (ANA), estão implementando projetos voltados para a fruticultura irrigada.

botar um cavalo, uma ovelha, uma coisa, no lote Já outra pranta, num posso né?

Esse depoimento sugere que o colono não quer arriscar o seu trabalho com esse novo projeto do Governo. Ele aponta várias destinações para a sua presumida produção de goiaba, mas em nenhuma delas, falou na sua comercialização. Certamente ele conta com a possibilidade de vendê-la para o mercado, mas as experiências com outras culturas perecíveis o obrigam a ser precavido. A safra perdida do tomate, *virando lama*, ainda está muito presente em suas lembranças.

A lógica que orienta as atitudes do Sr. Oscar é a da agricultura de subsistência, ou seja, se a venda para o mercado der certo, tudo bem! Mas o tal de mercado tem muitas vicissitudes, ainda mais se o comprador for estrangeiro. Então, até a cor das frutas têm de obedecer a certos padrões, como enfatizou o colono quando se referiu, anteriormente, à cultura do melão. A forma de embalagem, o teor de açúcar, o tamanho, a forma etc., todas essas exigências parecem muito complicadas para o colono, daí a sua opção pela goiaba: é uma fruta conhecida, que, segundo ele mesmo, não requer muitos cuidados; depois de crescida, a área ocupada pode ficar disponível à criação do gado, que parece ser a sua preocupação principal; se não houver quem compre a safra, ela pode ser aproveitada de várias maneiras, não havendo o risco de perda do seu trabalho. O pragmatismo do Sr. Oscar revela um espírito astucioso, é *um modo de proceder da criatividade cotidiana*, como diz Certeau.¹⁰ É uma nova leitura e conseqüentemente uma nova reapropriação desses projetos que estão em fase de implantação pelos Governos estadual e federal. Para ser aceito e ter acesso aos benefícios que os mesmos possam lhe trazer, (créditos, *kit* de irrigação, assistência técnica), ele precisa aceitar as regras e jogar no campo do outro, com a esperança de vez ou outra poder usufruir da bola, e, quem sabe, até fazer um gol, mas com a certeza de que jamais terá o controle das regras nem do campo. *Tem constantemente que*

¹⁰ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. 1. Artes de fazer. 5 ed. Petrópolis. Vozes. 2000. Pg.41.

*jogar com os acontecimentos para os transformar em "ocasiões".¹¹ O que o Sr. Oscar está fazendo é o que Certeau chama *metaforizar a ordem dominante*.*

Priorizando as memórias dos sertanejos, procurei recuperar os relatos de experiências, dos sonhos não realizados, das lutas frustradas, dos pequenos avanços e recuos dessa categoria de trabalhadores que se define como *colono*, mas que não existe *a priori* como uma categoria conceitual com feições predefinidas.

Nesse sentido, buscar a fala do irrigante nesse momento em que o Estado coloca a última pá de cal nos perímetros públicos de irrigação¹² é, de certa forma, uma tentativa de recuperar a memória dos camponeses que sonharam construir, com a suas famílias, um mundo mais seguro, livre talvez do fantasma das secas, tornando visíveis outros projetos de vida que ficaram obscurecidos pela onda liberalizante e privatista desses últimos anos.

Assim, falar da memória oficial do DNOCS sobre os perímetros de irrigação não é falar propriamente do irrigante, já que esse último é considerado acessório no processo de modernização agrícola que a instituição queria imprimir no semi-árido. É próprio das instituições construir uma memória sacralizada de suas ações numa tentativa de silenciar a voz dos vencidos. Constitui o intuito desse trabalho, inverter essa ordem de importância, ou seja, (re)compor uma memória a partir da experiência do irrigante, trazendo à tona o depoimento de vivências obscurecidas por uma racionalidade tecnicista imposta pelo Estado e aparentemente aceita pelos camponeses.

Assumir essa perspectiva levou-me a lidar com dimensões da vida dessas pessoas que os documentos oficiais nem sempre dão conta de registrar e, quando o fazem, é sob a óptica do poder, o que obriga o historiador a uma leitura palimpséstica, buscando nos textos dos relatórios das extensionistas sociais, por exemplo, o subtexto. Se esses materiais foram indícios preciosos

¹¹ CERTEAU, Michel de. Op. cit. p.46 O conceito de tática do autor inspirou-me a fazer essa análise. Para ele, a tática só tem por lugar o outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela, não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias.

¹² O conceito de perímetros públicos de irrigação é questionado, considerando que os lotes agrícolas e as unidades residenciais são privados, o que é público é a estrutura hídrica comum (canais, equipamentos, etc.).

para a minha reflexão, no entanto, é a memória dos irrigantes que se ergue como o documento, por excelência, para a compreensão das dimensões do vivido, na medida em que o cotidiano emerge como espaço social preñado de historicidade, uma vez que é nessa dimensão da vida que se cruzam vários eixos temporais, referidos às experiências concretas dos indivíduos e à percepção que têm delas e que permitem fazer o *resgate para a história de dimensões da vida que tiveram suas significações negadas e abandonadas pelas perspectivas racionalistas e objetivistas*¹³.

No entanto, não é meu objetivo substituir a memória oficial pela memória do irrigante, pois estaria cometendo o mesmo equívoco da sacralização dos atores sociais, mas tentar estabelecer um diálogo entre ambas, num trabalho próprio do historiador que é a crítica das fontes, tendo como pressuposto a quebra de hierarquia entre as falas dos sujeitos. Nessa perspectiva, a fala do irrigante é tão importante como a do técnico, pois a experiência de ambos vai delinear com maior propriedade como se constituíram os perímetros irrigados, as relações sociais estabelecidas no seu interior, as formas de sociabilidade desenvolvidas pelos seus atores sociais.

Como apreender as experiências dos colonos dos perímetros irrigados de Morada Nova, supondo-se que toda experiência humana é vivida num campo de lutas, onde interesses diversos estão em jogo? Percebi que a fonte oral é a mais apropriada para dar conta da problematização que envolve as experiências dos sertanejos nos perímetros de irrigação do DNOCS. Ninguém melhor do que o próprio colono para falar de suas experiências de trabalho no mundo tecnificado da agricultura irrigada.

Nesse sentido, o caminho trilhado na pesquisa foi muitas vezes redefinido pelas falas dos entrevistados. Antes das primeiras entrevistas com os colonos eu pensava que uma de suas preocupações principais fosse com a propriedade da terra que, depois de mais de trintas anos dos primeiros assentamentos, continua ainda com o DNOCS. Para minha surpresa, não fizeram nenhuma referência à terra, ressaltando em suas falas uma preocupação maior com a falta de condições para trabalhar em seus lotes, tais

¹³ BARBOSA, Ivone Cordeiro. A Experiência Humana e o Ato de Narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação, *Rev. Bras. de História*. São Paulo, . 17, nº 23. P.297. 1997.

como a falta de financiamento, de assistência técnica e a dificuldade de lidar com a comercialização. Essas constatações redirecionaram a pesquisa no sentido de buscar os significados da experiência da agricultura irrigada na prática social desses camponeses

Orde Dessa forma, espero contar a experiência dos colonos nos primeiros anos de agricultura irrigada. Esse retorno ao passado, através da fala do colono, possibilitou-me refazer as suas vivências, *não como realmente aconteceram*, mas, através do exercício da interpretação, elaborar uma compreensão desse passado que, embora perdido, situa-se no presente como uma questão não resolvida e, por isso, sempre aberto a novas interpretações.

Par O diálogo com as fontes possibilitou-me compreender quem são os colonos, como eles entendem a si mesmos e às suas lutas, enfim entender o processo de formação desses sertanejos frente a uma nova realidade, marcada por transformações no mundo do trabalho que repercutiram profundamente no seu modo de vida, no seu relacionamento com a família, com os seus pares, com os poderes públicos, com suas crenças, com a natureza etc.

ref Neste trabalho, foram priorizadas as fontes orais, por entender que a vida desses colonos é construída, essencialmente, nos eventos do cotidiano, valendo dizer que é através de suas memórias que eles tecem as suas histórias. Nesse sentido, o recurso metodológico da história oral foi o mais adequado na busca de escrever uma *História Social voltada para as experiências e os significados atribuídos por sujeitos históricos a suas lutas e vivências*¹⁴. Nessa perspectiva, fui à Morada Nova com a intenção de dialogar com os colonos.

Ao todo foram entrevistadas oito pessoas: sete colonos e a mulher de um deles. O critério de escolha recaiu sobre os mais antigos que se instalaram no Perímetro Irrigado de Morada Nova, na década de 1970, o primeiro a ser implantado no DNOCS, por entender serem eles que experimentaram, *em primeira mão*, todo o processo de mudança da agricultura tradicional para a agricultura irrigada. Entendo esse processo não apenas como uma mudança de técnica agrícola, mas como um refazer de vivências recriadas a partir de outra lógica, antagônica à tradição da cultura camponesa. Esse foi um dos

¹⁴ ANTONACCI, Maria Antonieta. *Atravessando o Atlântico*. Memórias de migrantes espanhóis no fazer-se de São Paulo. Trajetos. Revista de História da UFC. Fortaleza. Vol. 1. Nº 2. 2002.

pressupostos que orientou meu olhar para procurar perceber como formulam e expressam suas percepções desse processo.

Os colonos entrevistados vieram da zona rural de Morada Nova e Limoeiro do Norte. Seus nomes e referências serão apresentados segundo a ordem cronológica da primeira etapa das entrevistas, realizadas nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2001. A segunda etapa realizou-se nos dias 24 e 25 de janeiro de 2002.

José Ricarte, 53 anos, veio, junto com os pais e irmãos, morar no perímetro de irrigação no ano de 1970. No mesmo ano casou-se e, por ser filho de colono, conseguiu um lote que ficou livre depois da desistência de uma família. Têm quatro filhos: duas professoras, das quais mostrou ter grande orgulho, que moram em Morada Nova, um filho casado que trabalha de mototaxista e o mais novo, sendo ainda solteiro, o ajuda a cuidar de um *gadim*. Não quis revelar o número de cabeças. Tem uma pequena oficina de consertar bicicletas. Há vinte anos converteu-se em Testemunha de Jeová. Em seus relatos, o colono, de vez em quando, recorre à Bíblia como uma forma de reforçar os seus argumentos, fortemente marcados por princípios morais. Em várias passagens ele mostra aversão às bebidas e festas.

José Aladier, 58 anos, filho de um proprietário de terras desapropriado para a construção do perímetro. Veio morar no lote em 1970. Sofre de câncer na pele, o que o impede de trabalhar. Está aposentado e tem algumas vaquinhas que os filhos e netos ajudam a cuidar. Sua narrativa foi marcada por um tom de voz que transmitia angústia de não poder mais trabalhar. Sente-se abandonado pelo DNOCS, pelas autoridades e pela sorte.

Maria José Fernandes, 64 anos, esposa do Sr Raimundo Fernandes, de 74 anos, o primeiro colono a ser assentado. A conversa com a Sra. Maria José foi meio por acaso; a ausência do seu marido que se encontrava no lote mexendo nas fruteiras, possibilitou-me uma hora e meia de uma agradável conversa que só veio enriquecer este trabalho. O relato da experiência feminina sobre o novo mundo da agricultura irrigada contribuiu para um melhor entendimento das tensões vividas por homens e mulheres nos perímetros públicos.

Oscar Rosa tem 68 anos de nascido, mas nos seus documentos consta 69 anos. Trabalhava em terras de terceiros, pagando renda em produtos. Líder

sindical, ocupou vários cargos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morada Nova. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da referida entidade.

A primeira conversa com o Sr Oscar durou duas horas, e foi tão agradável que o passar do tempo só se fazia sentir quando o barulho do gravador indicava que era hora de mudar a fita. Falava com muito entusiasmo do seu pioneirismo, orgulhava-se de sua coragem de vir para um mundo que se anunciava tão diferente do seu mundo^a de agricultor em terras dos outros. A narrativa dos conflitos por ele vivenciados não estava somente no ato de falar, mas no jeito de movimentar as mãos, de dirigir o olhar para um lugar longínquo. Ao relatar os momentos de tensões, que foram muitos, sobressaía em sua face enrugada o brilho dos olhos, expressões inenarráveis, só possível de sentir.

A fluidez com que falava dispensava qualquer estímulo da minha parte. Ele dava o ritmo e o mote da conversa; envolvente em seus argumentos, não deixava espaço para formulações mais elaboradas da minha parte. Se tivesse tido oportunidade de fazê-las, talvez não houvesse obtido depoimentos tão ricos.

O Sr Oscar foi o único colono a ser entrevistado duas vezes. A primeira entrevista (25/04/2001) abriu espaço para fazer a segunda (25/01/2002), tão rica como a primeira. Na sua primeira entrevista, o colono preocupou-se mais em relatar os acontecimentos do seu passado. Sobressaíram em sua fala os momentos de tensões vividos nos primeiros anos de experiência com agricultura irrigada.

Por ser um ano seco, dada a impossibilidade de irrigar, o interesse do Sr Oscar era mais direcionado para o tempo passado. Na segunda entrevista, encontrei um colono cheio de esperança com a possibilidade de voltar a produzir, pois o inverno regular devolvia a vontade de fazer planos. O tema da nossa conversa disse respeito aos novos projetos implementados pelo Governo do Estado (o Projeto Caminhos de Israel) e pelo Governo federal, através da Agência Nacional de Águas (ANA).

Joaquim Hilário, 64 anos, nove filhos. Entrou para o perímetro em 1970. Antes de morar no perímetro, trabalhava nas terras do sogro, desapropriadas para instalação do Projeto de Morada Nova. Sua fala mostrava muita determinação, principalmente ao falar dos embates que havia tido com os

doutor do DNOCS. Não aceitava as novas técnicas sem questionar. Segundo ele, a sua experiência era o seu guia.

José Tomaz de Aquino, 68 anos, antes de vir para o perímetro (em 1970), trabalhava como meeiro, num lugar de nome Lajes, Município de Morada Nova. Trabalhou no desmatamento das terras para implantação do perímetro, bem como na construção de estradas, de canais de irrigação, casas de colonos etc. A sua experiência na construção do perímetro despertou-lhe muitas expectativas e curiosidade em saber como *aquele mundo* ia funcionar. Analfabeto, o Sr. José Thomaz gaba-se em ser muito bom em fazer contas, nunca ninguém o passou para trás. Segundo a Sra. Maria, sua esposa, que acompanhou toda a nossa conversa, *abaixo de Deus ninguém fazia contas melhor que ele*. Em compensação o colono, de vez em quando, gabava a esposa por ser uma pessoa que gostava muito de ler, estudou até a quarta série, quando teve o seu primeiro filho e interrompeu os estudos.

Arino Raulino, 55 anos. Depois que as terras do seu avô foram desapropriadas, ele teve oportunidade de ocupar um lote com a sua esposa. Não tem filhos. Se tivesse havido um prêmio de *irrigante-padrão*, provavelmente o Sr Arino o teria ganhado. Ocupou quase todos os cargos da cooperativa dos irrigantes de Morada Nova.

José Esteves Cavalcante, 65 anos, ingressou no perímetro em 1979. Antes da construção do perímetro, trabalhava em terras desapropriadas. Recebeu uma pequena indenização com a qual construiu uma casa de taipa, numa localidade próxima ao perímetro, chamada Vazante. Apesar de ser convidado pelos companheiros a inscrever-se no perímetro, não aceitou de imediato. Queria ver a experiência dos outros para enfrentar a nova vida. Em 1975 inscreveu-se, mas só surgiu vaga em 1979, quando o antigo colono foi expulso por mau comportamento, *parece que andou bulindo com a mulher de outro colono*. No início dos anos 1990, o Sr. José Esteves transferiu o lote agrícola por R\$10.000,00. Ficou com a casa e meio hectare de terras secas. Dos sete filhos, quatro são casados e dependem das aposentadorias dele e da sua esposa.

Iniciei a escolha dos entrevistados a partir de uma lista fornecida pelo DNOCS (2ª Diretoria Regional). Ao me dirigir para o Setor I¹⁵, soube que o irrigante escolhido, aleatoriamente, para começar as minhas entrevistas havia falecido há poucos dias. A contingência, companheira inseparável da história, se fazia presente através da morte do primeiro entrevistado que eu havia escolhido. Naquela mesma tarde entrevistei dois colonos que estavam na minha lista - o Sr José Esteve e o Sr. Aladier. O terceiro era o Sr. Raimundo Fernandes e o acaso mais uma vez atravessou o meu plano de pesquisa. A ausência do meu terceiro entrevistado propiciou-me uma longa conversa com a sua esposa, a Sra. Maria José, o que muito me ajudou na compreensão do mundo doméstico dos irrigantes. A partir daí, não liguei mais para a tal lista. Perguntei à Sra. Maria José o nome de colonos mais antigos e ela citou o nome do Sr Oscar Rosa, o meu quarto entrevistado. O Sr Oscar indicou-me o nome de Joaquim Hilário, Arino Raulino e José Thomaz de Aquino. Quanto ao Sr. José Esteves, tive oportunidade de conhecê-lo na reunião da AUDIPIN – Associação dos Usuários do Distrito de Irrigação do Perímetro de Morada Nova, conhecida também como Distrito das Águas. Sr José Esteves foi o único entrevistado que não entrou no início da década de 1970, pois seu ingresso como irrigante foi em 1979.

Esse trabalho foi muito gratificante, pois com ele tive oportunidade de alargar a compreensão sobre o mundo dos colonos que vivem nos perímetros públicos de irrigação do DNOCS. Minha experiência de técnica do Departamento acostumou-me a ler os acontecimentos com as razões da Instituição, muito embora, tendo sempre o cuidado de colocar as lentes da crítica, esta se limitava a procurar detectar as possíveis falhas das políticas de irrigação, do autoritarismo dos técnicos, da escolha inadequada dos tipos de produtos a serem cultivados, etc. Sem me dar conta, contribuía para reforçar a memória oficial que, em busca dos resultados custo-benefício, atribuía ao irrigante a culpa de sua falta de adaptação ao trabalho na agricultura irrigada.

Escrever a memória dos irrigantes, a partir de suas lembranças, significou construir um discurso diferente do discurso oficial produzido nos boletins técnicos do DNOCS ou mesmo nos trabalhos de avaliação de

¹⁵ Para o Setor I, foram os primeiros irrigantes do Perímetro e Morada Nova.

empresas de consultoria Tentei construir uma interpretação que desse conta da complexidade social dos perímetros públicos de irrigação, possibilitando uma leitura do presente, capaz de fazer com que *as experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas se reencontrem com a dimensão histórica*¹⁶, possibilitando que o irrigante tenha direito ao seu passado. Com esse propósito foi que realizei este trabalho, dividido em três capítulos.

O primeiro tem como objetivo situar o sertanejo no ambiente institucional pensado pelo Estado no sentido de desenvolver uma agricultura moderna. Traçar o percurso da agricultura irrigada permitiu entender as condições socioeconômicas que os⁸ sertanejos enfrentaram quando selecionados para ocupar um lote irrigado nos perímetros do DNOCS. Não significa dizer que essas estruturas definam, *a priori*, o comportamento, a luta, enfim, a história desses atores sociais. Essa análise certamente ajudará a delinear os contornos do mundo sistêmico do irrigante, sem o qual fica difícil vislumbrar o seu universo cultural e simbólico, já que este está em constante conflito com aquele.

Nesse sentido é que, neste primeiro módulo, a ênfase foi dada às condições históricas e institucionais em que ocorreu a implantação dos perímetros públicos irrigados, para em seguida perceber o trabalhador rural no discurso da modernização agrícola. A partir das premissas da modernização, o Estado vai executar suas ações no semi-árido de acordo com a sua concepção de um novo trabalhador rural. Assim, nos dois primeiros itens deste capítulo, foram utilizadas, principalmente, fontes historiográficas relacionadas ao contexto político e econômico, segundo as quais foram implantados os perímetros públicos de irrigação. Também de grande valia foram as fontes oficiais, como o GTDN, o primeiro e o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, os relatórios técnicos de consultorias, as fichas técnicas dos colonos, os relatórios produzidos pelos técnicos e extencionistas rurais etc.

Finalizando o primeiro capítulo, foi feita a análise de como o sertanejo vê as ações do Estado, de acordo com sua visão de mundo. A partir desse momento, as memórias dos irrigantes vão direcionar as análises.

¹⁶ PAOLI, Maria Célia e outros. *Cultura e Identidade Operária – Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora*. São Paulo: Marco Zero, 1987.

O segundo capítulo refere-se às memórias dos irrigantes. Minha intenção foi escrever as memórias dos primeiros irrigantes do Perímetro Irrigado de Morada Nova, tendo como eixo principal os anos iniciais de suas experiências na agricultura irrigada. No decorrer da pesquisa, percebi que as lembranças das pessoas não estão aprisionadas ao marco temporal planejado pelo pesquisador. Os relatos dos colonos, ricos em detalhes, são permeados por múltiplas temporalidades, em que as experiências são transformadas em representações sociais. Através das lembranças dos colonos, o tempo da agricultura em sequeiro se entrelaça com o tempo da agricultura irrigada, o que permite aflorar as tensões, as lutas dos irrigantes, suas derrotas e conquistas, aspectos estes difíceis de perceber nas fontes oficiais. Aos poucos, os relatos individuais vão desenhando modos de vida, tradições, visões de mundo.

O terceiro capítulo trata das experiências sociais construídas nos perímetros de irrigação no que diz respeito à relação do trabalho com a educação, por identificar ser esta uma das questões de maior importância, seja como processo escolar formal/institucional, seja como prática cultural, perspectiva tão cara à tradição camponesa. Nas falas dos colonos, pode-se observar um sentimento de perda cultural expresso, principalmente, na socialização das crianças. Para o Sr. Oscar, a escola toma o lugar dos pais na transmissão de valores e tradições tão caros à cultura camponesa.

Em seguida, a análise está centrada na concepção e uso do tempo na agricultura irrigada, bem como na disciplina, a princípio imposta pela nova ordem que o DNOCS tenta imprimir nos perímetros irrigados, mas depois apropriada, no sentido dado por Certeau¹⁷, pelos colonos.

¹⁷ CERTEAU, Michel de. Op. cit.

CAPÍTULO 1 – QUESTÃO AGRÁRIA E MODERNIZAÇÃO: A AÇÃO DO ESTADO

1.1 O Percurso da Agricultura Irrigada no Semi-Árido Nordestino

A idéia de usar as águas dos reservatórios públicos para irrigação remonta à primeira barragem pública construída no Nordeste: o açude Cedro¹, situado no Município de Quixadá-Ceará, cujo projeto elaborado em 1882 já apontava a possibilidade de irrigar as terras a sua jusante². Em meados da década de 1930, as águas do Cedro irrigaram 500 hectares de terras arrendadas a pequenos produtores rurais, como indica o ofício de um técnico da IFOCS³ para o Inspetor Federal de Obras Contra as Secas, dando conhecimento de uma tabela de preços para irrigação:

A taxa para irrigação foi baseada na dose de 10.000 m³ por hectare, por ano, admitindo-se uma classe única de cultura correspondentes à forragens, cereais e algodão. (...) Afim de facilitar o pagamento das taxas referentes em geral a pessoas de poucos recursos, julgo razoável que sejam cobradas sempre adiantadamente.⁴

A primeira experiência significativa em irrigação no âmbito do DNOCS, no entanto, ocorreu a partir de 1942,⁵ no Município de Souza, sertão paraibano. As águas do açude São Gonçalo irrigaram mais de mil hectares de terras privadas.

Essa experiência é valorizada pelos técnicos do DNOCS é apontada como responsável pelo crescimento da cidade de Sousa, como anota Guerra:

¹ LEAL, Maria do S. O. *O arrendamento no açude Cedro e a política de Açudes no DNOCS*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 1987.(p. 81-82). Em 1932 foi criada a Comissão Técnica de Reflorestamento e Postos Agrícolas no Nordeste, dando um novo impulso à irrigação. Coordenado por José Augusto Trindade, esse grupo foi transformado em 1945 em Serviço Agro-industrial e de Piscicultura do DNOCS. Nas décadas de 1940/50 foram criados os postos de irrigação localizados, principalmente, nos açudes públicos do DNOCS. É importante ressaltar que essas experiências tinham mais um caráter de experimentação técnico-científica do que de políticas públicas efetivas para o semi-árido. Estas só surgiram no final da década 1960 e início da de 1970.

² Terras a jusante são as que ficam abaixo do barramento do rio, e por isso propícia à irrigação.

³ Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) que, em 1945, foi transformada em DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas).

⁴ DNOCS. Ofício encaminhado ao Inspetor Federal de Obras Contra as Secas.

⁵ GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das Secas*. 2 ed. Fortaleza: DNOCS.1984.

Durante trinta anos, a irrigação foi realizada em suas terras e todos ganharam dinheiro. Cidades e capitais receberam arroz, frutas, e verduras de São Gonçalo. Souza colocou-se entre as dez cidades que mais cresciam no Brasil. (...) Os irrigantes privados permaneceram nas terras até a "nova ordem" em 1970, quando se deu a desapropriação total da área.⁶

Mesmo com todo o sucesso apontado por Guerra, a irrigação em Souza pode ser considerada como um episódio isolado, apesar de ser inovadora e dar bons resultados, ainda na década de 1940, por não se ter firmado como uma política efetiva para o semi-árido nordestino. Nessa época, as obras públicas implementadas no semi-árido tinham duas finalidades básicas⁷: a primeira, em períodos de seca, era criar frentes de serviços para evitar as migrações e os conflitos próprios de períodos de escassez de alimentos que provocavam os saques⁸, ao mesmo tempo que fixava o excedente estrutural de mão-de-obra,⁹ fundamental para a conservação do poder político e econômico dos coronéis; a segunda era construir açudes¹⁰ e estradas, equipamentos imprescindíveis para manter o complexo algodoeiro-pecuário, principal atividade produtiva do semi-árido nordestino.

Nesse sentido, não havia interesse das oligarquias em aplicar recursos na irrigação. O boi e o algodão necessitam de águas paradas, de modo que colocá-las em movimento para possibilitar a agricultura irrigada mobilizaria grande quantia de recursos e investimentos em energia (um hectare irrigado custa em média U\$10.000,00) e, de certa forma, haveria a necessidade de desapropriação das terras para a irrigação. Portanto, nas décadas de 1940 e 1950, as políticas agrícolas para o Nordeste não incluíram entre as suas prioridades a implementação da agricultura irrigada.

⁶ GUERRA, Paulo de Brito. Op. Cit.p. 113. O autor refere-se à desapropriação da área para construção do açude São Gonçalo, situado em Sousa - PB, em 1932. Depois da construção do açude, os desapropriados permaneceram em fazendas próximas, mas foram obrigados a sair no início da década de 1970 quando da construção e instalação do Perímetro Público de São Gonçalo, o primeiro da Paraíba.

⁷ MOREIRA, Raimundo. *O Nordeste Brasileiro: Uma Política Regional de Industrialização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978.

⁸ NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História – Saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro. Relume – Dumará. 2000.

⁹ FURTADO, Celso. In MOREIRA. *O Nordeste Brasileiro: Uma Política Regional de Industrialização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978 (p. 47).

¹⁰ O DNOCS construiu mais de seiscentos açudes em propriedades privadas os chamados açudes em cooperação.

A criação da SUDENE, em 1959, vem mudar o quadro da intervenção do Governo Federal na Região Nordeste. Os debates políticos que permearam a sua criação polarizaram as discussões entre os seus defensores, que diziam representar as *forças progressistas* as quais visavam à industrialização do Nordeste, de um lado, e do outro, os defensores do DNOCS, representantes das oligarquias agrárias¹¹. Esses últimos temiam a perda de poder político para as tais forças progressistas, ligadas ao capital industrial.

O debate sobre irrigação emerge no GTDN (Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste). Esse grupo, liderado pelo economista Celso Furtado, elaborou, em 1958, um diagnóstico para a região Nordeste intitulado: *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, cujo principal objetivo foi fazer

*... uma análise sucinta do problema que representa o Nordeste, no quadro do desenvolvimento econômico nacional, e um conjunto de recomendações concretas que, levadas à prática, poderão modificar os dados desse problema e encaminhar uma solução definitiva do mesmo*¹²

Os estudos indicaram que a *solução hidráulica*¹³ implementada pelo DNOCS em 50 anos de atuação no Polígono das Secas não atendia às necessidades da Região. A seca de 1958 atingiu 13% da população total da região, contra 9% da seca de 1932. É nesse contexto que emergem as discussões sobre o aproveitamento das águas represadas nos açudes públicos e a necessidade de implementar a irrigação no Nordeste semi-árido¹⁴,

¹¹Sobre o assunto, ver Francisco de Oliveira *Elegia para uma (Re)ligião* e Amélia CONH *Crise Regional e Planejamento*.

¹² BRASIL, SUDENE. *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*. Recife, 1978. (p. 9).

¹³ Os programas para o semi-árido deram sempre ênfase às obras de engenharia hidráulica. Atualmente permanece a preocupação com as obras hidráulicas (barragem do Castanhão e transposição do rio São Francisco).

¹⁴ É importante destacar que menos de 5% da área do semi-árido nordestino é irrigável, o que mostra as limitações dessa ação política no que se refere ao problema das secas. Nesse sentido, as políticas públicas para o semi-árido, após a criação da SUDENE, têm como pilar o incentivo à migração para resolver o problema do excedente da população do semi-árido. O Plano de Ação do GTDN apresenta como uma de suas diretrizes básicas "o deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida". Os governos militares, principalmente depois da seca de 1970, reforçaram suas ações no sentido de incentivar o deslocamento desse excedente populacional, desta vez, para a Região Amazônica e dentro da concepção da segurança nacional e integração regional.

como se pode observar em uma das diretrizes básicas do Plano da Ação de implementação da SUDENE:

- a) *intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;*
- b) *transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;*
- c) *transformação progressiva da economia das zonas semi - áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas;*
- d) *deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida¹⁵.*

Para implementar essas transformações na economia do semi-árido, em agosto de 1959, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei de irrigação que visava à *criação de uma classe de agricultores regantes de nível de vida suficientemente alto para que possam desempenhar sua complexa missão de interesse econômico e social*¹⁶.

A idéia embutida no GTDN e que deu origem ao mencionado documento era que a irrigação deveria estar voltada para a transformação da estrutura agrária, no sentido de transformar os latifúndios em propriedades rurais modernas, com a ajuda dos fundos públicos, criar um tipo de agricultor diferente; respaldado na técnica e na racionalidade do uso dos recursos

¹⁵ Brasil. Conselho do Desenvolvimento. GTDN - *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*. 3 ed. Recife, SUDENE, 1978. O GTDN descreve a economia do semi-árido da seguinte maneira: "Na fazenda típica da região, combinam-se criação e cultura de algodão mocó. Essas atividades destinam-se ao mercado e dão origem a um fluxo de renda monetária. A renda criada pela pecuária é apropriada em sua quase totalidade, pelo fazendeiro; a que provém do algodão mocó divide-se, quase sempre em partes iguais, entre o dono da terra e o cultivador. Para o trabalhador rural, importa menos a meação do algodão, que a agricultura de subsistência." (p. 63). Até a criação da SUDENE, a irrigação no semi-árido só esteve presente de forma isolada, como é o caso exemplificado acima. A discussão sobre a pertinência de uma irrigação mais sistemática ocorreu no Plano de Ação da SUDENE, que apontava para a necessidade de aproveitar as águas já represadas dos açudes para a irrigação, bem como para abertura de frentes de colonização em direção ao interior maranhense, e goiano e a outras regiões da periferia do Perímetro das secas.

¹⁶ COHN, Amélia. *Crise regional e Planejamento*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1976, p 147.

escassos: a terra e a água. Essas idéias fizeram parte da proposta de criação da SUDENE como derivada do projeto nacional desenvolvimentista, segundo o qual as diferenças de níveis de desenvolvimento do Nordeste em relação ao centro-sul constituíam o óbice mais forte a ser rompido para que a Nação se desenvolvesse. Para isso, o Governo Federal teve que redirecionar os seus investimentos para empreendimentos produtivos voltados para a industrialização e a transformação da agricultura tradicional em agricultura moderna, evitando, assim, o desperdício de recursos em gastos assistenciais, meros subsídios ao consumo, principalmente em tempos de seca.

As discussões sobre a criação da SUDENE polarizaram-se entre a oligarquia agrária nordestina beneficiária dos recursos federais, via DNOCS, e a burguesia industrial do centro-sul interessada em expandir os seus negócios para o Nordeste, via incentivos fiscais. A idéia era a criação de empresas agrícolas rentáveis, voltadas para a produção de alimentos para poder fazer face ao projeto de industrialização do Nordeste, que só poderia ser viabilizado com uma oferta de alimentos suficientes para manter baixos os investimentos com a força de trabalho. Assim, a agricultura transferiria renda para o setor industrial, via barateamento dos preços do alimento, e o Estado, dentre outras medidas, subsidiaria a agricultura através de investimentos de infra-estrutura, implementando a agricultura irrigada.

Nessa perspectiva, concretizou-se um redirecionamento dos investimentos do Estado no Nordeste semi-árido. A irrigação isolada em terras privadas a jusante dos açudes públicos deu lugar a uma política pública de irrigação que começou a ser implementada pelo DNOCS a partir da década de 1970.

Os projetos públicos de irrigação, tendo como objetivo o assentamento de gleba familiar, foram implementados pelos governos militares por meio de vários outros programas (PIN, PROTERRA, POLONORDESTE, Projeto Sertanejo), que se apresentavam com o objetivo de patrocinar a modernização na agricultura. Esses programas apareciam com uma roupagem sofisticada, anunciando um desenvolvimento pautado na *construção de uma sociedade*

*industrial nos trópicos*¹⁷, em que a agricultura do Nordeste teria de sair de seu estado de atraso para se atrelar ao carro-chefe da economia: o setor industrial.

Outro aspecto do modelo de desenvolvimento pregado pelos militares era que ele estaria condicionado à idéia de segurança nacional. Os movimentos sociais no campo, tendo como expressão máxima as *Ligas Camponesas*,¹⁸ na Zona da Mata pernambucana, haviam deixado os setores conservadores da sociedade brasileira em alerta. Mesmo esfacelada pelo braço forte dos governos militares, a idéia da luta pela terra era muito *perigosa*, havendo a necessidade de implementar medidas concretas que serviriam como força amortecedora dos conflitos no campo. Em lugar de uma reforma agrária, há muito tempo reivindicada por vários setores organizados da sociedade (sindicatos rurais, partidos políticos, ligas camponesas), o governo militar implementou o Estatuto da Terra, dando forma legal às bandeiras reivindicadas pelas esquerdas antes do golpe de 1964, e mantendo a perspectiva de afirmação da propriedade da terra, ao mesmo tempo em que mantinha o processo de reforma agrária sob seu controle. Segundo Martins¹⁹,

a despolíticação da questão fundiária e a exclusão política do campesinato das decisões sobre seus próprios interesses, redundam basicamente em restrições severas à cidadania dos trabalhadores do campo.
O governo procurou ajustar o problema da terra aos objetivos do desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, aos objetivos da segurança nacional, o que significou impedir ou dificultar o desdobramento político da luta pela terra.

É com a face da exclusão política dos camponeses que a *modernização conservadora*²⁰ se apresenta em relação à questão agrária, na medida em que não alterava a distribuição desigual da propriedade fundiária, remetendo o problema à questão econômica. O Estatuto da Terra foi o instrumento legal para a desapropriação de terras improdutivas, mas, sem pôr em risco a propriedade capitalista nem a empresa rural. Ao substituir o

¹⁷ Exposição do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, feita pelo ministro João Paulo dos Reis Veloso, na Comissão Mista do Congresso Nacional em 13-10-1971.

¹⁸ As Ligas Camponesas surgiram pela primeira vez no Engenho Galiléia, na Zona da Mata pernambucana; espalharam-se pelo Nordeste nas décadas de 1960 e 1970.

¹⁹ MARTINS, José de Souza. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*. Petrópolis: 2 ed. 1985. Vozes, p32-33

²⁰ Expressão utilizada por vários autores para denominar o tipo de modernização implementada pelos governos militares (Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira) caracterizada pelo crescimento econômico sem distribuição de renda e com a exclusão política dos trabalhadores.

Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4214, de 02/03/1963) pelo Estatuto da Terra (Lei 4.212, de 30.11.1964), a ditadura militar administrou a continuidade da estrutura fundiária, afastando, assim, o perigo de uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, com a eliminação, da cena política, dos protagonistas²¹ de outros projetos reformistas.

Tendo como estratégia a despolitização da questão agrária, pois se apresentava como um problema econômico, o Governo Médici implementa o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1ºPND) que, para o Nordeste semi-árido, representou o início dos perímetros públicos de irrigação. Assim, sem alterar a estrutura fundiária (pelo contrário, os dados permitem inferir que o número de famílias assentadas é inferior ao de famílias desalojadas na desapropriação de terras para irrigação²²), os projetos de irrigação têm como objetivo promover a modernização na Região por meio de técnicas de produção que visem ao mercado, mas que sirvam também de efeito demonstração entre os produtores rurais, através da disseminação e do estímulo a uma mentalidade empresarial e do consumo de insumos agrícolas.

Assim, a colonização levada adiante pelo DNOCS, por via dos perímetros de irrigação, estava dentro dessa concepção de reforma agrária às avessas, já que o número de assentamentos é inferior ao de desalojados. Isso ocorre, em parte, por causa das terras desapropriadas para os perímetros estarem localizados próximo às áreas onde se situam as fontes d'água, onde se concentra grande quantidade de pessoas, tanto proprietários de minifúndios como trabalhadores das médias e grandes fazendas.

Nesse contexto, foi implantado o Programa de Irrigação, como um instrumento de intervenção do Governo Federal no Nordeste, que objetivava viabilizar a agricultura irrigada e a pecuária, aproveitando as águas dos açudes públicos, bem como as do rio São Francisco. Assim, a agricultura irrigada se efetuará em dois contextos: o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) seria o executor de projetos de assentamento e de

²¹ Esses protagonistas eram os adeptos das reformas de base da época do presidente João Goulart, representantes dos trabalhistas, da esquerda.

²² BURSZTYN, Marcel. *O Poder dos Donos – Planejamento e Clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1984.

produção agrícola de tamanho familiar²³ e à SUVALE (Superintendência do Vale do São Francisco)²⁴ estava destinada a tarefa de instalar grandes empresas às margens do rio São Francisco, patrocinando a infra-estrutura necessária ao grande capital agroindustrial. Dessa forma, o Poder central promoveria a modernização agrícola na Região Nordeste, através de estímulos à produção para o mercado e à criação de uma mentalidade empresarial entre os pequenos produtores. Essas idéias estavam explicitadas no Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND)²⁵, elaborado pelo Governo Médici (1969-1974), que tinha como meta, irrigar cento e trinta mil hectares no quadriênio 1975-1979.

Dentro dessa perspectiva, os perímetros de irrigação atenderiam as exigências da modernização no campo preconizada pelos defensores do nacional-desenvolvimentismo. Com adoção de tecnologia moderna, a agricultura seria desenvolvida em combinação com a indústria (agroindústria) e o Nordeste semi-árido, pobre e atrasado, sairia da estagnação, aumentando o incremento de produção e da produtividade das terras irrigáveis, ofertando alimentos baratos para baixar os custos de reprodução da força de trabalho urbana, ao mesmo tempo em que difundiria técnicas modernas e o uso de insumos agrícolas no sertão nordestino.

Esse novo tipo de intervenção do DNOCS constituiu um marco na história da Autarquia, visto que, até então, suas ações estavam voltadas para reforçar a oligarquia algodoeira-pecuária²⁶ através da infra-estrutura hídrica (açudes, poços, barragens subterrâneas) e de comercialização (estradas, armazéns, aeroportos etc). Bursztyn registra a inovação dessa nova fase de intervenção do Governo Federal no Nordeste:

²³ O lote tem em média 5 ha, formado pelo *lote agrícola* e pelo *lote familiar*, este último é constituído de: casa de morada do irrigante, estábulo e um quintal que deveria ser transformado num pequeno pomar.

²⁴ A SUVALE foi, posteriormente, transformada em CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco).

²⁵ BRASIL, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. *1 Plano Nacional de Desenvolvimento*. PND.

²⁶ OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*, 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

*Contrariando à prática tradicional do DNOCS, que investia na construção de grandes açudes privados, a nova estratégia visava a ir muito mais além: se, anteriormente, o paternalismo do Estado se materializava através da simples socialização dos custos dos investimentos em infra-estrutura dos coronéis, atualmente o poder central procura também patrocinar a modernização capitalista da região, mediante estímulos à produção para o mercado e à criação de uma mentalidade empresarial entre os pequenos produtores*²⁷.

A espinha dorsal do modelo de irrigação pública, posto em prática pelo DNOCS na década de 1970, está fundamentada na lógica do mercado. Daí a necessidade de conceber uma nova mentalidade, de forma que, ao transformar a agricultura de subsistência em produtos dirigidos ao mercado, o bem-estar social viria como decorrência das transformações econômicas. Esse discurso proferido na década de 1970 e que tinha como um dos defensores o economista Antônio Delfim Neto, com a sua *Teoria do Bolo*²⁸, estava afinado com a memória que o DNOCS tentava preservar de suas ações. É por isso que os seus arquivos estão repletos de dados relacionados com a engenharia (açudes, poços, canais de irrigação, pontes, estradas etc) e com a economia (gráficos, tabelas, índices etc). O sertanejo aparece em forma de número, como *população-alvo, como flagelados, retirantes, cassacos*, desprovidos de uma identidade que não fosse aquela impressa pelo flagelo da seca, ou, escrevendo melhor, como as elites liam, interpretavam e intervinham na realidade.

É curioso observar que um dos documentos de avaliação mais crítico feito sobre os perímetros de irrigação, o Relatório ESPLAR - Estudo das Repercussões Sócio- econômicas do Projeto Morada Nova- não foi levado em consideração pelo DNOCS. Relegado ao esquecimento, não há nenhuma cópia do referido relatório na biblioteca da Autarquia. Alguns técnicos, mais antigos, sabem de sua existência mas não participaram de nenhuma discussão, sobre ele, depois de sua publicação em 1977. As críticas das novas gerações de servidores, a partir da década de 1990, quando acentuou a

²⁷ BURSZTYN, Marcel. *O Poder dos Donos*. Petrópolis: Vozes, 1984.

²⁸ A Teoria do Bolo consistia em fazer crescer o Produto Interno Bruto (PIB) do País para depois promover a distribuição de renda e os benefícios sociais.

pressão pela “emancipação”²⁹ dos perímetros, não trazia grandes novidades já que, em suas conclusões, os técnicos do ESPLAR já haviam detectado muitos dos problemas que hoje são discutidos, principalmente no que diz respeito a um certo autoritarismo do DNOCS.

O trabalho foi realizado através do convênio firmado entre a Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará, da SUDENE e do escritório do ESPLAR.³⁰ Referido trabalho objetivava identificar os principais efeitos socioeconômicos gerados pelo Projeto de Morada Nova, vale lembrar, a *menina dos olhos* do Governo, apresentado como modelo de sucesso de agricultura irrigada e de modernização no campo. O documento traz não somente dados e análises referentes à produção, comercialização e renda relacionados ao Perímetro Irrigado de Morada Nova, como também tem a ousadia de mergulhar no *universo ideológico* a partir da análise crítica do cooperativismo ali implementado.

Em suas conclusões, o Relatório – ESPLAR, depois de constatar alguns benefícios que o Projeto de Irrigação de Morada Nova trouxe para as famílias assentadas, *aponta as contradições entre os objetivos propostos pelo Projeto e a realidade que se vem delineando*³¹. Uma dessas contradições é que o deslocamento de pessoas das áreas desapropriadas é maior do que o número de assentados. Esse dado refuta qualquer tentativa de associar a

²⁹ Com base na Lei nº 6.662 de 25/06/1979, o DNOCS iniciou, em 1983, o Programa de Emancipação que constituiu, na época, tão-somente, o repasse de bens patrimoniais, como máquinas, implementos, veículos e imóveis. Com a criação do PRONI (Programa Nacional de Irrigação) em 1986, o DNOCS, a partir de 1991, extinguiu as gerências dos perímetros que eram dirigidas pelos seus técnicos e transferiu para as organizações de irrigantes as atividades de administração, operação e manutenção. Em 1997, com a criação do PRONID (Programa Nacional de Irrigação e Drenagem), o DNOCS implementa um novo programa de emancipação dos perímetros irrigados, o PROEMA, desta vez com novas orientações, priorizando, no processo, as ações educativas e organizacionais dos irrigantes, enfatizando a capacitação técnico - gerencial.

³⁰ O órgão executor do convênio foi a SEPLAN-CE. Número do Convênio: 84/76 – SUDENE/DDL/DC. Referido documento teve como uma de suas fontes principais as falas dos irrigantes, dos técnicos e administradores e da população urbana e rural de Limoeiro do Norte e Morada Nova, além dos dados fornecidos pelos registros do DNOCS (2ª Diretoria Regional).

³¹ ESPLAR – *Relatório – estudo das repercussões sócio econômicas do projeto Morada Nova*. Fortaleza. 1977. p 235 Os benefícios foram: *aumento da produção; maior circulação de riquezas; melhoria de qualidade de vida para a população inserida no Perímetro; desenvolvimento da infra-estrutura; implantação de uma maior e melhor rede escolar.*

política de irrigação com uma *reforma agrária*, reivindicação dos movimentos populares que antecederam ao golpe militar de 1964.³²

O desdobramento desse fato é que *cria, ao redor dos Perímetros, uma imensa área de gente marginalizada: não-aprovados para o Perímetro, ex-colonos, desapropriados sem recursos (...) não aumenta o número de proprietários de terras, de vez que o colono não tem a propriedade do seu lote.* Do ponto de vista técnico, as conclusões do documento elaborado pelo ESPLAR apontam para "indícios de decréscimo de rendimento físico das culturas, ocasionado por problemas de salinização, sistematização, tiorrica, e "terra cansada..."

A conclusão do ESPLAR, de que o projeto Morada Nova " *desloca muito mais pessoas do que consegue absorver*", choca-se com o discurso do oficial quando propala que, com a irrigação

espera o DNOCS não apenas contribuir para melhor distribuição das rendas regionais, senão também absorver percentagens crescentes de abundante mão-de-obra disponível, diminuindo a corrente migratória nos sentidos campo - centros urbanos, e Nordeste - outras regiões.

Seguramente, essa contradição entre as conclusões do ESPLAR e o discurso oficial foi uma das causas do *esquecimento* do referido relatório e a ausência de suas conclusões nas discussões técnicas sobre os perímetros irrigados. Fechado à crítica, o DNOCS, em plena década de 1970, não admitia questionamentos sobre o modelo de intervenção do Estado.

Aceitar as recomendações do ESPLAR significava assumir uma atitude de respeito à cultura camponesa, algo impensável na mentalidade cientificista do corpo técnico do DNOCS, para quem o sertanejo deveria se despir de todo o seu passado e transformar-se em irrigante, o que, vale dizer, obedecer cegamente os ditames da técnica. Nesse sentido, a tecnologia que poderia ser instrumento de transformação e libertação do homem do campo foi transformada, pelo modelo imposto pelo DNOCS, em camisa-de-força, numa

³² ESPLAR. Op. cit. p 236/7.

³² Ministério do Interior – DNOCS – *O Trabalho do DNOCS e o Programa de Irrigação no Nordeste Semi-Árido*. – Palestra proferida pelo engenheiro José Osvaldo Pontes, Diretor Geral do DNOCS, na Comissão de Agricultura do Senado federal, no dia 16 de maio de 1978, p 13.

atitude de desprezo à experiência do sertanejo acumulada ao longo de seu processo histórico. Essa prática, segundo o relatório,

não conseguiu, transmitir o estímulo a experiências modernizadoras, pela inibição ocasionada por dois fatores principais: a dependência de máquinas e insumos no Perímetro como solução única para o aumento da produtividade agrícola, e a maneira pela qual essa técnica lhe são impostas, desvalorizando toda a sua experiência empírica anterior em nome de um plantio "científico". O bom senso do agricultor fá-lo descrever desse "cientificismo" que "as veis num dá certo".³³

Ignorando os resultados apresentados no relatório do ESPLAR, o DNOCS encomendou outro estudo à empresa Antônio A. Noronha Serviços de Engenharia³⁴, intitulado *Avaliação de Resultados dos Perímetros de Irrigação*. Admitir as conclusões do relatório Esplar seria admitir erros na própria concepção original do projeto que se propunha ser um instrumento de fixação do homem no campo e de erradicação da pobreza do semi-árido. No que diz respeito aos problemas de produtividade das culturas, levar em consideração tais conclusões poderia pôr em dúvida a competência da Instituição e, conseqüentemente, dos seus técnicos.

A Avaliação da empresa A. Noronha centrou a sua análise no modelo de irrigação adotado pelo DNOCS no que diz respeito, principalmente, à reorganização das estruturas produtivas dos perímetros, terminando por indicar ajustes no Projeto, tais como: maior aproveitamento das áreas de sequeiros, no subaproveitamento das áreas irrigadas que só são cultivadas no verão, eliminação do subemprego sazonal, na medida em que o colono trabalhava uma média de 150 a 170 dias/ano, quando poderia trabalhar 270 dias/ano.

Quando o trabalho, ora referido, se refere a temas polêmicos como a expulsão de famílias em maior número do que o número de famílias assentadas, o documento da Antônio A Noronha dá a seguinte explicação:

³³ ESPLAR. Op. CIT. Pg 238.

³⁴ MINISTÉRIO DO INTERIOR/DNOCS/ Antônio A Noronha *Avaliação de Resultados dos Perímetros de Irrigação*. Fortaleza. 1979. Trabalho realizado através do contrato DNOCS/Antônio A Noronha Serviços de Engenharia S/A, nº PGE 02/78, envolvendo 21 perímetros em diferentes fases de implantação. Em 1981, através do contrato 07/79, foi realizado pela mesma empresa o **Replanejamento do Sistema de Irrigação**, desta feita cobrindo os perímetros irrigados já implantados num total de 18. Nos dois trabalhos, está incluído o Perímetro Irrigado de Morada Nova.

O tema da redução de emprego só é polêmico para os analistas desavisados; ou para os saudosistas e sentimentais. Toda "modernização" ocorre cumulativamente a um agravamento ou deterioração do sistema agrícola "tradicional", notadamente em termos de absorção quantitativa do fator trabalho. Isto é uma lei universal, que seria ridículo negar no Nordeste semi-árido. O desenvolvimento agrícola sempre impõe à sociedade agrária adaptações, ajustamentos, a diversos níveis, nas relações de produção preexistentes³⁵

Esta citação é uma forma de desqualificar as críticas feitas pelo documento do ESPLAR. Chamar de *lei universal* o que é fruto de relações econômicas, próprias de uma formação social, o capitalismo, é levar a análise para um determinismo perigoso. Ademais, se há leis universais, que necessidade há de o Estado intervir nas relações sociais de produção?

A análise do relatório Antônio A. Noronha está centrada no econômico, o social vêm como consequência do primeiro, os colonos são instrumentos de um "modelo" preestabelecido. Nesse sentido, o modelo de irrigação que o DNOCS deve adotar é *uma técnica, um método de viabilização dos estoques de terras do semi-árido como fator produtivo na agricultura*³⁶.

O modelo traz embutida uma concepção de cultura camponesa que deve ser substituída por outra cultura, centrada na técnica e nos conhecimentos científicos. Os problemas dos perímetros, segundo essa concepção, são atribuídos à incapacidade de adaptação e resistência ao novo por parte do colono. É preciso reeducá-lo, enquadrá-lo, não só no espaço do perímetro, mas no mundo da técnica, dos inseticidas e herbicidas. Segundo essa análise, o camponês é um objeto a ser trabalhado e modificado para que o empreendimento do Estado seja compensado com boas safras para o mercado.

As críticas que o trabalho de Antônio A. Noronha fez ao DNOCS estão na ausência da análise desse último em considerar os aspectos econômicos dos perímetros irrigados. Preocupado com os recursos hídricos e com as obras de engenharia hidráulica, os planos diretores e estudos de viabilidade que deram origem aos projetos de irrigação do DNOCS deixaram de lado o sistema de produção que, segundo essa análise, é o elemento estruturante da

³⁵ MINISTÉRIO DO INTERIOR/DNOCS/ Antônio A. Noronha. *Replanejamento do Sistema de Irrigação*. Fortaleza. 1980. Contrato nº PGE 07/79, p 335. vol II

³⁶ MINISTÉRIO DO INTERIOR/DNOCS/ Antônio A. Noronha Serviços de Engenharia S/A Op. cit. pg 333.

agricultura irrigada. Sobre os planos diretores e os estudos de viabilidade, assim se manifesta o documento então citado:

*Colocaram seu núcleo de atenção na tecnologia de captação, distribuição e aplicação de água ou na engenharia e instalação e infra-estrutura, desligando-se da compreensão de que a irrigação é um meio, e não um fim em si mesmo; a irrigação, objetivamente, é um método, e sob essa ótica, o perímetro é uma organização econômica cuja expectativa lhe dá a função de ruptura da agricultura tradicional, para removê-la e substituí-la por estruturas modernas de produção, circuitos de mercados e monetários, condições de investimentos com retorno "interno" ou simples "benefícios sociais"*³⁷

Se o DNOCS peca por excesso de tecnicismo a análise citada há pouco supervaloriza o econômico. Ele aparece como o elemento catalisador das mudanças propagandeadas pela modernização agrícola.³⁸ O aspecto cultural, ou seja, os ritos da economia agrária "tradicional" é um cenário a remover no Nordeste semi-árido³⁹. Nos trabalhos realizados pela Antônio A Noronha, apesar dos vários contatos mantidos com os irrigantes, suas falas aparecem mais para reforçar as concepções dos rumos que o DNOCS devem tomar, para que os perímetros de irrigação cumpram com eficiência e eficácia o que prescreve a política de implantação dos modelos de economia com irrigação".

*Principalmente porque o maior mérito dessa política não está, fora de dúvida, em eventuais êxitos restritos ao "interior" do perímetro, mas na irradiação "externa" desses êxitos para acionar rupturas e empuxos de mudanças sobre a economia agrária "tradicional."*⁴⁰

Este discurso traz uma carga muito forte de autoritarismo. Se o perímetro aparece apenas como um campo experimental de uma agricultura moderna, o colono é apenas um fator de produção, tal como o trator ou implemento agrícola qualquer. O que importava era o efeito demonstração para o público externo. Vendo por esse prisma, o modelo defendido por A Noronha

³⁷ Id. Ibidem. pg 75.

³⁸ Essa análise é compatível com a *Teoria do Bolo*, muito em voga na época. Simplificando, quer dizer que o crescimento econômico *por si* viabilizará melhor distribuição de renda, e esta uma diminuição das disparidades sociais e regionais.

³⁹ MINISTÉRIO DO INTERIOR/DNOCS/ Antônio A Noronha Serviço de Engenharia S/A .Op. Cit. pg 38. Volume I.

⁴⁰ MINISTÉRIO DO INTERIOR/DNOCS/ Antônio A Noronha. O referido documento é explícito nesse sentido: O Replanejamento se propõe a ser uma norma geral da Autarquia, consolidando as práticas válidas já em curso, e incorporando outras; a tornar normativos, uniformes, alguns procedimentos que hoje são adotados voluntariamente. Op. Cit. pg 03 vol I.

surtiu efeito. Depois de quase duas décadas, não há mais dúvidas de que os projetos de irrigação do DNOCS serviram de indutor de mudança de mentalidade de uma agricultura, dita tradicional, para uma moderna.

Atualmente, o discurso dominante argumenta que o homem do semi-árido não foi capaz de viabilizar a agricultura irrigada como uma atividade lucrativa. O novo modelo de irrigação indica que os investimentos públicos, nessa área, deverão ser direcionados para empreendimentos empresariais. A agricultura familiar, base dos perímetros públicos de irrigação, passa a ser criticada, o camponês passa a ser um problema, como se pode observar na fala que se segue proferida no final da década de 1990.

*A pouca cultura do camponês, a sua falta de vocação para a agricultura irrigada, o baixo nível de associativismo comprometeram o desenvolvimento dos projetos públicos que já padeciam dos males do paternalismo.*⁴¹

O discurso de Macedo (1996) confirma o Relatório A Noronha (1979), demonstrando a permanência do discurso oficial, que tem como base a desqualificação da família camponesa como alvo dos investimentos públicos de irrigação. Ou seja, o que está em jogo é uma concepção política que implica um modelo de Estado que prioriza o mercado.

O paternalismo⁴² de que nos fala Macedo refere-se a uma ordem social que se contrapõe à ordem moderna, na qual o associativismo, como uma relação horizontal, é típico. A presença do *paternalismo* nos projetos públicos de irrigação faz com que esses últimos não avancem para um tipo de organização racional, típica de uma sociedade moderna. A relação entre Estado e retirantes, ou flagelados, em tempos de seca, é marcada por esse paternalismo oficial que, de uma certa maneira, havia *contaminado* os perímetros de irrigação.

⁴¹ MACEDO, Hypérides Pereira de. *A Chuva e o Chão na Terra do Sol*, São Paulo: Maltese, 1996. Macedo foi Secretário de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (1994-2002), responsável pelo projeto de interligação de bacias dos reservatórios públicos, inédito no Nordeste e defensor de uma política de irrigação voltada principalmente para o setor empresarial, embora não descarte a possibilidade de compatibilizar os lotes empresariais com os lotes familiares.

⁴² THOMPSON. E.P. *Costumes em comum*. Op. Cit. pg 29. O autor considera o *paternalismo* como "um termo descritivo frouxo... Tende a apresentar um modelo da ordem social visto de cima. Tem implicações de calor humano e relações próximas que subentendem noções de valor. Confunde o real e o ideal" Ou seja, não pode ser empregado para definir um sistema de relações sociais, sem que seja contextualizado nas suas múltiplas determinações históricas.

A desqualificação que Macedo faz da cultura camponesa, relacionando-a a uma suposta *falta de vocação para agricultura irrigada*, é compartilhada pela maioria dos técnicos que dirigiram os perímetros irrigados do DNOCS. O saber técnico vai se sobrepor às experiências dos sertanejos de uma forma brutal, ocasionando os conflitos no seu mundo do trabalho, tornando tensa, difícil e, muitas vezes, improdutiva a relação entre camponeses e técnicos. O depoimento imediatamente anterior situa-nos um outro ponto, que é alvo das discussões dos técnicos do DNOCS: o conceito de irrigação pública.⁴³

Ao tratar dos perímetros de irrigação, a memória institucional, principalmente na última década (a memória institucional como toda memória modifica-se ao longo do tempo), dá ênfase exclusiva aos aspectos técnicos e econômicos, pois o social não aparece mais como o fator decisivo de direcionamento dos investimentos públicos. Só sobrevive quem for competitivo, e, já que o camponês não tem *vocação para uma agricultura moderna*, ele não será mais o beneficiado com os recursos públicos. Os irrigantes aparecem em relatórios cheios de números e percentagens, na busca de justificar investimentos e calcular os índices de produtividade das culturas irrigadas.

Nesse sentido, a memória que o DNOCS imprime ao irrigante é uma memória técnica fundamentada nos interesses da racionalidade capitalista. Embora na década de 1970, os técnicos do DNOCS tenham produzido uma gama muito grande de documentos sobre a vida cotidiana dos irrigantes, pois o momento político exigia intenso controle na vida dos camponeses, esse trabalho de orientação técnica e vigilância política não foi registrado nos

⁴³ A fala de Macedo remete, também, a um problema que há algum tempo vem sendo debatido no DNOCS, nas discussões sobre a sua reestruturação, que já duram mais de dez anos. O que é chamado de perímetros públicos é na realidade formado pela agricultura familiar em contraposição ao que é chamado de irrigação privada, destinada aos técnicos ou empresas privadas. Se levamos em conta a propriedade da terra em ambos os casos podem ser consideradas privadas, visto que as parcelas de terra cedidas aos colonos, em princípio por contrato de concessão de uso, lhes serão repassadas mediante pagamento, logo que eles cumpram um período probatório de dois anos. Assim constava nos contratos de compra e venda assinados pelos colonos e o DNOCS. O que está em jogo é mais uma desqualificação que se pretende fazer aos programas destinados aos produtores familiares. Para os defensores das políticas neoliberais, o Estado mínimo não comporta *investimentos sociais estéreis*; os processos de esvaziamento dos órgãos públicos e da privatização das empresas estatais que o digam. Nesse sentido, é importante identificar o lugar de quem fala e o porquê dessa memória do *fracasso dos projetos públicos*.

boletins anuais da Instituição⁴⁴, nem foram arquivados na sede da 2ª Diretoria Regional, sugerindo que o acompanhamento minucioso feito pelos extensionistas rurais tinha como único objetivo observar o comportamento do colono no sentido de que ele não compromettesse o “bom” andamento do projeto e não atrapalhasse a ordem social dentro deste.

Assim, era anotada toda a trajetória do irrigante, principalmente na sua fase experimental, correspondente aos dois primeiros anos de permanência no perímetro. Os irrigantes eram alvo de observações desde a sua conduta técnica com os instrumentos e insumos agrícolas até o seu comportamento moral, hábitos de higiene, discussões com vizinhos. É o que assinala o depoimento a seguir:

O Sr “X” é um colono irresponsável, cumpre as suas obrigações atrasadas, sendo, muitas vezes, alvo de reclamações em todos os setores. Tanto social como técnico. É péssimo pai de família. Tem muitas mulheres. Bebe muito e bate na mulher.”

Inscrição na ficha de um colono em Morada Nova⁴⁵

Ao procurar esses dados do cotidiano dos irrigantes visto pelos técnicos, não os encontrei nos arquivos da 2ª Diretoria Regional.⁴⁶ Fui informada por técnicos que acompanharam os irrigantes na década de 1970 de que, anualmente, eram feitos relatórios de acompanhamento dos colonos. No acervo de dados referentes ao Perímetro de Irrigação de Morada Nova, havia uma variedade de dados técnicos - plantas, cálculos e gráficos econômicos de engenharia etc, havendo me chamado à atenção algumas fotos anexadas aos relatórios das firmas de consultorias que davam destaque às estruturas de concreto como os canais de irrigação, as casas de bombas e as válvulas aspersoras.

Procurei uma foto com algum sinal de gente, tendo encontrado perdida uma fotografia de um possível irrigante segurando um enorme mamão que

⁴⁴ O DNOCS publica anualmente um boletim com dados referentes às suas ações no semi-árido.

⁴⁵ Cada colono tem uma ficha de acompanhamento técnico – social, que deve ser arquivada na sede do perímetro de irrigação. Na sede de Morada Nova, foram encontradas algumas fichas de colonos assentados na década de 1970, guardadas cuidadosamente por um servidor de nome Francisco Carlos.

⁴⁶ Segunda Diretoria Regional (2ª DR) é a unidade administrativa do DNOCS responsável pela operacionalização de suas ações no Estado do Ceará. A 1ª DR no Piauí, a 3ª DR em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas e a 4ª DR na Bahia e Sergipe.

cobria completamente o seu rosto. Essa foto ficou gravada em minha lembrança como representante da memória oficial dos perímetros de irrigação. O irrigante é apenas acessório, é uma peça a serviço do poderoso mercado. A mercadoria é a peça principal, é para ela que são dirigidas as verbas públicas (inclusive as verbas de publicidade)⁴⁷ e a atenção para com os registros, privilegiando os dados técnicos e econômicos. O discurso dos dirigentes do DNOCS, já na década de 1970 apontavam para a prioridade do aspecto econômico. O social era mero reflexo dos investimentos econômicos.⁴⁸

Presentemente volta-se o DNOCS para interferir no meio rural do Nordeste, visando a modernização das atividades agrícolas, prioritariamente através da irrigação. Busca-se assim, contribuir para a transição do atual estágio de culturas de subsistência, a um outro de eficiente e competitiva agricultura de mercado. Intenta-se, para alcançá-la o emprego dirigido à conveniente absorção da excessiva oferta de mão-de-obra na região.⁴⁹

Há algo de contraditório nesse discurso: a impossível combinação da modernização das atividades agrícolas e a conveniente absorção da excessiva oferta de mão-de-obra. Sabe-se que, historicamente, a modernização da agricultura é um processo de expulsão de mão-de-obra rural, que na Europa, principalmente, aconteceu simultaneamente com o desenvolvimento da indústria, absorvendo grande contingente das massas camponesas como operários das fábricas. No Brasil, a modernização conservadora, sem reforma agrária, esvaziou o campo e superpovoou as grandes e médias cidades, numa metamorfose perversa de favelização e depauperamento das populações oriundas da zona rural.

Um dos apelos mais presentes nos discursos dos técnicos do DNOCS, a partir da década de 1970, era a capacidade que os perímetros de irrigação

⁴⁷ O Governo do Estado do Ceará está veiculando na televisão um anúncio publicitário sobre os perímetros de irrigação que estão em fase de conclusão: O Baixo Acaraú (12.687 ha) e o Tabuleiro de Russas (14.508 ha). A ênfase é na irrigação empresarial voltada para a fruticultura; produção de rosas; o agricultor familiar.

⁴⁸ A fala do dirigente do DNOCS está perfeitamente de acordo com o modelo econômico então vigente, ou seja, a teoria do "bolo", segundo a qual o País precisa crescer para depois dividir os benefícios desse crescimento.

⁴⁹ MINTER-DNOCS, Palestra do Diretor Geral do DNOCS, José Oswaldo Pontes, na Comissão de Agricultura do Senado Federal, proferida em 1978. O artigo de SCHARZ, Alf. Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa. *Tempo Social. Revista Social.* Usp. São Paulo. 1990, mostra a incompatibilidade da cultura de subsistência e da modernização da agricultura.

tiveram de ocasionar empregos . Através de cálculos estatísticos⁵⁰, os vários documentos produzidos pelo Departamento apontavam para a importância dos perímetros na absorção da força de trabalho do sertanejo, como se pode observar nos registros de Gondim:

Os perímetros irrigados estão desempenhando um papel de alta significação na geração de empregos diretos e indiretos, proporcionando cargas de 2.400 horas/ano de trabalho por pessoa, em substituição ao regime atual de subemprego existente, cuja mão-de-obra trabalha, se tanto, 300 horas/ano.⁵¹

Note-se que a preocupação está centrada em aproveitar intensamente a força de trabalho como um fator de incremento do aumento da renda familiar do colono. Nesse sentido, as transformações no mundo do trabalho rural no semi-árido do Nordeste, a partir do processo de modernização no campo⁵², são analisadas, na maioria das vezes, tendo em vista os ganhos de produtividade, o aumento de renda, a arrecadação de impostos, a venda de bens de consumo etc., deixando de lado os aspectos culturais vivenciados pelos trabalhadores rurais, ou, quando os considera, aparecem apenas como acessório ou reflexo das relações econômicas. A idéia dominante era transformar o camponês em agente da acumulação, explorando a força de trabalho familiar sob a lógica do capital.

Do ponto de vista historiográfico, essas análises ajudam a entender o universo do campo brasileiro, bem como do campesinato no seu processo de *expropriação e violência*⁵³ provocado pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que se intensificou com a instalação da ditadura militar.(1964-1985). A partir de então, economistas, sociólogos, historiadores, cientistas políticos, críticos do regime militar, desenvolveram estudos sobre a modernização conservadora em curso no Brasil e em particular no Nordeste. As análises feitas sobre os perímetros irrigados estão marcadas por uma visão globalizante, ou seja, o campesinato é visto sempre como um trabalhador para o capital e os estudos sobre eles existem para detectar a sua forma de

⁵⁰ Os cálculos de emprego da mão-de-obra são feitos tomando como média os empregos diretos e indiretos, na relação de um para dois.

⁵¹ GONDIM, Joaquim Guedes Correia. *Reflexões sobre as Secas*. Recife, DNOCS, 1984. P60.

⁵² No semi-árido nordestino, esse processo acentuou-se na década de 1970 de acordo com Francisco de Oliveira (*Elegia para uma Re(li)gião*) e Marcel Burstin (*O Poder dos Donos*).

⁵³ MARTINS, José de Sousa. *Expropriação e Violência*.

inserção, a sua adaptação ou não às novas formas de subordinação do trabalho ao capital⁵⁴. Outras análises apontam para a impossibilidade de conciliar a produção agrícola familiar com o desenvolvimento do capitalismo, ou seja, com a modernização da agricultura, como acentua Schwarz⁵⁵, através de uma análise sistêmica :

No fundo de todo projeto coletivo de sociedade, de todo sistema vivo, encontra-se a procura da reprodução dos invariantes do sistema. Em um país em desenvolvimento ou recentemente industrializado, o Estado com sua burocracia do desenvolvimento e o mundo do agricultor tradicional pertencem a duas lógicas de reprodução diferentes.

Para o autor, a reprodução da agricultura familiar não ocorre nos moldes das relações mercantis. Em outros termos, as relações de trabalho obedecem a costumes familiares que têm como objetivo a segurança no sistema de reprodução física, técnica, econômica, social e cultural.

Enquanto isto, o Estado, ao implementar políticas públicas de modernização agrícola, tem como pressupostos a competitividade nacional e internacional, o que implica o aumento dos custos de produção (uso de herbicidas, inseticidas, pacotes tecnológicos etc...) com danos irreversíveis ao meio ambiente. A forma como a modernização agrícola penetra no campo acarretará a quebra das antigas relações de solidariedade bem como a destruição dos saberes tradicionais. Resumindo:

*a prática do desenvolvimento agrícola extravasa tensões e contradições múltiplas entre o Estado e os agricultores tradicionais. Na verdade, é bem raro que os pequenos agricultores e os tecno-burocratas da modernização agrícola estejam sintonizados no mesmo comprimento de ondas.*⁵⁶

Nesse sentido, a análise das falas dos colonos de Morada Nova me permitirá compreender os conflitos, muitas vezes surdos, que configuraram os primeiros anos de agricultura irrigada. Optando por uma análise das experiências cotidianas dos colonos, talvez eu possa sintonizar minha interpretação numa *história vista de baixo*.

⁵⁴ Ver o estudo de Célia Maria Freitas. Op.Cit.

⁵⁵ SCHWARZ, Alf.. Op. Cit. pg. 76.

⁵⁶ Ibidem. pg. 79.

1.2 Os Trabalhadores Rurais do Semi-Árido no Discurso da Modernização

Até a década de 1950, a relação entre o Estado e a massa de trabalhadores do semi-árido intensificava-se nos períodos de secas, através da distribuição de alimentos, num primeiro momento e, posteriormente, também, quando da construção de açudes, estradas, pontes etc. Tais obras fortaleciam a estrutura de poder dos latifundiários (coronéis), alicerçada na pecuária extensiva, lavoura do algodão e cultura de subsistência. Do ponto de vista político, reforçava o poder dos donos de terra, pois eram eles que indicavam os homens para os mais diversos postos das frentes de serviço das obras contra as secas.

No plano nacional, o Nordeste exerceu o papel de fornecedor das divisas para a economia através das exportações do açúcar (Zona da Mata) e do algodão (semi-árido) e, posteriormente, como fornecedor de mão-de-obra barata para o setor dinâmico da economia através das constantes migrações por causa das secas.⁵⁷ Nesse contexto, o trabalhador do semi-árido era visto tanto como flagelado que, necessitava da ajuda dos poderes públicos quando a natureza falhava na sua dádiva aquífera (e ela de vez em quando falhava), como mão-de-obra barata na construção da infra-estrutura necessária para reforçar a estrutura socioeconômica. Quando havia inverno, esse trabalhador não aparecia como preocupação das autoridades. A sua miséria presa ao latifúndio não incomodava os poderes públicos nem os moradores das cidades do Nordeste. Os comerciantes não se sentiam ameaçados. Os saques só ocorriam em época de seca. Assim, o inverno ocultava a miséria dos sertanejos, isolados nos latifúndios.

⁵⁷ COHN, Amélia. Crise Regional e Planejamento¹ – O processo de criação da SUDENE. São Paulo. Ed. Perspectiva. 1976. Pg: 40-41. A autora aborda a questão Nordeste no âmbito dos desníveis regionais, ou seja, analisa o Nordeste sob a óptica da Região-Problema. Nesse aspecto, a sua análise não se distancia dos documentos oficiais, principalmente do GTDN. Francisco de Oliveira dirige a atenção para a divisão regional do trabalho no Brasil do processo de acumulação do capital e de homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista do Brasil. Concorde com a análise de COHN sobre o processo político que norteou a criação da SUDENE.

Do lado da esquerda brasileira, notadamente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o campesinato ocupava um papel secundário na *revolução democrático-burguesa de caráter anti-feudal* e antiimperialista. Os agentes dessa revolução seriam a burguesia nacional e o proletariado urbano com o apoio dos camponeses. Tal revolução tinha um caráter desenvolvimentista e apontava o latifundismo e o imperialismo como os maiores obstáculos para a construção do socialismo. Para desenvolver o mercado interno era necessário o desenvolvimento das forças produtivas, em outras palavras, a modernização das relações de produção.

Assim, o campesinato nordestino, principalmente os que trabalhavam no semi-árido, não era considerado como agente de primeira linha, digo assim, para a consolidação da revolução burguesa que deveria anteceder a revolução socialista de acordo com o modelo de revolução adotado pelo PCB ao longo dos anos 1945-1964. O camponês nordestino, fortemente subordinado ao latifúndio, era mais um empecilho a ser vencido pelas forças da revolução democrático-burguesa. Nesse sentido, ele está mais ligado às forças conservadoras.⁵⁸ Essa noção dos camponeses como atrasados está presente em Marx, ao analisar a situação do campesinato francês no golpe de estado de Louis Bonaparte de 1851. Assim descreve o autor:

*o seu modo de produção isola-os uns dos outros, em vez de os levar a um intercâmbio mútuo. (...) O seu campo de produção, a parcela, não admite no seu cultivo nenhuma divisão do trabalho, nenhuma aplicação da ciência; não admite, portanto, nenhuma multiplicidade de desenvolvimento, nenhuma diversidade de talentos nenhuma riqueza de relações sociais. (...) Na medida em que subsiste entre os camponeses detentores de parcela uma conexão apenas local e a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não formam uma classe.*⁵⁹

⁵⁸ MARX, Karl. *18 de Brumário de Louis Bonaparte*. in Obras Escolhidas de Marx e Engels. Tomo I. Ed. Avante/Progresso. Lisboa 1982Pg. 502/503. O autor identifica, ainda, dois tipos de camponeses: o revolucionário que luta para sair de sua condição social de vida; a parcela, que, unindo-se às forças das cidades, o proletariado urbano, luta para derrubar a velha ordem; e o camponês conservador, aquele que luta pela sua parcela, sob a proteção da velha ordem, com suas superstições, preso ao passado.

⁵⁹ Ibidem. p. 502 – 503.

Nessa perspectiva, e dada a concepção das etapas do processo histórico, era necessário desenvolver as forças produtivas no campo, *remover os restos feudais*, enfim, estabelecer as relações capitalistas para que o País atingisse o estágio de domínio burguês, condição necessária para acontecer a revolução socialista. Nessas circunstâncias, o camponês do semi-árido nordestino, preso à economia de subsistência, certamente não era o protagonista principal do gradualismo revolucionário preconizado pelo Partido Comunista Brasileiro.

A partir da criação da SUDENE (1959), as políticas públicas para o Nordeste como um todo são repensadas tendo como eixo a industrialização e a modernização da agricultura.⁶⁰ Pelo fato de o *Nordeste subdesenvolvido* na época constituir um atraso para o desenvolvimento nacional, houve um redirecionamento da intervenção do Estado no semi-árido. O GTDN - *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*⁶¹ - documento que representa a certidão de nascimento da SUDENE, aponta para a transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas. Só assim seria possível elevar o nível de renda da Região, que se encontrava bastante defasado em relação ao Sul-Sudeste. Essas medidas implicariam uma nova organização das forças produtivas, no sentido de racionalizar o uso da terra, com tecnologias mais modernas. Elevar a produtividade significava reorganizar a produção através de técnicas modernas, com menor número de trabalhadores.

Sob a roupagem da melhoria de produtividade está a estratégia política de esvaziar as pressões no campo. O apelo econômico do GTDN era

⁶⁰ MOREIRA, Raimundo. *O Nordeste Brasileiro: uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1979. O autor estuda o crescimento das atividades industriais no Nordeste, a partir da década de 1960. O autor critica as teses que atribuem uma autonomia aos processos de desenvolvimento regionais.

⁶¹ BRASIL, SUDENE - Conselho de Desenvolvimento. GTDN - *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*. 3 ed. Recife, 1978. Tendo como a primeira meta tornar o Nordeste mais resistente às secas, o GTDN aponta como prioritária a expansão da fronteira agrícola para as terras úmidas maranhenses e goianas, bem como o uso mais racional da agricultura do semi-árido. Assim, os esforços devem ser direcionados para a modernização da agricultura do semi-árido e a redistribuição da mão-de-obra excedente para outras regiões. Não há uma preocupação com a distribuição de terras; a expansão da fronteira agrícola propugnada pelo GTDN está mais relacionada com o aumento da produtividade agrícola da região bem como com o aumento da oferta de alimentos.

de que: só através do planejamento seria possível alcançar melhor alocação dos recursos (terra, homem, capital) implicando, sobretudo, uma redefinição da relação do homem com a terra, pelo estímulo da migração da população sertaneja para os vales úmidos do Maranhão e Goiás, sob o sugestivo nome do deslocamento da fronteira agrícola. Na realidade a pretensão do GTDN era exercer um controle sobre esses fluxos migratórios, o que não é de todo novo, haja vista nos períodos de secas pretéritas essa estratégia já ter sido usada, tendo como exemplo emblemático *o soldado da borracha*.⁶²

O discurso institucional, transformando os flagelados em excedente populacional, aqueles que estavam sobrando, escondia o objetivo político maior, que era a tentativa de arrefecimento das lutas camponesas no campo. A formação das Ligas Camponesas⁶³ serviram de alerta geral, pois anunciavam a quebra da *pax agrariae* nordestina. Assim, sobre o argumento das desigualdades regionais, chama-se a atenção para o perigo do rompimento da unidade nacional.

Francisco de Oliveira no clássico *Elegia para uma Re(li)gião*, que tem como objetivo oferecer uma versão e uma interpretação da história econômica, social e política do Nordeste e do Brasil dos dias de criação da SUDENE⁶⁴, faz uma análise do planejamento como uma forma transformada do conflito de classes e, nesse cenário, é impossível isolar os agentes econômicos daqueles políticos e sociais. Na análise de Oliveira, os trabalhadores rurais aparecem como sujeitos históricos reconhecidos pelas elites como capazes de comprometer a unidade nacional. O autor descarta a análise que enfoca os desequilíbrios regionais, enfatizada por outros autores como Celso Furtado e Amélia Cohn, que centram as suas análises nos resultados das diferenças interregionais, enquanto o primeiro busca a compreensão dessas diferenças no processo de acumulação do capital e da homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista do Brasil. Essas duas vias explicativas

⁶² A migração de nordestinos para trabalhar nos seringais do Amazonas durante a 2ª Guerra Mundial.

⁶³ ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena História da Formação Social Brasileira*, 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Vozes. 1984. (1ª ed. em 1981).

⁶⁴ OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião – SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*. Ed. Paz e Terra. 3ª Ed. Rio de Janeiro. 1981. A análise do autor descarta o enfoque dos desequilíbrios regionais, relativiza o papel do planejamento, despindo-o da capa da neutralidade que o discurso político travestido de técnico às vezes tenta encobrir.

implicam diferentes posturas teóricas na compreensão do campesinato nordestino e a sua relação com as lutas política no Brasil.

Do ponto de vista das políticas públicas, notadamente nas metas da SUDENE, a agricultura irrigada surgia mais como possibilidade complementar do que como ação concreta de governo para solução dos problemas do sertanejo nordestino. A propalada modernização do semi-árido, que implicava também um conjunto de modificações nas relações do campesinato com a terra, com seus pares e com o Estado, bem como na nova relação que a agricultura deveria manter com a indústria (agroindústria), se concretizaria nos governos militares, a partir do início da década de 1970.

O contexto histórico da ditadura militar é marcado fortemente pela questão dos conflitos no campo. De acordo com Martins⁶⁵, *em parte, o golpe de 1964, foi feito para tirar as populações rurais das mãos das esquerdas*. No plano interno, as Ligas Camponesas haviam rompido com a *pax agrariae* desde 1955, enquanto a organização dos sindicatos rurais vinha-se intensificando a partir da década de 1960, influenciada pela Igreja Católica de um lado e pelo Partido Comunista, de outra parte.

No plano Internacional, a *guerra fria* dividia o mundo em comunistas e capitalistas. As revoluções socialistas: na Rússia (1917), na China (1949) e em Cuba (1959) tinham sido marcadas fortemente com a participação massiva dos camponesas, fazendo que os conflitos do campo assumissem dimensões de alerta máximo por parte dos militares que tomaram o poder no Brasil a partir de 1964, totalmente alinhados com os interesses norte-americanos na luta anticomunista.⁶⁶

Os governos militares tomaram várias medidas, todas elas tendo como eixo a doutrina da segurança nacional. Diferentemente do final da década de

⁶⁵ MARTINS, José de Sousa. *A Igreja face a Política Agrária do Estado*, in PAIVA, Vanilda. *Igreja e Questão Agrária*. Ed. Loyola. São Paulo. 1985. (p. 120).

⁶⁶ É importante enfatizar que a ação militar contra movimentos camponeses no Brasil sempre foi marcada por muita violência. Para ficarmos só com o período Republicano, lembremos as guerras de Canudos e do Contestado, A Revolta do Caldeirão, o esfacelamento das Ligas Camponesas, a perseguição aos religiosos que apoiavam a luta dos camponeses pela terra, o exagero da operação que massacrou a Guerrilha do Araguaia; ou seja, um exército de 5000 homens fortemente armados para combater menos de uma centena de guerrilheiros, e, mais recentemente, a repressão ao MST. Apesar das lutas camponesas não serem o objeto deste estudo, faz-se necessário situá-las para melhor compreensão do contexto histórico que marca o surgimento dos irrigantes, como uma categoria dos trabalhadores rurais, diferenciada.

1950⁶⁷, o perigo era constituído pela ameaça comunista, e a atitude dos governos militares associou ações violentas de repressão com medidas institucionais voltadas para controlar as pressões no campo. Tais medidas inicialmente estavam expressas no Estatuto da Terra que veio substituir o Estatuto do Trabalhador Rural, que não passou das discussões no âmbito das reformas de base do governo do Presidente João Goulart. No entanto, o detalhe do novo texto é a mudança do foco de reforma agrária para colonização agrícola, deslocando a atuação das agências de governo⁶⁸ das zonas de conflito para a promoção da ocupação do Território nacional e para as novas regiões de fronteira agrícola que se pretendia estimular em direção ao Centro-Oeste.

O governo militar implementou algo inimaginável no período anterior, que era utilizar os títulos da dívida agrária (TDAs) com os quais se pretendia remunerar as desapropriações de terra eventualmente realizadas para o cumprimento do programa. O depoimento de Martins sobre o Estatuto da Terra é esclarecedor :

*O Estatuto da Terra, no meu modo de ver, é basicamente uma proposta de munir o Estado de instrumentos que lhe permitam administrar os conflitos sociais no campo. (...) Mas para o governo o problema não estaria na existência do conflito, mas na sua manipulação por grupos políticos, pelos estranhos à realidade do campo, pelos "infiltrados", os "subversivos". O problema não é promover, quando for o caso, a redistribuição de terra, mas evitar que o problema da terra constitua mediações políticas que envolvam necessariamente uma redefinição do pacto político que sustenta o Estado.*⁶⁹

É nessa conjuntura que surgem os perímetros de irrigação do DNOCS. Sem deixar de lado o discurso modernizante, assumido pelo nacional – desenvolvimentismo, as ações para o Nordeste, agora, estão associadas à

⁶⁷ COHN, Amélia, em *Crise Regional e Planejamento*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1976. p. 103. *O Nordeste passa a se configurar como um problema de segurança nacional. A seca desse ano[de 1958]conjuntamente com o resultado das eleições, põe em evidencia a região como uma área explosiva, na medida que as tensões sociais tornavam cada vez mais agudas. As tensões sociais locais passam para primeiro plano, e a preocupação para com ela se traduziu em termos de serem concebidas como um perigo separatista, da região se desvincular do país.*

⁶⁸ A criação do Programa de Integração Nacional (PIN) e do PROTERRA, do INCRA, é de iniciativa do Governo, no já clássico estilo de lidar com os movimentos populares no Brasil, ou seja, " façamos a revolução antes que o povo a faça". E assim, os governos militares alardeavam que fariam a reforma agrária sem ferir os *sagrados direitos de propriedade e sem violência*.

⁶⁹ MARTINS. José de Sousa. Op. Cit. A Militarização da Questão Agrária.

segurança nacional, o discurso da região-problema (GTDN) é substituído pelo discurso da integração nacional.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento, feito depois da seca de 1970,⁷⁰ deixa muito claro esses objetivos da construção do *Brasil Grande Potência*, reservando um novo papel e tratamento fiscal privilegiado para as regiões Norte e Nordeste que, a partir de então, teriam de se alinhar com o novo paradigma que era o desenvolvimento regional integrado.⁷¹ Nesse contexto, o sertanejo passa a ser um homem que deve migrar para povoar a Amazônia, protegê-la da cobiça internacional.

O primeiro programa de impacto do governo Médici para o Nordeste semi-árido foi o Programa de Integração Nacional (PIN) que previa, entre outras ações⁷², o Plano de Irrigação do Nordeste, com financiamentos assegurados pelos recursos do PIN e PROTERRA (Programa de Redistribuição e de Estímulo à Agricultura do Norte e Nordeste). Os projetos de irrigação receberiam recursos de ambos. O PIN, segundo Bursztyn,

... parecia inspirar-se em pontos levantados pelo GTDN, ao propor que o excedente de mão-de-obra nordestina deveria ser canalizado rumo à Amazônia, onde o Estado procurava organizar uma nova zona de expansão e o trabalho era ainda em fator mais escasso. Mais uma vez procurava-se viabilizar um aumento de produção agrícola evitando-se, ao mesmo tempo, tocar na estrutura agrária⁷³

Os perímetros de irrigação do DNOCS surgiram com o Estado promotor do desenvolvimento e da segurança nacional, *segurança* essa que ainda estava sob ameaça; era preciso livrar as massas camponesas dos elementos *estranhos* aos seus problemas. Afora a repressão violenta, como são sempre tratados os movimentos dos trabalhadores no Brasil, os militares também voltaram as suas ações para medidas institucionais. Afastada a possibilidade

⁷⁰ O presidente Médici visitou os flagelados da seca de 1970, depois fez um dramático discurso na SUDENE, na 25ª Reunião Extraordinária do seu Conselho Deliberativo. Ainda em 1970 criou o Programa de Integração Nacional.

⁷¹ A criação da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) pelos militares é um indício de que a ocupação dessa região é estratégica para a política da segurança nacional.

⁷² CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. *O Nordeste e o Regime Autoritário*. São Paulo: Ed. HUCITEC-SUDENE, 1987. (p. 157) Os outros projetos prioritários do governo Médici eram: a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, o aproveitamento das áreas marginais dessas estradas para a instalação de projetos de colonização e o aproveitamento dos vales úmidos do Nordeste."

⁷³ BURSZTYN, Marcel. Op. cit. pg.27.

de uma reforma agrária que tivesse como *ponto de partida e de união de todas as forças sociais que formulam um projeto de desenvolvimento econômico e político*⁷⁴, os governos militares implementam uma série de medidas relacionadas à colonização, esvaziando, assim, o conteúdo político do qual se revestia a questão agrária no País. Desse modo, é que se pode entender a organização dos perímetros irrigados da forma como eles foram implantados na década de 1970, os seus mecanismos de vigilância e punição.

Ao DNOCS coube construir e administrar os projetos de assentamento e de produção agrícola de tamanho familiar. Aproveitando os seus açudes públicos, desapropriou as terras vizinhas que foram destinadas aos perímetros públicos de irrigação, ou seja, aqueles cuja infra-estrutura de irrigação é projetada, implantada e operada, direta ou indiretamente, pelos poderes públicos. O Sr. Oscar registra a mudança de cenário com a implantação dos perímetros irrigados. *Aqui era coberto só de carnaúba e hoje é só coberto de feijão e arroz.*

O Projeto foi dividido em perímetros ou setores, com núcleos habitacionais, tendo uma infra-estrutura escolar, de armazenamento, água e eletrificação. A distância máxima dos lotes habitacionais aos lotes agrícolas é de 2 km.

Em 1970, o DNOCS implementa a sua política de irrigação, visando a transformar o camponês tradicional em *agente do desenvolvimento econômico e social*⁷⁵. Para tanto, deveria adotar tecnologias modernas, elaboradas segundo os padrões técnicos e científicos, transformando, assim, as unidades familiares camponesas em produtores capitalistas. Assim, é que o DNOCS se propõe remover, segundo os cânones da época, uma estrutura arcaica de produção do tipo de subsistência, substituindo-a por uma economia de mercado, estável, capaz de funcionar como pólo de desenvolvimento, *proporcionando impulso de modernização sobre a sua periferia*⁷⁶

⁷⁴ CARVALHO, Abdias Vilar. Reforma agrária: *União e Cisão no Bloco Agrário - Industrial*. In ARAÚJO, Braz José.(org) Reflexões sobre a Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1979. (p. 171). O autor parte da hipótese de que *a questão da democracia no Brasil passa pela questão agrária, e pela questão nordeste*. Mas com o golpe de 1964, o que está em jogo não é a questão da democracia e sim a segurança nacional.

⁷⁵ MINTER/DNOCS. *Projeto de Irrigação de Morada Nova*. Fortaleza. 1969.

⁷⁶ GONDIM, Joaquim Guedes Correa. *REFLEXÕES SOBRE AS SECAS* Recife: DNOCS. 1984. PG 60.

O DNOCS administrava os perímetros de forma a restringir ao máximo a participação dos colonos. O gerente do perímetro, um técnico do Departamento, executava as decisões determinadas pelos seus superiores em vez de encaminhar as decisões tomadas pelo Conselho de Administração da Cooperativa. É interessante observar a forma como os colonos percebiam a Cooperativa. Geralmente a consideravam como algo externo ao seu universo. Como se pode observar na fala do Sr. Oscar, quando de uma reunião de avaliação do Perímetro Irrigado de Morada Nova, na Diocese de Limoeiro do Norte, no início da década de 1970.

Vocês diz que a cooperativa é nossa. Como é que é nossa, hem? Nois num tem direito a nada lá dentro. Eles dizem que nós pode pegar aqueles papéis e olhar como é que tá. Mas, vá um de nois pegar num daqueles livros prá ver uma coisa? Olhe, senhor Bispo, para completar, até a semana passada, na cooperativa, os portões eram abertos. Pelo menos a gente andava por dentro. Agora, botaram uns portões de ferro e um buraquinho do lado da janela. Nós fica tudo do lado de fora. Para receber os nossos trocados a gente mete a mão naquele buraco. Nós num tem direito nem de entrãr lá dentro. Como é que é nossa hem?⁷⁷

A Cooperativa que, supostamente seria a instituição que aglutinaria os interesses dos colonos frente ao DNOCS, é reconhecida por eles como um *locus* de conflitos e de insatisfação. A decisão de formar cooperativas não partiu dos colonos mas do Departamento, que a considerava como solução viável para todos os problemas econômico-administrativos que surgissem no Projeto.

A forma autoritária do DNOCS⁷⁸ na administração dos perímetros irrigados está presente, tanto na fala dos colonos como nos documentos de avaliação feitos pelas empresas de consultorias. É o que podemos constatar

⁷⁷ A essa reunião estava presente Dom Aureliano Matos, bispo daquela Diocese. O Sr. Oscar foi escolhido pelo padre Pedro, de Morada Nova, para dar o seu depoimento sobre o Perímetro.

⁷⁸ É importante ressaltar que o autoritarismo estabelecido junto com a implantação dos perímetros irrigados do DNOCS não pode ser explicado exclusivamente pela contingência política que o País vivia naquela época. A experiência do DNOCS em lidar com as populações pobres do sertão não pode ser considerada das mais democráticas. Basta lembrar como os sertanejos eram tratados nos campos de concentração em épocas de secas na primeira metade do século XX. Mas, o fato dos perímetros irrigados terem sido concebido no contexto da ditadura militar acentuou o seu caráter autoritário.

no relatório ESPLAR, que considera a ação daquela instituição como uma ação *interventora*.

Essa intervenção está configurada no gerente, funcionário do DNOCS, de quem emanam as decisões. O gerente deixa de ser o executor das decisões tomadas pelo Conselho de Administração, para ser o executor das normas determinadas pelo DNOCS⁷⁹

Mesmo numa análise mais técnica, realizada pela Antônio A Noronha , a qual objetivava fazer o replanejamento dos perímetros irrigados, é possível observar a forma de gerenciamento que o DNOCS adotava nos seus projetos:

O modelo gerencial, abrangendo as direções dos perímetros propriamente ditos e das Cooperativas de Irrigantes, registra muitas distorções e deficiências, especialmente do ponto de vista do relacionamento com o colono irrigante; importa em gestão unilateral e unidirecional, coercitiva para o colono e sua família, até mesmo, e estranhamente , na organização privada cooperativista.⁸⁰

Mesmo de forma eufemística, a empresa contratada para fazer o replanejamento dos perímetros irrigados do DNOCS confirma as críticas, que há muito tempo eram feitas pelos colonos, e, posteriormente, confirmadas pelos relatórios técnicos e trabalhos acadêmicos.⁸¹

A partir de meados da década de 1980 , há um redirecionamento da postura do DNOCS no que diz respeito à administração dos perímetros de irrigação. Os estudos realizados juntamente com o IICA (Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola), Fundação João Pinheiro e a própria A Noronha - Serviços de Engenharia apontavam para a necessidade de se promover a abertura da participação dos irrigantes.

Em 1983, o DNOCS deu início ao Programa de Emancipação dos Perímetros Irrigados, que se constituiu apenas em repassar para a responsabilidade dos colonos os bens patrimoniais, como máquinas,

⁷⁹ ESPLAR. Op. Cit. pg 155. É importante ressaltar que, nos primeiros anos de cooperativa, tanto o gerente do perímetro como o da cooperativa eram funcionários do DNOCS.

⁸⁰ MINTER/DNOCS./Antônio A Noronha –Serviço de Engenharia S/A Replanejamento do Sistema de Irrigação – Relatório final – Vol. II. Fortaleza. 1980. Pg 346.

⁸¹ As falas dos colonos estão registradas nos relatórios técnico-sociais que acompanham a ficha de cada colono, como também no relatório ESPLAR acima citado. Na entrevista dos dez colonos feita por mim nos anos 2001 e 2002, todos citaram a forma autoritária do DNOCS administrar o perímetro e as suas vidas. A dissertação de mestrado de Célia Maria Freitas (op. cit) também aponta o autoritarismo do DNOCS como *um dos fatores que dificultava a adaptação dos colonos nos perímetros*”.

implementos, veículos e imóveis. A forma autoritária de lidar com os colonos dava sinais de esgotamento. Mais do que máquinas e equipamentos, o Departamento queria ver-se livre dos problemas acumulados durante dez anos de rígido controle sobre esses trabalhadores.

Nessa época, os colonos passavam por dificuldades relacionadas ao endividamento de suas cooperativas, à deterioração de suas estruturas físicas etc. Mas o problema mais grave era a falta de condições subjetivas dos colonos tocarem seus negócios e, sobretudo, as suas vidas de forma autônoma.

Durante dez anos, suas reivindicações, apesar de generalizadas, nunca evoluíram para um processo coletivo de autogestão. Suas iniciativas eram reprimidas, desqualificadas e, por isso, individualizadas. O espírito cooperativista, que deveria ser estimulado, ficou só nos estatutos das organizações de produtores e nas apostilas dos cursos ministrados por técnicos do Governo.

Assim, o DNOCS, decidiu que era chegada a hora de o colono dar o seu *grito de liberdade* para atingir o seu estágio de autogestão, que, embora explicitado nos contratos que o DNOCS estabeleceu com eles desde a sua implantação, nunca foi levado a sério. Não por coincidência estava em curso no Brasil a abertura *lenta, gradual e segura*, iniciada pelo Presidente Ernesto Geisel, que governou de 1980 a 1985. É interessante observar que tal decisão não foi compartilhada pelos principais interessados: o colono; ou seja, as decisões continuavam sendo *unilaterais e unidirecionais*. Não houve a preocupação de preparar o colono para dirigir o próprio negócio, até porque a parcela de terra que ocupava não lhe pertencia.⁸²

Emancipar-se significa tornar-se independente do julgo ou tutela de outro. É um processo que exige um amadurecimento, um preparo, além de condições objetivas que permitam o exercício da autogestão. Todo o processo de emancipação necessita de uma ação educativa. No caso dos irrigantes, a ação educativa não pode estar restrita à educação formal, mas também à capacitação técnico-gerencial. Assim, sem o preparo adequado para a autogestão, o Projeto de Emancipação promovido pelo DNOCS não teve

⁸² Até hoje, a titularidade dos lotes agrícolas ainda não foi resolvida.

nenhum significado para os colonos. Tanto foi assim que muitos não compreenderam nem aceitaram a saída dos técnicos do DNOCS. Alguns chegaram a lamentar, como é o caso do Sr José Esteves, referindo-se à extinção das gerências dos perímetros em 1991.

Olhe! Faz uns dez anos que começou a dismantelar as coisas. Uns vendia (o lote), outros trocava em gado. Queria moto, queria carro... Não tinha mais controle. Quando o DNOCS entregou para as cooperativas, o dismantelo foi aí. Aí o caboclo vendendo terra, querendo trocar em gado, querendo brincar e tudo. O DNOCS se afastando, aí vem se dismantelando de lá para cá.

Foram mais de dez anos em discussões, reuniões técnicas para se darem conta de que, para transferir as funções, anteriormente desempenhadas pelo DNOCS, era necessário que alguma entidade as recebesse. As organizações de produtores (cooperativas, associações etc) muitas delas falidas, não tiveram condições de assumir os perímetros irrigados.

Em 1997, o DNOCS elabora mais um Plano de Trabalho⁸³, cujo objetivo é a *emancipação*⁸⁴ dos seus perímetros irrigados. Referido plano fez parte do Programa Nacional de Irrigação e Drenagem (PRONID), do Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, concebido a partir das diretrizes do *Novo Modelo de Irrigação*, integrante do *Programa Brasil em Ação*, carro chefe dos programas de investimentos do governo Fernando Henrique Cardoso.

O *Novo Modelo de Irrigação* tem como base o chamado desenvolvimento *sustentável*, a competitividade, ou seja, a produção voltada para o atendimento do mercado, por meio de ações específicas que sejam: (i) *indutores de co-inversão privada*; (ii) *geradores de emprego e renda*, e (iii) *promotores de exportação e/ou atendimento estratégico ao mercado interno*.⁸⁵

Vale ressaltar que a preocupação de produzir para o mercado não se constitui novidade quando se fala em perímetros irrigados, pois um dos objetivos de sua implementação era a eliminação das culturas de subsistência. O GTDN (1958) já *prognosticava a reorganização da economia da região*

⁸³ MMA/DNOCS. *Plano de Trabalho – Emancipação dos Perímetros Irrigados do DNOCS*, Fortaleza, 1997.

⁸⁴ A palavra emancipação deve ser lida sempre com reserva, por se apresentar, apenas, como um ato de vontade do DNOCS.

⁸⁵ Op. Cit. pg 02.

*semi-árida, visando a eliminar o setor de subsistência*⁸⁶. Em 1978, a palestra do Diretor Geral do DNOCS, na Comissão de Agricultura do Senado, não difere muito do discurso do *Novo Modelo de Irrigação*, como podemos observar na fala de José Osvaldo Pontes, ao se referir à situação dos perímetros irrigados de então:

*Ao retomar o programa de irrigação no Nordeste, o Governo mudou substancialmente o enfoque primitivo. Integrando-o à sua política de desenvolvimento regional, procura dar-lhe viabilidade econômica, mesmo assegurando uma profunda conotação social nas suas finalidades. Visa, desse modo, à substituição dos métodos empíricos da lavoura de subsistência por uma **moderna e competitiva agricultura de mercado**... (Grifo nosso.)
Diversificando as culturas, melhorando a produtividade, expandindo a área agricultada e assegurando o mercado, inclusive dirigindo-o para a exportação de produtos industrializados, espera corresponder à excepcional vocação para a lavoura irrigada oferecida pelo Nordeste.*⁸⁷

Assim, tanto no discurso atual como no da década de 1970, a agricultura irrigada deveria estar voltada para o mercado. A diferença entre os dois contextos históricos é que, na década de setenta, o Estado keynesiano destinava recursos, a fundo perdido, para subsidiar a agricultura familiar. Naquela época, a política de irrigação fazia parte do programa de industrialização do Nordeste, implementado pela SUDENE, havendo forte estímulo para que as culturas irrigadas fossem dirigidas para a agroindústria.

A partir da década de 1990, notadamente após a queda do muro de Berlim, são postas em prática, pelo Estado, as políticas neoliberais, que pregam o Estado mínimo. A agricultura passa a ser tratada como um *agribusiness*, ou seja, deve ser praticada com visão empresarial, objetivando a inserção competitiva nos mercados estratégicos. O discurso atual situa o mercado como o centro das estratégias da agricultura irrigada e enfatiza, também, a importância do capital privado para dar sustentabilidade ao empreendimento. No *Novo Modelo de Irrigação*, questiona-se tudo o que foi feito, em relação aos projetos públicos de irrigação.

Esse novo modelo de irrigação propõe uma nova forma de organização de produtores. Em vez de uma cooperativa para todos os irrigantes de um

⁸⁶ SUDENE/GTDN op. cit, pg 76.

⁸⁷ MINTER/DNOCS. *O Trabalho do DNOCS e o Programa de Irrigação no Nordeste Semi-Árido*. Palestra proferida pelo Diretor Geral do DNOCS, José Osvaldo Pontes, na Comissão de Agricultura do Senado Federal, no dia 16 de maio de 1978.

perímetro, os colonos são estimulados a formar grupos menores, o que, certamente, vai acirrar a competição entre eles. O Sr Oscar, antevendo os problemas que esse tipo de organização poderá lhes trazer, mostra a sua preocupação:

Querem que a gente faça grupo de vinte, de quinze... Agora eu tô preocupado é com o problema desses grupos, né? Porque quando era a cooperativa, todos nós botava a produção lá, a cooperativa era quem vendia né? Agora, querem que cada grupo venda a sua produção. E num vai dar certo! (...) Aí esses grupos vendendo, cada um por conta própria, cada qual vendendo o seu, vai haver o negócio da concorrência, né? Aí, desgraça a produção.

Para o Sr. Oscar, dividir significa enfraquecer, foi isso que ele ouviu muitas vezes nos vários treinamentos de que participou sobre cooperativismo, durante os trinta anos de colono. Embora essas lições não tenham surtido muito efeito na vida prática dos colonos, a forma autoritária de intervenção do DNOCS impediu uma organização democrática entre eles. O Colono mostra a sua preocupação com a forma autofágica desse modelo que considera a competição como espinha dorsal da relação entre os colonos.

O Programa Cearense de Agricultura Irrigada, PROCEAGRI⁸⁸, versão estadual do *Novo Modelo de Irrigação*, enfatiza que *Não se pode defender redistributivismo dos fatores produtivos como pressuposto da assistência social*. Seguindo essa concepção, o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Agricultura Irrigada (SEAGRI), está implantando o *Projeto Caminhos de Israel*⁸⁹, direcionado aos agricultores familiares com o seguinte apelo:

*Com o Projeto Caminhos de Israel, o pequeno produtor rural tem a oportunidade de substituir culturas de sobrevivência por culturas de boa rentabilidade, como frutas e hortaliças, gerando poupança e emprego para as famílias. Trabalhando juntos, os agricultores vão ficar mais fortes para competir no mercado*⁹⁰

⁸⁸ Secretaria de Agricultura Irrigada, - *Programa Cearense de Agricultura Irrigada - PROCEAGRI*, 1999.

⁸⁹ O nome *Caminhos de Israel* é alusivo à eficiente agricultura praticada em Israel, que tem por base os kibutzim, que são pequenas fazendas coletivas.

⁹⁰ Governo do Estado do Ceará - SEAGRI. Folheto *Projeto Caminhos e Israel*. Fortaleza, 2001.

No caso dos colonos de Morada Nova, é um contra-senso falar em *trabalhar junto*, pois o que está sendo proposto é exatamente dividir uma comunidade de 800 famílias em grupos de quinze ou vinte produtores.

Mas como compatibilizar a agricultura familiar com a agricultura para o mercado, se obedecem a lógicas diferentes? A perspectiva do mercado é individualista, impeditiva de qualquer prática de solidariedade. Tanto na concepção do GTDN (década de 1950) como no *Projeto Novo Modelo de Irrigação* (década de 1990), é valorizada a perspectiva da produção para o mercado, perspectiva essa negadora das relações de solidariedade, próprias da agricultura familiar.

Pensados para produzir para o mercado, os perímetros irrigados estimulavam a concorrência entre os colonos, obstruindo as práticas coletivas fruto das experiências de seus ancestrais. O Sr Oscar relata com pesar o fato de não ter podido ajudar a um colega em apuros: *Não! Ajudar? A gente queria ajudar uns aos outros. Mas tinha que obedecer à programação. Cada um tava ocupado com o seu lote.*

O Projeto Caminhos e Israel está sendo implantado no Perímetro Irrigado de Morada Nova. Os colonos passaram dois anos sem condições de irrigar (2000 e 2001) e se animam com essa nova possibilidade de continuar produzindo. Mas para o Sr. Oscar, o projeto do Governo traz algumas preocupações, principalmente no que se refere ao financiamento desse novo projeto. O medo de perder o que construiu durante os últimos trinta anos de agricultura irrigada, as tensões vividas, os prejuízos sofridos no percurso de sua vida de irrigante fazem com que ele fique com certa desconfiança. Ele acha que o Governo quer deixar no perímetro só *os colonos que não dão prejuízo*, ou seja, aqueles que cumpram os seus compromissos com o Banco, com a concessionária d'água, com o Estado etc..

Aí o governo viu que, através da cooperativa, nós não dispensava esse povo que não servia. O governo disse: Não. Eu mesmo vou botar esse povo pra fora. Aí, veio! É uma rigidez mais medonha do mundo. Você tem de ter isso, você tem de ter aquilo. Aí, quem num pode, vai ficando fora. Quem num se enquadra, não entra no plano do governo. Vai fazer o que? Coitado, né! Eu acredito que a intenção do governo é essa. Agora, eu acho que eles ainda não disseram isso pro povo num ficar com raiva, né?

A partir da década de 1990, *pro povo num ficar com raiva*, os governos neoliberais utilizam a *mão invisível* do mercado como forma de inviabilizar a pequena propriedade familiar. Com seu braço visível, subsidia a grande empresa rural, promovendo maior concentração de riqueza e poder. Assim, ao mesmo tempo em que o Estado trata a irrigação pública como estratégia de assistência social, como irrigação *chapa branca*, enfim, como desculpa para não subsidiá-la, jogando os irrigantes às forças do mercado, com a irrigação dita privada ⁹¹ ele desapropria, por interesse social, a terra fértil; concede a água subsidiada e despende grandes somas de recursos financeiros nas obras de infra-estrutura hídrica e complementares.

As decisões sobre o que plantar continuam com o Estado, só que agora a sua intervenção é mais sutil, como se pode observar com os colonos de Morada Nova, no que diz respeito ao plantio de arroz. O arroz era cultivado numa área que lhe era própria. Depois da saída dos técnicos do DNOCS do perímetro, no final da década de 1980, a maioria dos colonos começou a plantar arroz estimulados eles pelo preço. Esse plantio desordenado e a escassez de chuvas provocaram um colapso d'água. O açude Banabuiú, que abastece o perímetro, chegou ao nível crítico, obrigando a suspensão de todo tipo de irrigação, por dois anos (1999 e 2000). Aproveitando essa crise, o Governo lançou uma campanha de desestímulo do plantio da cultura do arroz e incentivando a fruticultura, chegou inclusive a indenizar os colonos que plantavam arroz. Na fala do Sr. Oscar, essa decisão é vista com certa ironia:

O governo veio devagarinho, devagarinho... até que pagou a metade do arroz que a gente plantava. Agora eu só não sei porque? (...) Agora a gente resolveu a num prantar mais arroz, né? Diz o governo que não obrigou. Nois deixemos porque quisemos. Mas é obrigado, né? Porque num tinha água e eles ficavam em cima: Não prante arroz! Não prante arroz! Aí, era mesmo que tá obrigando, né? E ainda diz: "Não. Vocês fizeram por gosto. Nós estamos muito satisfeitos, porque vocês aderiram ao nosso plano e deixaram de plantar arroz" Aí vem com esse negócio que foi nós que quisemos...

A fala do Colono mostra a sua percepção quanto ao controle do Estado em relação ao que se deve ou não plantar no Perímetro. Antes, o DNOCS

⁹¹ A Lei nº 6.662, de 1979, denominada Lei de Irrigação, determinava que 25% das terras desapropriadas para os projetos de irrigação poderiam se destinar à iniciativa privada. A Lei 9.433, de 08-01-97, altera esse percentual para até 50%.

mantinha o controle velado do que plantar, onde e como plantar. Agora a sua intervenção se expressa através de estímulo ou sanções econômicas; ou seja, aqueles que *aceitam as sugestões* dos técnicos do Governo terão a compreensão na concessão de créditos e a facilidade na aquisição de implementos agrícolas.

1.3 A Ação Pública do Estado nas Memórias dos Colonos

Porque eu me lembro muito bem de uma história. Nem sei se é verdadeira essa história. Mas eu ouvi muito dizer, desde quando eu era menino, que a seca de 77, de 1877 o imperador, lá, disse assim: eu vendo o meu anel. Eu vendo a minha coroa, mas num deixo um brasileiro morrer de fome. E o Brasil inteiro morrendo de fome, né?

A história da venda das pedras da coroa do Imperador Pedro II para mitigar a fome dos nordestinos talvez seja uma das mais significativas memórias coletivas que evoca a responsabilidade do Estado para com as vítimas das secas. A Historiografia aponta a seca de 1877 como o início da intervenção do Estado nos períodos de seca, no que diz respeito ao atendimento aos pobres. Antes, porém, a proteção aos pobres no período de estiagem era pensada *como parte integrante da esfera privada das relações paternalistas*.⁹²

Assim, a fala do Sr. Oscar obtém sentido, na medida em que estabelece um marco em que o *Príncipe* tomava para si a atitude de proteger os pobres em tempo de seca, marco esse confirmado pela Historiografia, indicando a cumplicidade entre memória e história, o que faz da primeira um nível elementar de elaboração da segunda.

Continuando o seu relato, o colono vai construindo uma narrativa rica em temporalidades, deixando pistas de sua concepção do poder; dando palpites de como deve ser a intervenção do Estado no seco sertão.

E o Brasil inteiro morrendo de fome, né? Porque ele dava de comer e num botava serviço. Mas como é que ele dava de comer? A pessoa vinha do interior para a capital, né? Fazia um curral lá em Fortaleza e todo mundo ia pra lá, vindo dos Inhamuns, da caixa bozó. Iam pra lá e morriam no caminho, né? E dava epidemia e acabava com todo mundo... Até quando Deus deixasse...

O Sr. Oscar vai construindo a sua memória, fortemente impregnada de valores religiosos, próprios da cultura camponesa. Em sua fala é possível perceber uma multiplicidade de tempos, como na frase: *E o Brasil inteiro morrendo de fome*.

⁹² NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a História – saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Dumará, 2000, p.42.

De qual Brasil o Colono está falando? É possível que seja o Brasil do século XIX, no tempo do senhor Rei, mas também pode ser do Brasil em que os habitantes das cidades se atemorizavam com a enxurrada de retirantes que invadiam as cidades, fazendo com que os poderes públicos construíssem os campos de concentração, sabiamente chamados de *curral* pelo povo. Nesse caso, as memórias de Sr. Oscar referem-se, provavelmente, à seca de 1915⁹³ que vitimou milhares de retirantes, de fome e de epidemia, a ponto de *Rodolpho Théophilo* dizer que *o campo de concentração transformou-se em campo santo*⁹⁴.

Referida afirmação pode também estar associada ao tempo presente. Certamente a notícia de milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, registrada pelo IBGE, chegou ao conhecimento do Colono. A antena parabólica instalada próximo à sua casa faz com que ele se atualize, e, a partir de sua percepção de mundo, elabore suas análises sobre as ações do poder público para com os pobres.

No emaranhado de tempos, próprio da memória, o Sr. Oscar mistura as ações do Imperador às do Presidente Fernando Henrique Cardoso, embaralha a venda das pedras da coroa com a concessão de bolsa-escola ou de bolsa-renda. Faz juízo de valor a respeito dos benefícios da primeira e da ineficiência da segunda. Articula informação com a sua experiência.

Com a bolsa-renda o governo vai gastar um horror de dinheiro e num fica nada feito. A bolsa-escola, não. Ele [o governo] gasta aqueles quinze real mas a mãe tem de mandar o menino, todos os dias, para a escola e ele tem obrigação de aprender. A bolsa-renda, não! Acabou. Tocou fogo. Tudo o que é dado num seive pra nada, né

Para o Sr. Oscar, o *senhor rei* e o presidente Fernando Henrique Cardoso não estão corretos *em dar o peixe*, eles deveriam *ensinar a pescar*. Por isso o colono critica as ações públicas voltadas para o imediato, que remetem à esmola, algo humilhante e inócuo, de efeito efêmero. Não resolve o problema. *Tudo o que é dado num seive pra nada*.

⁹³ NEVES, Frederico. Op. Cit. pg 84/85.

⁹⁴ *Teóphilo in Neves. Op. Cit. Pg 85.*

Dessa forma, o colono vai tecendo a sua narrativa, numa mistura de temporalidades e personagens históricas, fugindo da monótona cronologia linear. Depois de discorrer sobre a superioridade da *bolsa-escola* em relação à *bolsa-renda* (final do século XX), o Sr Oscar embrenha-se novamente nos tempos do Imperador Pedro II, (final do século XIX), para em seguida viajar pelas estradas de rodagem da década de 1950, quando os motoristas das caçambas substituíram os trabalhadores do *carrinho de mão*.

Aí foi que um cara. Um conselheiro disse? Senhor Rei ! O senhor dando não salva a situação Bote serviço pra trabalharem que aí o senhor salva.

Aí foi que começou essa rodagem. Hoje, toda obra quanto tem, antiga, grande, foi feita com a emergência, nè rapaz? Banabuiú, Orós ...Essas coisas, essas obras tudo foram feitas com a emergência, a carro de mão. Não era com caçamba não. Essa estrada, daí, do Limoeiro até Juazeiro foi feita toda a carro de mão. Não foi botando nenhuma caçamba de terra.

A percepção que o Colono tem de como o Governo deve agir para resolver os problemas do sertanejo é através da promoção do trabalho, que está sendo modificado pelo avanço da tecnologia; o uso de equipamentos modernos destruindo postos de serviço. Por ironia do progresso, as estradas construídas com *carrinho de mão* servirão posteriormente para o tráfego de caçambas e dos tratores engolidores de postos de trabalho. Ao se referir a esse episódio, o tom da fala de Sr. Oscar é de lamento. Provavelmente o trabalho com o *carrinho de mão*, além de não se precisar de grandes habilidades para dirigi-lo, empregava muito mais gente do que o trabalho com as caçambas. Sem contar que o tempo gasto para construir estradas e açudes pelo processo rudimentar, com o uso intensivo da força humana, era mais longo do que com o processo mecanizado.

O uso do *carrinho de mão* na construção de obras era garantia de trabalho por muito tempo; tempo intinerante, tal qual a maioria dos rios do Nordeste. As obras contra as secas obedeciam ao ritmo dos rios do semi-árido. Quando não havia inverno, os trabalhadores eram mobilizados para as frentes de serviço ou migravam para outras regiões. Aos primeiros sinais de chuva os que ficavam eram desmobilizados do trabalho nas obras e reassumiam as suas antigas ocupações na agricultura e na pecuária. No próximo período de

seca, os sertanejos alistavam-se, novamente, nas frentes de serviços para dar continuidade às obras paralisadas ou dar início a outras construções.

Dessa forma, foi construído o açude Cedro, localizado no Município de Quixadá, cuja obra durou mais de duas décadas. Iniciado em 1880 e só ao longo de um período que durou cerca de 26 anos, passando por sete grandes estiagens, foi a obra concluída em 1906⁹⁵.

As políticas de obras contra as secas foram alvo de muitas críticas dos técnicos que dirigiam o DNOCS, pois sofriam de descontinuidade crônica. Do ponto de vista da racionalidade econômica, eram dispendiosas. Porém a forma como foram conduzidas estavam sintonizada com a estrutura de poder que vigorava no semi-árido; poder esse fundamentado nas relações paternalistas que visavam a assegurar a força de trabalho nos latifúndios.

No final da década de 1960, chega a notícia do Perímetro Irrigado de Morada Nova. Um dos temas recorrentes nas falas dos colonos era o medo que eles sentiam antes de entrar no perímetro. *No começo só vinha quem fosse herói*, relembra o Sr. Oscar Rosa. Já o Sr. José Esteves não se inscreveu no início, (1970). Inscreveu-se em 1975, mas só conseguiu um lote em 1979. Trabalhou, antes,* como diarista para os colonos. Em suas lembranças, lamenta não ter entrado no início como muitos dos seus companheiros.

Quando o DNOCS veio e desapropriou tudo, rebolou nós tudo pra fora. Quem tava dentro [da terra desapropriada para o projeto] teve de procurar outros cantos. Aí, eles deram uma pequena indenização pra gente fazer um rancho pro fora. Fiz uma casinha de taipa e fui morar lá na Vazante. Aí, quando o projeto começou a funcionar eu trabalhava fora e trabalhava dentro. No projeto, as vezes eu trabalhava por impleite, as vezes por diária. (...) Eu num me inscrevi logo no começo. Por medo...de besteira. Num tinha experiência da coisa. Num sabia se ia ser bom, se ia ser ruim. Eu, primeiro, quis ver a experiência dos outros para depois eu me inscrever. Aí, eu fui ficando pra trás. Quando eu me inscrevi em 1975 num tinha mais vaga. Só entrei em 1979, na vaga de outro.

A forma como é descrita a retirada da família do Sr. José Esteves da terra onde plantava indica o nível de tensão que se estabelecia na desapropriação. O DNOCS agia de maneira autoritária, não deixando espaço para contestação por parte do sertanejo pobre. Se havia algum diálogo, era

⁹⁵ LEAL, Maria do Socorro de Oliveira. Op. Cit. p. 97-98.

com o latifundiário, que, não aceitando os valores das indenizações, recorriam à Justiça⁹⁶. Provavelmente foi a forma de como o Sr. José Esteves foi posto para fora de sua antiga condição de morador que aguçou o seu medo de ingressar no perímetro, na primeira leva de colonos.

O certo é que, historicamente, a relação do sertanejo com os poderes públicos são marcadas por tensões. Fazem parte da tradição escravista brasileira a eterna vigilância e a punição exemplar para com os pobres. O braço forte do Estado sempre se fez presente nas frentes de serviço, quando legiões de sertanejos se alistavam no DNOCS para não sucumbir à fome. Não é por acaso que os chefes de turma das frentes de serviço são chamados de feitores. O feitor das frentes de serviço, embora não tivesse a incumbência de açoitar os trabalhadores, como tinha o seu similar na ordem escravocrata, ele tinha a prerrogativa de controlar os dias trabalhados, as ausências no curso da jornada de trabalho, e exercia uma certa influência nos trabalhadores.

Antes da implantação dos perímetros, a relação do sertanejo com os poderes públicos era mais intensa nos períodos de seca, nas frentes de serviços. Quando havia inverno, o que prevalecia eram as relações com os proprietários de terra, como aponta o depoimento do Sr. Thomaz de Aquino.

Até chegar o perimo, eu fui ligado ao fazendeiro só no verão, como vaqueiro. Quando chegava o inverno eu ia prantar. Me virar. No verão, eu agüentava os seis mês de verão trabaiano alugado, né? Lutando com o gado na fazenda dos fazendeiros. Quando chegava o tempo ruim (seca), trabaiaava nas rodage. Naquele tempo tinha rodage, néra? Hoje, é que não aparece mais. Aí, eu ia escapar na rodage. No carrinho de mão. Carregando piçarra. Tapando buraco. O ramo era esse.

A fala do Sr. Thomaz de Aquino expressa as relações sociais em vigor no sertão nordestino, marcadas por tensões. Nos períodos de inverno, o trabalhador se sujeitava ao proprietário através da relação de parceria. A expressão *eu fui ligado ao fazendeiro* remete a uma relação de exploração/ dominação vivenciada pelo sertanejo e camuflada pela prática do compadrio, muito comum no espaço de exploração agropecuária do sertão nordestino.

⁹⁶ Ainda hoje corre na Justiça Federal ação indenizatória de terras que foram desapropriadas na construção do açude Orós, concluído na década de 1950.

A parceria enquanto relação social de produção que se baseia na cessão de terra pelo proprietário para o cultivo, exige uma série de contrapartidas por parte do trabalhador que a recebe, não só no que se refere ao uso da terra no processo produtivo. A dimensão social dessa relação está nas formas e mecanismos usados na sujeição do trabalhador e de sua família⁹⁷

Essa relação, que na sua aparência assemelha-se à relação familiar, tem seus alicerces fincados na lealdade e no compromisso, ou seja, na troca de favores entre o trabalhador e a sua família e o proprietário de terras e de gado. São traços tópicos das relações paternalistas, pois, de acordo com Thompson, longe de ser uma relação afetuosa de pai e filho, o paternalismo expressa uma relação assimétrica de dominação/exploração cimentada mais pelos sentimentos e deveres do que interesses de classe.

No período de secas, os camponeses que não migravam mudavam a rotina de trabalho, alistando-se nas frentes de serviço de obras contra as secas. Nessa ocasião, o Estado tomava para si a tarefa de manter o homem no campo, garantindo a permanência da força de trabalho para o latifúndio agropecuário.

A instalação dos perímetros irrigados representou uma nova fase na relação dos sertanejos, ali instalados, e os poderes públicos, como pode ser observado na fala do Sr. Thomaz de Aquino. Antes de ir para o perímetro, nos tempos de inverno, ele trabalhava na lavoura em parceria com algum proprietário de terra. Após a colheita, alugava os seus serviços, *lutando com gado do fazendeiro*. Essa rotina era interrompida em tempos de seca, quando o Estado intervinha com obras emergenciais. Ao ingressar no perímetro irrigado, a relação com o Estado deixa de ser temporária e passa a ser permanente. A partir de então, o DNOCS era o principal interlocutor do sertanejo selecionado para ocupar um lote de terras irrigadas. Logo, a partir de 1970, novas relações são estabelecidas entre os colonos e os poderes públicos.

A partir das experiências como colonos dos perímetros públicos irrigados, a forma de o sertanejo se relacionar com o Estado muda, intensifica-se. Ao relembrar as suas experiências com a agricultura irrigada, são

⁹⁷ BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Da terra dos Ninguém à Terra dos Homens – Experiência, lutas e representações dos posseiros da Serra da Ibiapaba-Ce. Dissertação de Mestrado em Ciências do Desenvolvimento Agrícola. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Itaguaí-RJ. 1990.*

recorrentes os relatos das divergências, antagonismos e conflitos. O Estado encarna a modernidade expressa, principalmente, no uso de novas tecnologias, ao mesmo tempo em que conserva parte da tradição escravista, com os seus mecanismos de vigilância e punição. Ao apropriar-se desses elementos, fundem-se nos perímetros irrigados o tradicional e o moderno. Nessa fusão é possível perceber o jogo de perdas e ganhos de culturas que os colonos experimentam.

O autoritarismo é a marca impressa na relação do DNOCS com os colonos dos perímetros irrigados - a autoridade técnica passando por cima dos saberes tradicionais. O investimento político na modernização agrícola do semi-árido não foi pensado como uma ação pedagógica emancipadora. O confronto entre os saberes técnicos e os saberes tradicionais é uma constante nas memórias dos colonos. E, por mais que o Estado tentasse impor a racionalidade técnica, eles preservaram traços culturais da tradição camponesa. O contato desses dois mundos ocorre numa arena de perdas e ganhos culturais, configurando uma nova forma de não só trabalhar a terra mas também um novo modo de ver e estar no mundo.

É desse novo jeito de ver e estar no mundo que os colonos de Morada Nova falaram, quando, cuidadosamente, selecionaram as suas memórias e relataram as experiências. Nesse exercício, foi possível perceber em suas falas uma nova sociabilidade, no semi-árido nordestino.

2.1 Construindo lembranças

Ainda ontem teve um técnico aqui. Veio fazer uma entrevista. Porque entrevista num ficou pra todo o mundo não, né? Tem gente que vem entrevistar e num sabe levar o negócio a sério.

Oscar Rosa

Um dos desafios para quem deseja trabalhar com fontes orais é a construção do diálogo entre entrevistado e entrevistador. O clima de confiança que deverá ser estabelecido entre ambos é fundamental para que o primeiro abra as gavetas de sua memória e o segundo possa realizar bem o seu trabalho de pesquisa. Como estabelecer esse clima de confiança com o meu *objeto de pesquisa*, levando em conta, em primeiro lugar, que o meu objeto também é sujeito, e entrevistado e entrevistador pertencem a lugares sociais diferentes? O enfrentamento de questões dessa natureza, no decorrer da pesquisa, contou com o apoio de estudiosos da fonte oral como vertente histórica, de forma a estabelecer uma postura metodológica que potencializasse o encontro de saberes diferenciados de *sujeitos a dizer*¹ no qual, entrevistador/entrevistado estabelecessem um diálogo sobre experiências comuns. Nas palavras de Portelli, isso significou lidar com a concepção de que a pesquisa configura um *encontro de dois sujeitos que se reconhecem entre si como sujeitos, e conseqüentemente isolados, e tentam construir sua igualdade sobre suas diferenças de maneira a trabalharem juntos*²

Essa reflexão remete à seguinte indagação: como construir o encontro de dois sujeitos numa sociedade hierarquizada, onde as relações de subordinação estão postas a todo momento (na família, na escola, no trabalho, na Igreja etc..)? Essa relação de intersubjetividade de que nos fala Portelli - *construir sua igualdade sobre suas diferenças* - só é possível quando há o

¹ BARBOSA, Ivone Cordeiro, *A experiência Humana e o Ato de Narrar: Ricoeur e o lugar da Interpretação*. Revista Brasileira DE História. São Paulo. V.17, nº 23. P. 301. 1997

² PORTELLI, Alessandro. Traduções – Forma e significado na História Oral. Projeto História, São Paulo, (14). Fev.1997.

reconhecimento, entre ambos, de suas diferenças, no sentido de que cada um é portador de saberes e valores culturais distintos, mas que podem se relacionar de forma autônoma, sem que se estabeleçam hierarquias nem desqualificações. Nesse sentido, talvez se possa construir o encontro entre entrevistado e entrevistador, num ambiente de igualdade onde os dois possam ser estimulados a pensar diferentemente sobre si próprios.

Estou certa de que nesse encontro muito tenho a aprender, pois, como diz Portelli, *Embora possamos ser doutores em qualquer matéria entrevistando analfabetos, na situação de campo são eles que têm os conhecimentos, ou seja, "o pouquinho" que estamos tentando aprender*³ Foi, por conseguinte, com esse espírito de confiança mútua que fui a campo realizar minha pesquisa sobre as experiências dos colonos de Morada Nova, no mundo tecnificado da agricultura irrigada.

Minha primeira entrevista gravada não foi com um colono e sim com a sua mulher. Gostei da experiência. A simpatia da Sra. Maria José era a sinalização de uma boa conversa. As conversas entre as mulheres sempre fluem mais facilmente, imaginava eu. Quando solicitei à Sra. Maria José, cônjuge do colono, para gravar a nossa conversa, apareceu a primeira barreira entre nosso diálogo: *Bem! Poder gravar, a senhora pode, mas eu me preocupo em dizer alguma besteira*, disse ela. O tratamento *senhora* seria um sinal de diferenciação de lugares sociais? Pode ser e pode não ser. É muito comum na cultura camponesa o tratamento de senhor ou senhora referente ao relacionamento dos filhos com os pais; dos mais jovens com os mais velhos, do camponês com o dono da terra, com pessoas estranhas em geral. Quanto à preocupação de *dizer alguma besteira*, isto também sugere uma situação de desigualdade entre os interlocutores, já que, entre iguais, supõe-se que as pessoas tenham liberdade de dizer o que querem. Com o decorrer da conversa, a Sra. Maria José foi ficando mais à vontade e também me deixando mais despreocupada. Tenho a impressão de que, aos poucos, fomos construindo um vínculo de confiança, embora, a relação entre pessoas de lugares sociais diferentes ocorra sempre num ambiente de tensão marcada pelas diferenças de linguagem, concepções de mundo, valores culturais etc.

³ PORTELLI, Alessandro. Op. Cit.

No final da entrevista, a Sra. Maria José me chamou de *mulher*, tratamento usado entre comadres, vizinhas ou amigas, mas, mesmo assim, não considereei que tivéssemos estabelecido um diálogo de iguais. Talvez naquele momento, sim, pois falávamos de um assunto pessoal e que não tinha maiores conseqüências no relacionamento da família da Sra. Maria José com os demais colonos, a Cooperativa ou mesmo com o DNOCS; ou seja, o assunto naquele momento não comprometia o grupo a que ela pertencia.

Nesse sentido, embora a posição ideal seja a de construir um diálogo em pé de igualdade, digamos assim, entre pesquisador e entrevistado, as clivagens de classe estarão sempre presentes. O reconhecimento das diferenças entre ambos pode conduzir a um clima de confiança e afabilidade. O respeito pelas diferenças pode produzir um ambiente de igualdade, numa relação dialógica e, assim, pode-se estabelecer um vínculo de amizade e confiança com as pessoas que se dispõem a compartilhar com o investigador as suas lembranças. O diálogo com a Sra. Maria José foi construído com a maior confiança, da minha parte e com espontaneidade do lado dela. Ao ser indagada se a sua vida havia melhorado ao ingressar no perímetro irrigado, respondeu-me:

Ah! Melhorou, melhorou muito. Ninguém ficou rico mas melhorou bem a situação, num sabe? A gente vivia melhor, comia melhor. Pelo menos tinha um padrão sempre melhor. Trabalhava muito. Ora, mas a gente trabalhava alegre, né? A gente trabalhava alegre porque sabia que no fim tinha aquele resultado que a gente não tinha antes

A Sra. Maria José reporta-se aos primeiros anos de agricultura irrigada como sendo a época de ouro, quando o trabalho era recompensado com a certeza de uma boa safra. Havia água abundante. O *antes* era a vida em terras alheias, sujeita ao patrão e a constante incerteza do inverno, sem perspectiva de melhora, vivendo de favor. Viver no perímetro possibilitou à Sra. Maria José realizar os sonhos mais elementares de uma mulher simples do sertão: ter uma casa, possuir um fogão, poder comprar as suas "coisas"...

A gente no sentido de comprar uma coisa. Você sabe como é que é, a gente vai melhorando um pouquinho... já vai querendo comprar uma coisa e outra. Quando eu vim para cá nem um fogão eu não possuía. Cozinhava na lenha mesmo. Aí logo foi melhorando, né?

O ato de cozinhar à lenha, que hoje soa como algo saudável e serve até de *marketing* para restaurantes exóticos, tem um significado bem diferente para as mulheres como dona Maria José. Cozinhar à lenha para as camponesas significa um trabalho árduo, não somente pelo desconforto da fumaça nos olhos, da tigna nas roupas, que, além de dar trabalho na lavagem, exigia muito sabão. É tarefa pesada também pelo trabalho de catar a lenha, colocar para secar, lascar com o machado. Na época do inverno era um horror! Cozinhar com lenha verde e molhada é um inferno: o fogo não pega, a fumaceira é insuportável, sem contar o risco de levar carvão do dono da terra, por estar roubando as varas das cercas, além do cheiro desagradável do “choro do pau” – a seiva da madeira verde desprendida com o calor.

Talvez seja por esses motivos que dona Maria José tenha invocado o fogão a gás e não outro objeto qualquer, como o televisor a cores ou o aparelho de som⁴, os quais hoje possui, devidamente enfeitados com jarrinhas de flores de plástico, acomodados na estante de imbuia, símbolos de prosperidade que a família havia conquistado com o trabalho de três décadas no Perímetro Irrigado de Morada Nova.

A lembrança do fogão à gás tem muito significado para a mulher do Sr. Raimundo Fernandes, visto que aquilo que é lembrado está relacionado com os momentos mais marcantes de nossas vidas.

É certo que uma coisa é lembrar, outra é contar para os outros as nossas lembranças. Possivelmente as experiências positivas são mais fáceis de expor, principalmente a estranhos. A memória, como processo seletivo, não obedece a cronologia linear, própria da racionalidade moderna. Nesse decurso, há um emaranhado de tempos em que o passado guarda sempre uma relação com o presente.

Assinala BOSI⁵, referindo-se às lembranças de pessoas adultas, *que a idade adulta é norteadada pela ação presente: e quando se volta para o passado é para buscar nele o que se relaciona com suas preocupações atuais.*

⁴ Esses objetos de desejos fazem parte de hábitos recém-adquiridos, nesse novo espaço de sociabilidade, que é o perímetro de irrigação, onde a proximidade das casas se assemelha a um espaço urbano em que necessidades criadas pelo mundo do consumo são propagadas entre os vizinhos.

⁵ BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade – Lembrança de Velhos*. Cia das Letras. Ed. São Paulo. 1995.

Os problemas vivenciados pelos colonos e suas famílias, na atualidade, são tão graves⁶, que se observa uma tendência em suas entrevistas em idealizar o passado, situando ora o governo, ora o DNOCS como *salvadores da Pátria*. Frente ao caos em que se encontram, o passado – os primeiros anos de agricultura irrigada - é remetido a uma época de ouro, quando havia fartura e ordem. É o presente filtrando o que deve ser lembrado.

A falta d'água, vivida pelos colonos, provoca a desordem no sistema produtivo, porquanto, com os lotes ociosos, os colonos não têm trabalho. A falta de trabalho provoca a desordem social, agora sem um poder forte para controlar os excessos, expressos nas bebedeiras e jogatinas, denunciadas pelo Sr. José Ricarte, ou pelos furtos de frutas e legumes relatados pela Sr^a Maria José :

*Agora, o Raimundo inventou de plantar bananas, aí começou a aparecer uns "sócios", para tirar num sabe? Tira as bananas primeiro do que ele. Até um milho que ele pranta prá gente ter em casa, vai lá, quando da fé, têm tirado. Agora é um absurdo, aparecer tantos "sócios"*⁷

O presente para a Sra. Maria José se apresenta cheio de problemas: a impossibilidade de plantar por falta d'água, a ausência de assistência técnica, obrigando-os a pagar os serviços de veterinário para vacinar o gado, os roubos, constantes nos lotes, de legumes, frutas, galinhas e até de gado, tudo isso faz com que ela busque no passado as referências positivas. O furto de suas frutas e legumes, mais do que o prejuízo material, é componente de uma moral social perdida, o que vale dizer: uma quebra dos laços de solidariedade entre os colonos.

Ao relembrar os fatos, possivelmente, a fala de dona Maria José esteja apoiada nos resultados de uma experiência de trinta anos, e não na expectativa que ela possuía quando entrou no perímetro. Na sua fala, podemos

⁶ Os moradores do PIMN vivem muitos problemas provocados em parte pela total falta d'água para a irrigação. Há dois anos que não há água disponível para os plantios; o açude Banabuiú que abastece o perímetro está com o nível muito baixo, garantindo apenas o abastecimento humano e animal. Outros problemas se somam à falta d'água, como: corte de empréstimos bancários para o custeio agrícola, falências das cooperativas, tornando os colonos inadimplentes com os órgãos de financiamento, ausência de assistência técnica, a saída do DNOCS etc.

⁷ A Sr^a Maria José refere-se aos constantes furtos que têm acontecido no perímetro, atribuídos por muitos colonos, à ausência de uma autoridade maior.

observar um dos artifícios da memória que é atualizar as vivências, ou seja, selecionar os acontecimentos que dão sentido à vida no presente. Assim: *a exposição pública do passado é utilizada como apoio ao constante processo de dar sentido às experiências sociais.*⁸

Em alguns momentos, foi possível observar na fala de dona Maria José a sobrecarga de trabalho que a agricultura irrigada impunha às famílias de colonos em relação ao uso do tempo. Se, por um lado, a mulher camponesa pratica a dupla jornada de trabalho, essa é intensificada na época da colheita. Com doze filhos para cuidar, houve momentos em que os cuidados de casa exigiram o afastamento do trabalho no lote.

*Eu não trabalhava mais porque eu tinha uma família medonha. Quando eles inventaram de apanhar tomate. Eu gostava muito de colher tomates, né? Eu ia colher tomate, quando chegava aqui era um horror de coisa pra mim fazer. Um dia eu disse: eu não vou mais, que desse jeito eu morro de trabalhar. Mas eu sempre ajudava.*⁹

Um assunto recorrente nas falas dos colonos é o medo que eles sentiam antes de ingressar nos perímetros de irrigação. Freitas¹⁰, em pesquisa feita com os irrigantes do Projeto de Irrigação de Paraipaba, acentua que *A população em geral (proprietários, comerciantes e outros) desinformada sobre os objetivos do programa desenvolveu um processo de resistência, revolta e insegurança em relação ao Projeto.* Concordo com a segunda parte de sua afirmativa, ou seja, *que a população desenvolveu um processo de resistência, revolta e insegurança.* Quanto a *desinformação sobre os objetivos do programa*, os depoimentos de alguns pioneiros de Morada Nova indicam que as notícias de insatisfação não eram infundadas. Levando em conta o fato de

⁸ THOMSON. Alistair. *Recompondo a Memória* – Questão sobre a relação entre História Oral as memórias. Revista Projeto História. São Paulo, (15) abr. 1997. Puc-SP. Pg57.

⁹ THOMPSON. E. P. *Costumes em comum*. Estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras. 1998. p. 287. O autor faz referência à jornada da mulher do trabalhador rural na Inglaterra oitocentista, que guarda semelhança com a situação da sertaneja do semi-árido: *“o trabalho mais árduo e prolongado era o da mulher do trabalhador na economia rural. Parte desse trabalho – especialmente o cuidado com os bebês – era mais orientado por tarefas. Outra parte se dava nos campos, de onde ela retornava para novas tarefas domésticas.”*

¹⁰ FREITAS, Célia Maria de. *O Processo de Adaptação de Colonos em Área de Irrigação Planejada: Curú-Paraipaba*. UFC 1984. P 55.

que o perímetro de Morada Nova foi implantado antes do perímetro Curu-Paraipaba, é possível que o relato de algumas experiências desagradáveis tenham chegado aos moradores de Paraipaba, como se pode observar no seguinte depoimento: *Quando a gente resolveu vim morar no Projeto, os vizinhos pegava a dizer: lá, vocês vão é morrer de fome e apanhar*¹¹.

Ao analisar as falas de alguns colonos de Morada Nova, percebi muitos relatos de experiências dolorosas, em sua maioria relacionadas ao rígido controle que os servidores do DNOCS exerciam sobre os colonos. Vivências dolorosas, como a do Sr. Oscar, que viu os tratores do DNOCS destruírem a sua plantação de feijão, por não ter dado tempo de cumprir o calendário estipulado pela Gerência do Perímetro, ou quando o Sr. Tomaz de Aquino fraturou algumas costelas por ser obrigado a trabalhar a noite toda, para cumprir a programação dos técnicos.

Eu estranhei porque eu queria dormir a noite. Tinha de ir, era obrigação, o que não se ajustasse perdia o lote. Cai no canal com a água nos peitos. Fachiei três costelas.(...) Quando fui pro hospital com o finado Mata Sete, já tava com quinze dias que estava com essa dor em riba do peito e trabaiando doente. Era obrigação, tinha que ir.

A memória de seu Tomaz de Aquino seleciona momentos de tensão vividos nos primeiros anos de irrigação, sofrimento que de alguma forma teria sido compensado com a sua posição atual: aposentado e, mesmo sem água para irrigar o seu lote, ele conseguiu adquirir algumas reses que o mantêm trabalhando e, com a venda do leite, sempre *tem um trocadinho*. Embora admita que com a saída do DNOCS *a coisa venha se desmantelando*¹², o Colono não parece muito incomodado. A sua maior preocupação é cuidar do seu gado, ter uma reserva quando de uma precisão e assegurar aos netos o direito ao leite. O Colono se orgulha das filhas e noras nunca terem precisado comprar leite para os netos dele.

¹¹ Id. Ibidem.

¹² Após a saída do DNOCS, o Sr. Tomaz de Aquino diz que as coisas se desmantelaram, com os colonos vendendo terra, trocando gado por moto, por carro, jogando tudo fora com brincadeiras. O colono orgulha-se de conservar até hoje o seu lote, aduzindo que muitos companheiros seus não tiveram a mesma sorte.

Para outros moradores do Perímetro Irrigado de Morada Nova, as lembranças dos primeiros anos de irrigação transformam-se em saudades, como é o caso do Sr. José Esteves. Quando o presente apresenta-se caótico, a memória se transforma em saudade dos bons tempos, evocação da *ordem* imposta pelo DNOCS. Nas suas lembranças, o Sr. José Esteves reelabora mentalmente a sua experiência, sente a alegria de sua redescoberta, ao mesmo tempo em que toma consciência do seu transcurso. O passado era melhor do que o presente

Quando entrei aqui, eu achava bom demais. Não estranhei nada. Era uma vontade de trabalhar medonha. Eu trabalhava achando bom. Agora, tem uma coisa, aqui tinha orde... aqui num vendia nem um litro de cana. Tinha bodega aqui e a gente comprava só cereais. Hoje aqui está sem lei. Tem bar por tudo quanto é lugar e a desordem campeia. Onde tem bebedeira a senhora sabe como é que é. Dizem que vem um pessoal mandado pelo DNOCS para ajeitar.

O Sr José Esteves, a exemplo da Sra. Maria José, também reverencia o tempo transato como um período de bonança. O seu presente evidencia-se mais caótico do que o dela, pois *perdeu o lote agrícola*, vendeu-o há dez anos para pagar dívidas. Atualmente planta em terreno de sequeiro, dentro do Perímetro, medindo um ha, que adquiriu de um outro colono. Atribui os seus problemas à saída do DNOCS¹³, principalmente pela ausência de uma autoridade que pudesse impor a ordem.

A presença do DNOCS, alimentava nos colonos a expectativa de que havia uma autoridade que lhes dava proteção, principalmente nos momentos difíceis. Esses traços paternalistas têm mais relação com uma idealização do passado do que com uma realidade vivida. Como diz Thompson ao se referir à História inglesa,

(...)O paternalismo como mito ou como ideologia tem quase sempre uma visão retrospectiva. Na história inglesa, apresenta-se menos como realidade que como modelo de uma era de ouro antiga, de passado recente, da qual os modos e maneiras atuais são uma degeneração.¹⁴

¹³ DNOCS. Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção *Seminário Modelo de Gestão em Irrigação- Gestão dos Perímetros Irrigados de Pernambuco*. Fortaleza, 2002.

¹⁴ THOMPSON, E. P. *A Peculiaridade dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, ed. Unicamp, 2001.

Nesse sentido, ao constatar a ausência do DNOCS do seu cotidiano, o colono tem sensação de abandono. Digo uma sensação porque o Estado nunca impediu as grandes tragédias que seguia os períodos de secas. Não enfrentou com profundidade o problema das cercas, do latifúndio, adotando quase sempre medidas paliativas, ao ritmo das pressões exercidas pelas forças políticas das elites. Os perímetros de irrigação constituem um exemplo do resultado dessas pressões.

Nesse sentido, a exaltação que os colonos fazem do tempo em que o DNOCS era o *dono, o patrão, o administrador, mediador dos conflitos*, tem mais de mito do que de realidade. Nesses termos, ao se defrontarem com um presente caótico, os irrigantes apelam para uma época de ouro, como é bem nítido na fala de Sr. José Esteves: *No tempo do DNOCS era bom. O tempo que prestou foi o do DNOCS. (...) Quando ganhei o lote foi a felicidade! Tinha terra minha pra trabalhar, assistência técnica.* O presente, para o colono, revela-se como uma degeneração de uma ordem estabelecida, que fez aparecer as injustiças.

É importante registrar o fato de que os colonos eram tutelados pelo DNOCS através das gerências dos perímetros e das gerências das cooperativas. O gerente do Perímetro tinha sob a sua responsabilidade a execução das políticas de irrigação do Governo Federal, cabendo-lhe o cumprimento das determinações técnicas, jurídicas e político-administrativas, enquanto que o gerente da Cooperativa era um técnico escolhido pelo DNOCS encarregado de fazer cumprir o padrão tecnológico bem como acompanhar os contratos e convênios com empresas, entidades estatais e financeiras. O Conselho Administrativo da Cooperativa dirigido pelo seu Presidente homologava o nome do gerente.

Em meados da década de 1980, as gerências das cooperativas foram passadas para a responsabilidade dos colonos e, a partir de 1991, o DNOCS extinguiu todas as gerências dos perímetros, criando as EFATs (equipes de fiscalização e assistência técnica) que tinham como uma de suas atribuições o acompanhamento da transferência das atividades de administração, operação

e manutenção, do DNOCS para as organizações de irrigantes.¹⁵

Essas mudanças de ordem institucional são sentidas pelos irrigantes como uma espécie de abandono. Despreparados para assumir as rédeas dos projetos que se encontram desorganizados financeiramente, necessitando de recuperação em suas estruturas físicas e, principalmente, sem terem constituído organizações autônomas, os colonos atribuem todos os males de que são acometidos à saída do DNOCS, como enfatiza o Sr José Esteves:

Depois que o DNOCS saiu daqui, aí veio a desigualdade, a desgraça. O dismantelo maior foi esse, porque [aqui] ficou sem organização de nada. A cooperativa ajudando a quem tinha, a quem já tava lá em cima. Os que estavam lá embaixo e que eram para ser ajudado mais, o lote era feito por derradeiro. Faziam primeiro no lotes de quem tinha condições. É um erro muito grande. Tem que ajudar o pequeno, o que tá atrasado. Quando o DNOCS estava aqui, mandava fazer [o preparo da terra, liberação de empréstimos, etc.] primeiro com quem estava mais precisado. Se eu fiquei devendo [na cooperativa], era o primeiro que era feito, num ia fazer primeiro de quem tinha saldo...

Esse depoimento do Sr. José Esteves e outros semelhantes podem sugerir que o DNOCS exercia uma autoridade econômica e social nos perímetros irrigados, de forma a permitir uma relação em que reinavam a *harmonia e a justiça*. Nessa fala o colono assume a ideologia dos dominantes. Na memória do colono, a relação DNOCS - irrigante assegurava um *equilíbrio do tipo paternalista*. Essa atitude dos colonos faz parte da cultura camponesa, que tem a expectativa de que os poderes públicos assumam o papel de autoridade e de proteção. A esta relação os sertanejos do semi-árido já estavam acostumados desde o início do século XX, quando da criação da IFOCS. É apropriado dizer que essa vinculação não foi estabelecida com a criação dos perímetros, pois redefinida com a agricultura irrigada, criadora de

¹⁵ DNOCS. Plano de Trabalho – Emancipação dos Perímetros Irrigados do DNOCS. Fortaleza. 1997. Com as cooperativa falidas, os irrigantes foram obrigados a formar associações com promessas de receber recursos, assessoramento técnico, capacitação etc, através de convênios cujo objeto era a emancipação dos perímetros. O processo de emancipação deve ser entendido como transferência das obrigação do DNOCS para as organizações de produtores.

uma ordem que, mesmo sob a égide da modernidade tecnológica, conservava muito do antigo ordenamento *paternalista*.¹⁶

É por esse motivo que, quando o DNOCS se retira, fica um vácuo de autoridade. A ausência do órgão nos últimos anos não provocou somente um desequilíbrio econômico, por falta de aporte de verbas, mas também uma espécie de orfandade moral e social. Por outro lado não se percebe, até o momento, nenhum tipo de organização horizontal baseada nos princípios clássicos do cooperativismo que venha emancipar os colonos, tornando-os uma categoria social capaz de defender os próprios interesses¹⁷.

A presença dos agentes do Estado na gerência dos perímetros e das cooperativas garantia um ordenamento moral a que os sertanejos já estavam acostumados desde sua antiga condição de moradores ou rendeiros, sujeitos ao mando de um *coronel*, ordenamento esse que foi mantido pelo DNOCS com a implantação dos perímetros irrigados. Talvez seja por esse motivo que o colono José Esteves enfatiza as tensões vivenciadas com a Cooperativa e relegue ao esquecimento as vividas com o DNOCS.

A fala dos colonos remete aos momentos de tensão e expectativa que eles ora estão vivendo, mas as suas memórias viajam de retorno a um tempo de fartura e ordem, talvez numa tentativa de reaver as utopias, que, por definição, jamais são realizadas. Assim se expressa o Sr José Esteves:

¹⁶ THOMPSON..E.P. *Costumes em comum*. Op. cit. Pg. 32. " o paternalismo pode ser, como na Rússia czarista, no Japão do período Meiji, ou nem certas sociedades escravocratas, um componente profundamente importante, não só da ideologia, mas da real mediação institucional das relações sociais." À página 29 o autor usa a descrição de um senhor de escravos do Brasil colonial para exemplificar um tipo de dominação que representava uma *concentração de autoridade econômica e cultural*; autoridade, própria de relações paternalistas. Essa cultura paternalista, traço marcante da sociedade escravista brasileira, tem raízes profundas no DNOCS. Criado em 1909, há menos de dez anos da abolição da escravatura, o DNOCS conservou fortes características das relações estabelecidas no tempo da escravidão. A denominação de *feitor*, dada aos chefes que comandavam as frentes de serviços, é um indício forte desse traços.

¹⁷ Pode-se registrar as tentativas do DNOCS em *emancipar os perímetros irrigados*: em 1983, a emancipação limitou-se à intenção do repasse de bens patrimoniais; em 1986, o Programa Nacional de Irrigação (PRONI) previa ações para possibilitar a emancipação dos perímetros, mais uma vez ficou no papel; em 1991, com a extinção das gerências, houve a tentativa de transferir para as organizações de produtores as atividade de administração, operação e manutenção; em 1997 são implementadas as ações do PROEMA sob a orientação do PRONID (Programa Nacional de Irrigação e Drenagem), que faz parte do Novo Modelo de Irrigação, considerado um programa estratégico do Governo Federal.

Quando eu vim da gerência já vinha trazendo um papel documentado do DNOCS, com autorização para eu ir no armazém, tirar um saca de arroz e um saco de feijão prá comer...Aí você vê como o DNOCS era bom. Depois que o DNOCS saíu, acabou-se a orde. Aí, os colonos ficaram naquela fase como se fosse dono. Dono, assim: porque fazia o que não era pra fazer. Pegaram a beber, né? Trazer bebida pra dentro do lote. Jogar, fazer tudo no mundo aqui dentro. Até matar gente. Aqui dentro apareceu quem matasse. Que antigamente não tinha isso aqui. Que era pra ser tudo como uns irmãos unidos...

A memória tem a capacidade de atualizar os acontecimentos a partir de alguns pontos de referência do indivíduo, que, mesmo não sendo ao acaso, modificam-se ao longo do tempo. Vale dizer que, entre os acontecimentos e a lembrança, as experiências são reelaboradas. Para o senhor José Esteves, da sua relação com o DNOCS o que ficou foram os aspectos positivos no que diz respeito principalmente à ordem. Uma ordem que não o deixava passar necessidades, num período em que, mesmo não tendo ainda produção, recebia os alimentos e os empréstimos para tocar para a frente o seu lote.

Assim, continuei as entrevistas com os colonos de Morada Nova. As primeiras conversas tiveram como eixo a maneira de trabalhar antes e depois deles virem para o Perímetro de irrigação. Antes de vir morar no Perímetro, o ritmo de trabalho era marcado pelos caprichos da natureza. O colono Thomaz de Aquino escolhe para lembrar os anos bons, de chuva farta, quando havia trabalho e produção:

Inverno bom era antigamente. Quando dava dezembro nois já tava quimando as coivaras para poder preparar a terra, né? Aí, quando chegava dezembro dava as primeiras chuvadas. Eu agarrava o boi com o aradim, começava a virar a terra.(...) Confiando em São Pedro que mandava de lá para cá. Aí prantava em São José que Nosso senhor e Nossa senhora é quem ajudava. Aí dava aquelas chuvadas. Eu prantava o feijão, prantava o algodão, prantava o milho. Quando chovia, aí eu pegava o cultivadorzinho com o boi e cultivava a terra, né? Daí o inverno pegava mesmo e a gente plantava mandioca, plantava tudo. Vivía assim. Escapando assim, da agricultura. No verão trabaiava no gado. No inverno na agricultura. Vivendo de favor nas terra do patrão.

O Sr Thomaz de Aquino foi quem melhor sintetizou o modo de vida e trabalho dos sertanejos antes de entrarem para a agricultura irrigada, o que corresponde, no contexto da exploração agropecuária, ao que Barbosa

denominou de *condição de morador-parceiro*¹⁸, trabalhador típico do complexo algodoeiro-pecuário do sertão nordestino, que combinava o cultivo do algodão, cultura de maior valor comercial, com as culturas de subsistência aliados à pecuária extensiva. Essa relação de trabalho foi-se firmando no final do século XIX, quando o algodão ganhava importância comercial e entra em crise a partir da década de 1970, com as constantes pragas do *bicudo*¹⁹, período em que o DNOCS dá início às implantações dos primeiros perímetros irrigados.

É interessante observar que, mesmo ao relembrar dos anos de inverno, quando não faltavam ao Sr Thomaz de Aquino nem o trabalho nem o alimento para a família, a referência da exploração e da sujeição está presente em sua fala; ou seja, com toda a fartura do milho, feijão, mandioca e do algodão, ele *vivia escapando no inverno com a agricultura e no verão com o gado, vivendo de favor na terra do patrão*.

As lembranças do Sr Thomaz de Aquino são dirigidas para os anos de inverno; as referências aos anos de estiagem ele só as fez quando indagado como *escapava* nos períodos de seca. Nesse momento, as lembranças do trabalho afloram com toda a carga de sofrimento:

Me lembra que eu trabalhei. Trabalhei e foi muito. Foi em 58. Ainda tô com esse dedo, assim, aleijado. Foi do xique-xique. Esses aqui têm duas pontas de xique-xique dentro. Olhe esse aqui é apumado. Sapecando xique-xique pro gado. Mas de fazendeiro, né? Não era meu não. Outras vez quando chegava o tempo ruim aparecia a rodage, nera? Aí eu ia escapar nas rodage.

Assim, os colonos de Morada Nova prosseguiram as suas narrativas marcadas por temporalidades que se entrecruzam. Contrariando o tempo linear, o presente dessas pessoas mistura-se ao passado e este a um futuro de fantasias. A memória lida com representação, com utopias, sonhos a realizar. Nesse sentido, a minha preocupação não era saber exatamente como as *coisas tinham realmente acontecido*, mas perceber o significado do trabalho em condições supostamente diversas: o trabalho do camponês tradicional e o

¹⁸ CORDEIRO Ivone Barbosa. . *Da Terra de Ninguém à Terra dos Homens – Experiências, Lutas e Representações dos Posseiros da Serra de Ibiapaba-CE*. Dissertação de Mestrado em Ciências do Desenvolvimento Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Itaguaí – Rio de Janeiro. 1990. P 60-61.

¹⁹Bicudo é o nome popular do inseto responsável pela praga que destroi a cultura do algodão, cujo nome científico é *Anthonomus grandis*, Lineu.

trabalho na agricultura irrigada; como essas experiências são vivenciadas pelos colonos. A busca de sentidos é o que moveu a minha curiosidade por estudar as transformações no mundo do trabalho das pessoas que vivem nos perímetros irrigados a partir dos seus principais atores: os irrigantes. Assim, o pano de fundo do meu questionamento é o significado que os colonos conferem à experiência de trabalho no Perímetro de Irrigação do DNOCS em Morada Nova.

Quando analisei a fala dos entrevistados, observei que, ao serem estimulados às recordações, antes de virem morar e trabalhar no Perímetro Irrigado de Morada Nova, a grande maioria deles o fez tendo como referência o tempo presente²⁰. É o presente delineando o que deve ser lembrado. Se a situação presente os inquieta, a memória pinça os momentos de bonança do passado e passam a criticar o presente.

Naquela época, a água ainda era pouca... depois foi que fizeram a casa de bombas.... Hoje já está tudo acabado. As bombas já estão com quase trinta anos que funcionam, a manutenção é pouca, a maior parte dos colonos está sem condições. (...) Ano passado foi plantado 30% dos lotes²¹ porque a água foi pouca. Esse ano (2001) não foi plantado nada porque Banabuiú tá quase seco...Aí, só Deus é quem vai ajudar...

(Joaquim Hilário)

É interessante observar que a modernidade da técnica, tão apregoada nessas três décadas de agricultura irrigada, não deu conta de modificar as expectativas do colono de que é Deus quem soluciona o problema da água. Ao mesmo tempo, pode-se observar em sua fala a apropriação da racionalidade técnica, no que diz respeito à infra-estrutura. Em sua mentalidade de *camponês tradicional*, só Deus, auxiliado pelos santos, pode mandar chuva para recarregar o açude Banabuiú²². Porém, o conserto e a manutenção das

²⁰ O Perímetro Irrigado de Morada Nova enfrenta vários problemas, sendo que o mais visível é a falta de condições para plantar, pois o açude Banabuiú que o abastece o referido perímetro está com a sua capacidade comprometida apenas com o abastecimento humano e animal.

²¹ Nome dado à parcela de terra que cada irrigante recebe para explorar com a sua família.

²² THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1981. p.196. Essa convivência entre a consciência técnica, tida como racional, e a crença religiosa considerada como irracional, creio está presente na história da humanidade e não apenas na tradição camponesa. Thompson rebatendo o estruturalismo de Althusser, acusa-o "de empregar um racionalismo ingênuo numa tentativa de fabricar uma nova explicação racionalista para um comportamento não-racional".

bombas, a restauração dos canais, o empréstimo de custeio etc. são obras humanas, e, como tal, já foram apropriadas à sua experiência de irrigante, valendo dizer que os valores da moderna agricultura fazem parte do seu cotidiano. O poder da técnica configurado no campo das *estratégias*²³ é apropriado, pelos colonos, como *táticas*, e nesse sentido é que ocorre a apropriação dos valores modernos à cultura camponesa, ou seja, esta cultura é redefinida criando relações sociais, experiências e sensibilidades renovadas.

Ao rememorar o passado, o dia de hoje é uma constante na fala dos colonos. Percebi que a recordação serve para atualizar os eventos pretéritos. Na fala dos entrevistados, observa-se uma necessidade de referir-se ao passado sempre em comparação com o presente, numa tentativa de ligar os fios da meada que compõem a memória em suas múltiplas temporalidades, contrariando a idéia de tempo linear, em que o futuro vem depois do presente e este depois do passado. Percebe-se uma intenção de encontrar saídas para a situação incômoda vivenciada no presente, como opina o Sr. Joaquim Hilário: *eu acho que aqui só tinha um jeito de melhorar, era se houvesse uma recuperação.*

Ao sugerir soluções técnicas, o Colono atualiza a cultura camponesa com elementos apropriados à sua experiência pela prática da agricultura irrigada. Ele já apropriou o seu discurso e a sua prática à lógica técnica, sem abandonar, no entanto, a fé em Deus, componente central da tradição camponesa. Assim, se Deus mandar chuva para encher o açude Banabuiú e as autoridades tomarem suas providências para concertar a infra-estrutura de irrigação, a situação melhorará para todos.

O modo verbal condicional "*se houvesse*", proferido pelo colono, aponta para uma possibilidade de tempo *futuro*, ou seja, se forem tomadas tais providências, o perímetro poderia retomar a situação passada, pois foi constatado *que o projeto de Morada Nova é quem dá maior renda ao município, eu acredito que quando está funcionando, dá emprego, talvez, a*

²³ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. 1. Artes de fazer*. 5ª Ed. Vozes Petrópolis – Rio de Janeiro. 2000. P. 100-1001.

*mais de mil e tantas pessoas...*²⁴ Nessa fala, o colono assume o discurso técnico-político da criação de emprego, já bastante discutido pelos críticos dos perímetros irrigados, mas como apropriação, isto é, incorporando-o à sua lógica e não à do capital.

A memória, vista desse prisma, é uma composição de várias temporalidades, não havendo um tempo linear para o narrador que evoca as suas lembranças. Assim, o passado ganha significado na medida em que também confere significado ao presente: *compomos as nossas reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente.*²⁵ Para os colonos entrevistados, o passado é evocado nos momentos bons, em que o trabalho era recompensado com uma produção capaz de deixar algum excedente para o colono, emprego e renda para o Município, e que, no presente, está sendo consumida, como diz o "seu" Joaquim Hilário: *hoje estamos consumindo o que juntamos nesses trinta anos.* Nesse fragmento de memória, pode-se perceber o sentimento de perda, a expropriação do trabalho sentida no tempo presente. Bosi faz uma reflexão sobre o entrelaçamento dos tempos da memória:

*Desses exemplos nos fica a idéia de uma apreensão do tempo dependente da ação do passado e do presente, diverso em cada pessoa. Um tempo que fosse abstrato e a-social nunca poderia abarcar lembranças e não constituiria a natureza humana. É esse que ouvimos, tempo represado e cheio de conteúdos, que forma a substância da memória*²⁶

Nessa perspectiva, a memória está sendo sempre recomposta, e não apenas como reservas de imagens do passado. O processo seletivo, próprio da memória, nos remete também ao ato de esquecer: *o que ela sintomaticamente*

²⁴ O argumento de que os perímetros de irrigação respondem por grande parte da arrecadação tributária foi muito usado nas audiências públicas que as câmaras municipais promoveram para apoiar a luta contra a extinção do DNOCS em 1999. Morada Nova foi um dos municípios onde ocorreu tal manifestação. Quando da Sessão Especial na Câmara Federal para comemorar os 90 anos do DNOCS(19-03-2001), foi fretado um ônibus para conduzir servidores da autarquia e irrigantes para referido evento. A maioria dos discursos dos parlamentares chamava a atenção para a importância dos perímetros na arrecadação municipal. Acho que o "seu" Joaquim Hilário está bem sintonizado com esse discurso. Célia Maria Freitas, em dissertação de mestrado, faz referência aos tributos gerados no Perímetro de Irrigação Curu-Paraipaba, defendendo a tese de que, com o aumento da arrecadação oriunda da implantação e funcionamento dos projetos de irrigação em alguns anos, dá para pagar os investimentos do Governo.

²⁵ THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória* – Op. Cit.

²⁶ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade* – Lembranças de Velhos. 6ª Ed. – São Paulo – Cia das Letras. 1995.

*planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra*²⁷. Tanto o ato de lembrar como o de esquecer são dinâmicos, não estão cristalizados no tempo nem no espaço, pois têm sempre o presente como referência. É com os pés no presente e com o referencial do que foi transato que a memória é construída, sendo historicamente condicionada, como ensina Samuel:

*...a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e de forma de acordo com o que emerge no momento, de modo que longe de ser transmitida pelo modo intemporal da "tradição" ela é progressivamente alterada de geração em geração. Ela porta a marca da experiência por maiores mediações que esta tenha sofrido. Tem estampadas as paixões dominantes em seu tempo. Como a história, a memória é inerentemente revisionista, e nunca é tão camaleônica como quando parece permanecer igual.*²⁸

O drama vivido hoje pelo "seu" José Esteves - a falta de terra para plantar, faz com que ele idealize o passado, e mais, que idealize um DNOCS que talvez nunca tenha existido, pelo menos para a grande maioria dos colonos que permanecem com os seus lotes. O relatório ESPLAR²⁹ traz vários depoimentos de colonos, ainda nos primeiros anos de implantação do Perímetro, que contraria esse DNOCS ideal:

*Me mandavam plantar arroz, mas o terreno não dava. Mas era uma ordem da gerência, eu tinha de cumprir, gemendo ou chorando" (Ex-colono)
Em 1975...mandaram plantar arroz, dissemos que não plantava e ele o técnico disse que botava todo o mundo prá fora e nós, besta, plantemo, e perdemo tudo. (Colono)*

O nível de insatisfação dos colonos, nos primeiros anos de agricultura irrigada, estava relacionado, principalmente, com a forma de o DNOCS administrar o trabalho e a vida dos colonos, deixando-os à margem de qualquer processo participativo. A Cooperativa, que teoricamente seria o espaço de participação de todos os irrigantes, funcionou como mais um instrumento da *ação interventora do DNOCS*, segundo análise do ESPLAR:

A intervenção direta do DNOCS na Cooperativa desperta no colono um sentimento de medo que retarda cada vez mais a sua participação – medo de reivindicar, medo de deixar de comparecer ao armazém para buscar o material

²⁷NORA, Pierre. *Entre Memória e História. Proj. História*. São Paulo. (14), fev, 1993.

²⁸SAMUEL, Raphael. *Proj. História*. São Paulo, (14), fev. 1997.

²⁹ESPLAR. – Relatório sobre o Estudo das Repercussões Socioeconômicas do Projeto Morada Nova. Fortaleza. 1977, p. 179.

*agrícola no dia marcado, medo de discordar do financiamento que lhe é imposto, medo de discordar do pagamento da gratificação aos funcionários como parte das sobras líquidas, medo de questionar o tipo de comercialização á qual alguns produtos são submetidos, pois sabe que poderá ser alvo de sanções aplicadas pela gerência do perímetro.*³⁰

Os depoimentos contidos na *Avaliação de Resultados dos Perímetros de Irrigação do DNOCS*³¹, reforçam esse grau de insatisfação dos colonos, principalmente com relação à forma como eram tratados pelos *homens do Autarquia*, como é o caso da fala desse irrigante da Bahia.

*Resolvi pedir para sair porque não agüentava a desumanidade dos homens do DNOCS que tomam conta do perímetro. Minha mulher adoeceu e eu tive de pedir esmola para poder levar ela a Juazeiro da Bahia em busca de remédio e assistência...*³²

As tensões registradas nestas falas indicam que a relação colono - DNOCS não era das mais amigáveis nos primeiros anos de agricultura irrigada. Por que será que a memória de dona Maria José e do senhor José Esteves teimam em encontrar tantas venturas nesse passado? Qual o sentido do silêncio de alguns colonos sobre as tensões vivenciadas por toda uma coletividade?³³ É que, entre a experiência vivida e o ato de lembrá-las, a memória lida com mediações que fazem do relato oral recortes dessa experiência, quotidianamente reelaboradas.

³⁰ Id. Ibidem. Pg 157

³¹ MINTER/DNOCS/ Antônio A Noronha Serviços de Engenharia. Avaliação de Resultados dos Perímetros de Irrigação. DNOCS. Fortaleza. 1978 A avaliação de Antônio A Noronha que serviu de base para o replanejamento dos perímetros do DNOCS, no início da década de 1980. Ao inferir o grau de satisfação dos colonos, atribui o nível de suas insatisfações às diversas rotas da sua inadaptação, efetiva ou potencial, à vida do perímetro. Por um lado, considera "adaptação" "a capacidade de iniciativa, na escala do processo produtivo ou ao nível de vida associativa e comunitária", por outro, critica os técnicos do DNOCS por considerarem "adaptados" os colonos bem comportados, aqueles que não bebem e mantêm a fidelidade conjugal.

³¹ Id. Ibidem, O relatório em questão analisa os perímetros irrigados como uma organização nitidamente econômica, capaz de dar respostas aos vários problemas "ecológicos, social, institucional dos espaços do semi-árido".

³² Id. Ibidem. As falas dos colonos não eram identificadas. Porém, na época do relatório, só havia dois perímetros irrigados na Bahia: Jacurici e Vaza Barris; o primeiro fica mais próximo de Juazeiro, da Bahia. Nas décadas de setenta e oitenta não se colocava o nome dos depoentes em pesquisas feitas com os colonos para resguardá-los de possíveis represálias.

³³ THOMPSON, E.P. A MISÉRIA DA TEORIA. Op. cit. Segundo o autor: experiência significa sentimentos e emoções radicalmente vivenciados historicamente como elemento efetivo do presente vivido.

O presente comandando o que deve ser lembrado: é assim que funciona a memória. O senhor Arino também sofre com a crise por que passa o perímetro, cuja face mais visível é mais uma vez *a falta d'água*. Ele tem uma leitura diferente das causas atribuídas à aludida crise e culpa o Plano Real³⁴: *o que foi mais ruim, foi só depois que entrou esse Plano Real. Tudo apiorou*. A experiência na Cooperativa de Irrigantes (ocupou vários cargos) permitiu ao colono uma interpretação mais elaborada dos acontecimentos. Ele havia se apropriado dos valores da modernidade, mesmo amalgamados com os signos da cultura camponesa, como podemos observar nesse seu depoimento sobre a época da inflação anterior ao Plano Real:

Quando fizeram os projetos, nesse tempo não havia inflação. Era pra nós pagar em vinte anos, "x" por ano. A quantia era tão pouca, que depois dos cinco anos de carência, começou a aparecer a inflação. E lá se vai. Quando chegou a primeira prestação nós paguemos aquela coisinha, uma besteirinha. Vamos dizer que fosse o dinheiro de um carneiro, a primeira prestação para dar um exemplo. Quando veio a Segunda prestação, vamos dizer que fosse o preço de duas galinhas, a terceira já dava pra pagar com os ovos da galinha. A verdade é que deixaram de receber, porque disseram que não pagava nem os papéis que o DNOCS cobrava.

Pode parecer estranho que, com a inflação, a prestação do lote tenha diminuído, mas foi o que realmente aconteceu, pois o DNOCS não reajustava as parcelas e, com a hiperinflação da década de 1980, a prestação era apenas simbólica. Na ocasião, todos se perguntaram por que o DNOCS havia deixado de cobrar, mas, com o tempo, se acomodaram. É interessante a afirmação de que na época do *projeto não havia inflação*, certamente a inflação tinha outro nome, talvez *carestia*. O certo é que a vivência do senhor Arino na Cooperativa o havia ensinado a ler os acontecimentos com os códigos da economia, assim, o *Plano Real* teria arruinado a vida dos colonos, pois, mesmo com uma boa produção de arroz, não havia quem a comprasse. Os juros no banco

³⁴ Se formos comparar as falas de outros depoimentos de colonos, quase todos identificam a crise como tendo acontecido há mais ou menos dez anos, pois foi a partir do Governo Collor (1990) que a crise dos perímetros se agravou com a saída dos técnicos, a diminuição dos investimentos etc. Ou seja, o modelo do Estado Mínimo ganha fôlego na década de 1990. O discurso oficial faz coro com o liberalismo requeitado de Milton Friedmam; a partir de então é comum ver os técnicos do DNOCS criticarem os perímetros irrigados de *paternalistas*, intensificando as discussões sobre a necessidade de emancipá-los. Os vários planos de emancipação dos perímetros implementados pelo DNOCS consistem, principalmente, em desvencilhar as obrigações do Estado para com os colonos.

aumentando e a Cooperativa cobrando. Para completar o drama, o Governo do Estado recebeu o arroz por um preço que não deu para pagar os custos de produção.

Já para o senhor José Ricarte, a explicação para a crise é bem diferente. O Colono, que é Testemunha de Jeová há vinte anos, diz que a desordem é a principal causa dos maus momentos que eles estão vivendo depois da saída do DNOCS.

Em 1983 tiraram o doutô do DNOCS da gerência da cooperativa e colocaram um colono por nome de Lázaro. E foi o começo do nosso fim. Hoje, aqui está sem lei, tem bar em tudo que é lugar e a desorde campeia. Onde tem bebedeira a senhora sabe como é que é...

Essas diferentes formas de atribuir significado aos acontecimentos, de buscar no passado formas que deram certo, assim como rejeitar experiências negativas, fazem parte do entrelaçamento de tempos que a memória comporta, mas também remete ao processo que têm as lembranças, não como uma revivescência dos acontecimentos, mas uma reelaboração de acordo com o sistema de representações do presente. Assim, ao lembrar, cada indivíduo imprime uma marca às suas recordações de acordo com suas crenças, valores, experiências e necessidades do presente.

O senhor Arino elegeu o Plano Real como a principal causa da crise pela qual estão passando no momento. Provavelmente por ter ocupado vários cargos na Cooperativa, tenha acompanhado mais de perto os desdobramentos da política econômica que apenou os produtores rurais, assim como foi testemunha da diminuição de recursos repassados pelo DNOCS aos colonos, depois do esvaziamento que as políticas neoliberais promoveram nos órgãos públicos.

Já o senhor José Ricarte considera a desordem a causa principal dos problemas que estão atravessando. A sua condição de Testemunha de Jeová sugere que a leitura, feita por ele, dos acontecimentos tenha acentuado o viés moralista, que já é presente na cultura camponesa. Assim, a existência de bares estimulando os vícios de bebidas alcólicas e do jogo, práticas condenadas com veemência por sua religião, aparecem como o fator desencadeador dos problemas vivenciados por eles.

Houve uma entrevista que me deixou curiosa, a do Sr. Oscar Rosa. Durante quase duas horas de conversa, ele falou de muitas coisas, todas relacionadas a fatos declaradamente reais. As lembranças do Sr. Oscar, do início de sua vida de colono, são relacionadas mais com os conflitos que ele travou com o DNOCS através de seus técnicos. O curioso é que, ao contrário dos seus colegas que invocam o passado para referir-se a uma situação presente, ele direciona as suas memórias para as tensões vividas naqueles primeiros anos. Em nenhum momento, na primeira entrevista com o seu Oscar, percebi alguma relação com o estado caótico por que passam os colonos do Perímetro Irrigado de Morada Nova, impossibilitados de plantar por falta d'água, de crédito, de assistência técnica. Muito embora, como já escrevi, o senhor Oscar tenha invocado os mais variados assuntos durante a conversa que tivemos, o seu discurso é perpassado pelos momentos de conflitos vividos com os técnicos do DNOCS.

Pode-se argumentar que o senhor Oscar, como outras pessoas idosas, aposentado e com filhos criados, recorra ao passado para enfatizar o seu papel de líder sindical nos embates que teve com os agentes do governo³⁵, como forma de dar sentido a sua vida presente, de inatividade. Mas não é o que parece, pois, ao chegar a sua casa, sua mulher teve de chamá-lo no lote, onde estava cuidando de um *gadin*, o que sugere que, como os demais colonos entrevistados, o senhor Oscar está em plena atividade. Este é um traço que identifica os trabalhadores rurais que, mesmo aposentados, continuam trabalhando, seja porque a aposentadoria é insuficiente para o sustento de sua família, seja porque o trabalho é investido de um valor moral que tem significado que vai além do econômico. Para o camponês, trabalho é vida, como afirma o seu Tomaz de Aquino: *enquanto eu viver e puder caminhar até o meu lote eu continuo trabalhando, sempre se arranja o que fazer*.

Algumas interrogações me surgiram após a entrevista com o senhor Oscar. Uma delas é: por que, mesmo trabalhando no seu lote, o que sugere que sofra com a escassez de água, ele não fez referência ao problema, em quase duas horas de entrevista? Na maior parte do tempo, ele se interessou mais em narrar as suas experiências nos primeiros anos de vida no Perímetro,

³⁵ Ver *Lembranças de Velhos*, de Ecléia Bosí. Op. Cit. O Sr Oscar foi líder sindical nas décadas de 1970 e 1980.

dando ênfase aos conflitos que teve com os técnicos do DNOCS e os gerentes da Cooperativa. A narrativa do senhor Oscar é rica em detalhes, com os seus gestos, a forma de olhar, como se estivesse mirando um ponto longínquo do passado, dando a impressão de estarmos diante de um contador de histórias. Ele tem prazer em lembrar. Em sua narrativa, antes de acabar com o assunto, já começa outro, descrevendo os eventos sempre com muito entusiasmo, sempre ricos em detalhes. Mas o silêncio do senhor Oscar em relação ao presente deixou-me curiosa e com o compromisso de retornar para continuarmos com a nossa conversa. É certo que eu não o provoquei para que ele falasse em sua situação atual, mas também não o fiz com os outros, nos quais o presente se impunha quase que automaticamente. O que é silenciado é tão importante quanto o que é lembrado. Interpretar os silêncios é tão relevante como compreender os depoimentos dos entrevistados.

As diferentes falas dos colonos que atribuem variadas causas para a crise que enfrentam, cuja face mais visível é a falta d'água, me remetem para a questão da objetividade e subjetividade da memória. A crise é o evento, algo percebido e sentido por todos, portanto, algo objetivo. Essa mesma crise é explicada pelos diversos entrevistados de modo diferente, pois aparece com várias feições, com um significado próprio de cada pessoa no ato de rememorar, de acordo com a sua experiência e o seu nível de compreensão do mundo. Na fala do senhor Joaquim Hilário, pode-se perceber a dimensão subjetiva da memória:

Por aqui, quando nois começemos ño perimo, o açude³⁶ era sangrando. De hoje há dez anos atrás esse açude não sangrou mais e a água acabou-se. Falta d'água é só isso. Se não, todo mundo vivia bem..."
"... hoje já está tudo acabado. As bombas já estão com quase trinta anos que funcionam, a manutenção é pouca. A maior parte dos colonos tá sem condições. (...) E eu acho que só tinha uma pessoa que podia ajudar. Certo que tinha de vir do Governo Federal (...) Mas eu acho que é para olhar para a agricultura e pecuária.

É essa relação entre o evento e as representações que cada entrevistado tem do evento que estimula os que se aventuram a usar as fontes orais na escrita da história. A história fica mais rica quando se busca a

³⁶ Refere-se ao açude Banabuiú, que abastece o Perímetro Irrigado de Morada Nova.

explicação dos liames entre os diversos fios da subjetividade das pessoas comuns em relação ao acontecimento histórico, pois só assim pode-se recuperar a história das classes não hegemônicas.

Aqui, antigamente a "lei" era outra. Tinha de seguir as orde do dotô. Muitas coisa ele acertava, mas errava outras. Mas, nós tinha de obedecer, mesmo sabendo que não dava certo. Foi o caso da prantação de tomate. Essa terra de massapê não era própria para prantar tomate, que precisa de terras mais solta, com outra textura. Mas, se nós tava nas terras alheias, tinha de seguir os conselhos dos técnicos³⁷

A crise pela qual passam os perímetros irrigados, desde o final da década de 1980, é explicada de várias maneiras pelos segmentos que fazem as classes hegemônicas, e se diferenciam de acordo com os interesses de cada categoria. Os economistas neoliberais dirão que a globalização atinge os setores da economia que não se ajustam à competitividade do mercado internacional. Sendo a agricultura praticada nos perímetros irrigados fortemente dependente do Estado e este último tendo sido desmontado pelas políticas neoliberais, tal agricultura estaria fadada a constantes crises. Os críticos das políticas de mudanças implementadas pelo Governador Tasso Jereissati *acusam o governo do Estado do Ceará de ser negligente com a agricultura do semi-árido. Tais afirmações seriam respaldadas pelas estatísticas que comprovam o decréscimo da participação dessa agricultura no PIB(Produto Interno Bruto) cearense.*³⁸

O senhor Oscar e o senhor Hilário são colonos que vivenciaram os primeiros anos de perímetro irrigado. Sujeitos às mesmas regras impostas pela racionalidade capitalista, muitas vezes estranhas às suas tradições, ambos recordam momentos de conflito em relação à maneira de trabalhar a terra, mas a forma de reagir às tensões com os representantes do Governo são completamente diferentes. Há uma pista que me leva a inferir que a razão

³⁷ Somente o senhor Joaquim Hilário apresenta o problema com a plantação do tomate, tendo como causa a inadequação da terra. Os outros colonos apresentam-no como falta de mercado, ou seja, no primeiro ano da colheita, houve compradores para safra. No ano seguinte com o aumento da área plantada, o comprador havia falido, motivo pelo qual houve prejuízo total.

³⁸ De acordo com os dados do IPLANCE/IBGE, a participação da agricultura na economia cearense no ano de 1985 era de 15,3% caiu para 5,62% em 1998.

dessa diferença de atitude tem estreita relação com a trajetória de cada um dos colonos. Enquanto o “seu” Oscar, antes de ser colono, sempre trabalhou em terras alheias como parceiro ou assalariado temporário, o “seu” Joaquim Hilário era filho de pequeno proprietário de terra.

É interessante observar as diversas formas de relembrar os conflitos vivenciados pelos diferentes colonos, quando da implantação dos perímetros irrigados. Vale dizer, toda memória é recordada através do indivíduo escolhido para narrar os eventos mais significativos para ele, porém a seleção que faz dos acontecimentos que deseja narrar guarda uma relação com o grupo ao qual pertence. Assim é esclarecedora a reflexão de BOSI sobre a substância social da memória:

É preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças ou mesmo de nossas idéias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossa que ficaríamos surpresos se nos dissessem o seu ponto exato de entrada em nossa vida... Na maioria dos casos, creio que esse não seja um processo consciente.³⁹

Mas o que interessa na análise das fontes orais é perceber o significado dos acontecimentos para as pessoas comuns, como vivenciam elas a sua cotidianidade e interpretam o mundo. Consoante reflexão de Santana⁴⁰, *é nas relações escritas na dinâmica da cotidianidade que se aprende o processo em que os indivíduos adquirem o estatuto de sujeitos históricos.* É nessa perspectiva importante entender as falas dos colonos em sua diversidade e individualidade. Pensando assim, a crise em que vivem pode ser explicada pela metáfora de um vitral, formado de várias peças, de tamanho e cores variados, mas que, unidas de forma adequada, formará um painel, tornando inteligível a realidade em que vivem. A história que se desenvolve nos perímetros de irrigação terá de comportar as diversas falas dos sujeitos que interagem nas relações sociais ali desenvolvidas.

³⁹ BOSI, Ecléa. Op. Cit.

⁴⁰ SANTANA, Charles Dálmeida. *Fatura e Venturas Camponesas – Trabalho, Cotidiano e Migrações*. Bahia 1950-1980. São Paulo, Annablume, 1998.

Buscar a constituição das memórias do irrigante de Morada Nova foi, pois, um momento importante na compreensão do processo de transformação vivido pelo grupo de trabalhadores dos projetos de irrigação do DNOCS, de forma a tornar visíveis as suas ações, resistências e sonhos, mesmo que estes tenham sido obliterados pela memória que o Estado construiu para eles.

A relação entre a memória dos colonos e a que o Estado imprimiu aos irrigantes dos seus perímetros irrigados deve ser estabelecida para que outras *dimensões de vida que tiveram suas significações negadas ou abandonadas pelas perspectivas racionalistas e objetivistas*⁴¹ sejam resgatadas para a história. É importante analisar a narração de outras memórias, não no sentido de buscar o *que verdadeiramente aconteceu*, mas na busca infundável de tornar visível a diversidade de outras experiências. E, assim, quando a narrativa oral for confrontada com outras fontes, talvez possamos escrever uma história diferente da história/memória construída pelo Estado; sem contar que o Estado também modifica o seu discurso através do tempo, o que significa dizer que a memória de suas ações também é objeto de mudanças.⁴²

⁴¹ BARBOSA, Ivone Cordeiro. *A Experiência Humana e o Ato de Narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação*. Rev. Bras. De Hist. São Paulo. V. 17, nº 23, p.293-305. 1997

⁴² Até final da década de 80, o discurso do DNOCS enfatizava a relevância social dos perímetros públicos de irrigação e o seu potencial de divulgação das técnicas modernas. (Ver GODIM, Reflexões Sobre as Secas) A partir da década de 90, a ênfase recai sobre a irrigação privada não só ao nível de discurso; a legislação de irrigação foi modificada, diminuindo de 70 % para 50% a área reservada para a irrigação dita público.

2.2 Novos Hábitos, Velhos Costumes

*Debruçados os colonos
Nas terras de irrigação
Os lotes em que trabalham
Nunca lhe negarão o pão
Onde de tuas tratadas terras
Se terá: arroz, milho e feijão*

*Trabalha colono brasileiro
Trabalha o dia sem parar
O que daquilo plantar
De tudo tem pra colher
De tudo tem pra comer⁴³*

Embora o programa de irrigação executado pelo DNOCS tivesse como estratégia modificar a prática do camponês no que diz respeito à sua tradição de semear as culturas de subsistência, substituindo-as por cultura de mercado, permanecia no colono o desejo de continuar a prática da agricultura de roça. A preocupação com a segurança alimentar faz parte da lógica da vida do camponês. Assim, muito embora o colono mostrasse estar de acordo com as estratégias do Governo na modernização da agricultura, taticamente ele agia dentro de seus costumes ancestrais, como podemos observar nos versos de um colono de Morada Nova.

As duas estrofes traduzem a lógica da produção camponesa, que não tem por finalidade a acumulação, mas a garantia da produção necessária à unidade familiar de produção e consumo. Esses versos foram publicados após o plantio malogrado do tomate⁴⁴. A ênfase na cultura de subsistência é indicativa de um modo de vida que tem por base assegurar a sua sobrevivência. Segundo Schwartz, a lógica camponesa é a lógica da segurança: *Para ele [camponês tradicional] não se trata de lançar-se em longos cálculos de rentabilidade: o que conta é a segurança alimentar do amanhã, acima de tudo.*⁴⁵

A ênfase na importância da cultura de subsistência aparece, também, na fala do colono Joaquim Hilário, quando foi repreendido pelo técnico agrícola ao plantar milho para *comer verde*:

⁴³ Versos tirados do *CIVAB em AÇÃO* – Informativo técnico e sócio-educativo dos associados da Cooperativa dos Irrigantes do Vale do Banabuiú (CIVAB) de autoria de um irrigante que trabalha no setor N, lote H e casa 5 do Perímetro Irrigado de Morada Nova. Julho e 1976. Não há referência ao nome do autor dos versos.

⁴⁴ Em 1973, os colonos de Morada Nova foram estimulados a plantar tomates mas só tiveram condições de comercializar a primeira safra.

⁴⁵ SCHWARZ. Alf. A lógica do desenvolvimento do Estado e a lógica Camponesa. *Tempo Social: Ver. Social*. USP. 2(1): 75-114. 1º sem. 1990.

...aconteceu uma vez que eu plantei algodão. No aceiro⁴⁶ eu plantei duas carreiras de milho no meio da prantação de algodão... aí, tinha um prático, e quando o milho estava, assim, tamanho de meio metro, ele chegou um dia e disse:

- Rapaz ! Você pode arrancar que o agrônomo não aceita não.

Eu respondi:-- Rapaz! Olhe! Eu nasci trabalhando mais meu pai, e eu nunca vi ele plantar um pé de planta para arrancar e eu não vou arrancar não ! E, eu arranco, depois dele dá a espiga mas antes eu não arranco não!

Nota-se nesta fala que a motivação mais forte para o trabalho é a subsistência associada à autonomia e à tradição, expressa no exemplo do pai.⁴⁷ Embora a produção do algodão, cultura eminentemente comercial, já fosse conhecida dos sertanejos e que tenha servido de enriquecimento para os antigos patrões, ele insiste em *plantar o milho para comer verde*, numa atitude de garantir o alimento diário para a sua família.

Ao mesmo tempo, ele reafirma a tradição herdada dos pais de nunca arrancar uma planta que houvesse plantado. Numa atitude de resistência ao saber e ao poder do técnico, Joaquim Hilário reafirma a sua experiência de plantar algodão consorciado com o milho, como estava acostumado a fazer. Na certeza de que, se por algum motivo, o algodão não *desse preço*, teria garantido a alimentação de sua família. Mesmo não tendo que submeter o primeiro à meação tradicional (quando plantava em terras alheias metade da produção do algodão ficava com o proprietário), o certo mesmo é que só teria autonomia sobre a produção do milho visto que o algodão seria recolhido à Cooperativa e só *Deus sabe quando veria o resultado*. Se o saldo fosse positivo, poderia utilizá-lo na compra de uma geladeira ou de um televisor. Mas se fosse negativo? Teria o fruto do seu trabalho dividido com o banco, a Cooperativa, com o salário dos funcionários ou o gerente ? Ele não sabia bem com quem.

O certo é que, ao enfrentar o poder e o saber do técnico, o senhor Joaquim Hilário estava mais do que plantando um roçado de milho para comer verde. Na realidade, ele estava defendendo a autonomia do seu trabalho, mesmo que fosse uma autonomia relativa, já que era obrigado a plantar as

⁴⁶ Aceiro é o isolamento do material combustível, após a broca, dos terrenos limítrofes, para que o fogo não atinja vegetação, cercas, casas etc.

culturas pré-determinadas pelo programa de exploração⁴⁸, e sobre estas ele não tinha controle.

Esse episódio me remete à discussão sobre a cultura camponesa, fortemente arraigada nos costumes, nas regras não escritas, o que Thompson chama: *de um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentam reivindicações conflitantes*. A relação entre a cultura de subsistência e a cultura para o mercado que se efetua nos perímetros irrigados ocorre num ambiente de conflitos, mas também de trocas. Uma não é totalmente impermeável à outra. As relações entre a tradição oral, aprendida numa prática ancestral de transmissão de pais para filhos no cotidiano da existência (costumes do agricultor) e o escrito (plano de exploração), o dominante e o subordinado, o campo e a cidade, são possíveis, e nem sempre *uma cultura costumeira está sujeita, em seus fundamentos cotidianos, ao domínio ideológico dos governantes*.⁴⁹

O confronto entre o saber técnico e o conhecimento tradicional é uma das características da relação colono-técnico. Os relatos dessas tensões são lembrados pelos colonos de várias maneiras. No caso do Sr. Joaquim Hilário, segundo os seus depoimentos, ele sempre levou a melhor, ou seja, a sua experiência mostrava-se mais eficaz do que as técnicas prescritas pelos técnicos. Pelo menos é assim que ele faz questão de lembrar, numa ocasião em que os técnicos queriam proibi-lo de plantar o milho consorciado com o algodão, alegando o risco de pragas, próprias de uma cultura passar para a outra. Ameaçado de ver a sua plantação de milho arrancada, o colono reagiu:

Olhe! Eu vim aqui trabalhar. Eu não quero desavença. Eu gosto de orde. Eu toda a vida gostei de orde. Não de pisar no pescoço. Mas orde eu gosto. Agora só que o meu milho eu não vou arrancar não. E eu digo, eu vou dizer a você o seguinte: eu conheço o agrônomo. Se você vê ele diga que, se ele for arrancar que ele arranque na minha presença. Nas minhas costas ele não arranque não, porque não vai dar certo... Aí, felizmente que o milho deu (a safra). A espiga comi assada e ninguém veio arrancar não.

⁴⁸ Plano de Exploração era elaborado pelos técnicos da Diretoria de Irrigação, que tinha como diretriz básica tirar o máximo de proveito econômico dos recursos utilizados.

⁴⁹ THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. – Estudo sobre a cultura popular tradicional. Ed. Cia das Letras. São Paulo. 1998. p18.

O que está em jogo ao analisar as memórias dos colonos não é identificar quais as melhores técnicas de plantio do algodão ou do milho ou de qualquer outra cultura, tampouco saber se o colono fala a verdade, mas entender os conflitos que se desenvolveram nos perímetros de irrigação, num contexto político marcado pelo autoritarismo no qual a relação entre as práticas costumeiras e os preceitos técnicos era permeada de tensões⁵⁰.

Nesse sentido, concordo com Portelli⁵¹, quando diz *que, para a História Oral, é mais importante os significados que o evento*. A fala do Sr. Joaquim Hilário é marcada por tensões, reelaboradas através de suas lembranças; memórias de uma autonomia reivindicada para si, numa época em que a repressão era a regra geral nos perímetros de irrigação. O colono, em nome de uma ordem, que, como está evidenciado em sua fala, não é a mesma ordem dos técnicos do DNOCS, assume um papel de independência frente aos ditames da técnica, do mercado e da arrogância daqueles que dominam o saber científico e detêm o controle da burocracia com poderes de suspender créditos, postergar o uso das máquinas, atrasar no calendário da irrigação e, em casos mais acirrados, pedir a expulsão do irrigante.

Alf Schwart, no artigo intitulado *Lógica do Desenvolvimento do Estado e Lógica Camponesa*, defende a tese de que o que move a vida do agricultor tradicional é a segurança alimentar para a sua família, enquanto o argumento que sustém o Estado modernizador é a produção de um excedente com vistas à acumulação, o que permitirá a valorização dos investimentos. O fracasso de alguns projetos de desenvolvimento agrícola dirigidos pelo Estado, que os tecno-burocratas atribuem à *má preparação do projeto, a acidentes climáticos, a incapacidade do camponês* ou o que é mais comum ultimamente, a *deficiência na implantação do Programa, ou seja, ausência de mecanismos apropriados de consulta a participação das comunidades implicadas do projeto em pane*.⁵² Para o autor, nenhuma dessas explicações é convincente para explicar as tensões e insucessos que caracterizam o difícil encontro do pequeno produtor rural e o Estado modernizador.

⁵⁰ A discussão sobre as práticas costumeiras e saber técnico será aprofundada no segundo capítulo, quando analisar as tensões no mundo do trabalho do irrigante.

⁵¹ PORTELLI, Alessandro. Tradução – *Formas e significados na História Oral*. Op. Cit.

⁵² Schwart, Alf. Op. Cit.

Depois de fazer uma análise econômica com base nos pressupostos marxistas, sobre reprodução simples (própria do pequeno agricultor) e reprodução ampliada (condição de valorização do valor na economia capitalista), o autor deixa o agricultor tradicional encurralado: ou o êxodo rural ou a proletarização rural, o que, em última instância, é o prenúncio do desaparecimento do campesinato anunciado e desejado por muitos intelectuais marxistas, que vêem nessa categoria de trabalhadores um resquício do atraso que só faz atrapalhar a luta do proletariado por sua emancipação. É bem verdade que essa visão da esquerda está sendo revista, principalmente depois da emergência do MST, que tanto resiste ao êxodo rural como à proletarização pura e simples.

Mas, o importante no artigo de Shwart, para o estudo sobre os irrigantes, é a análise que ele faz sobre os efeitos perversos da modernização agrícola, ao descrever as tensões entre a tecnoburocracia e os agricultores ditos tradicionais *que nunca estão sintonizados no mesmo comprimento de ondas*, ou mesmo ao denunciar o dirigismo estatal sobre as cooperativas brasileiras que impõem aos agricultores uma mudança de mentalidade e de comportamento econômico, obrigando a sua inserção no circuito do capital industrial (equipamentos, insumos etc...) e do capital financeiro (empréstimos bancários para o custeio e mão-de-obra), o que leva ao endividamento progressivo dos agricultores.

No caso dos irrigantes do Perímetro de Morada Nova, o endividamento dos colonos levou o estado de insolvência às cooperativas e, atualmente, eles estão impossibilitados de fazer qualquer transação com os bancos. Esse endividamento não é visto pelo colono como exploração do sistema de produção de mercadoria, e sim como má gestão, ora do DNOCS, ora da Cooperativa. A expropriação sofrida no sistema de parceria é direta, *in natura*, embora, às vezes, camuflada pela relação de compadrio. As relações derivadas das *forças invisíveis* do mercado, que enfrentam no perímetro, aparecem de forma fetichizada e com mediações muitas vezes incompreensíveis para os colonos.

A experiência adquirida com a agricultura irrigada situa o colono em constante tensão entre a tradição camponesa e as modernas técnicas agrícolas. Um depoimento feito por um colono do Projeto de Irrigação Curu-

Paraipaba, na década de 1980, revela o confronto entre o saber do camponês e o conhecimento técnico, esse primeiro como expressão de um aprendizado transmitido através de várias gerações. Dois pensamentos distintos estão em jogo: a das inovações técnicas, que implica uma nova disciplina do trabalho, e a prática costumeira. As decisões *do quê e como plantar* eram tomadas à revelia dos colonos, num desrespeito aos seus valores culturais. O tecnicismo reinante na época era cego às experiências vividas dos colonos, e não houve a preocupação nem a habilidade em combinar essa experiência com as novas técnicas requeridas pela agricultura irrigada. O resultado foi um nível de insatisfação crescente dos colonos em relação ao Projeto de Irrigação, como podemos observar nos depoimentos que se seguem:

Nunca aceitaram a opinião da gente, não. A gente fazia teste plantando ao modo da gente, e era melhor. Mas, Ave Maria se eles soubessem. Tem muita gente que fazia, muitas e muitas vezes e eles não sabiam" [eles é a maneira comum que o colono tem de se referir à direção geral]... porque colono, lá, não tem vez não...

(Ex-colono, 1979)

Do técnico, só achei uma falta, foi no plantio da mandioca. Eles mandaram plantar a mandioca na vala funda. Aí, numa parte eu obedeci. Mas na outra parte eu entupi a vala e plantei como agente estava acostumado a plantar. Quem plantou do jeito deles só teve prejuízo.

(Colono, 1980)⁵³

Certeau, ao tratar *dos modos de proceder da criatividade cotidiana*, explica como a violência da ordem estabelecida transformada em tecnologia disciplinar é alterada pela astúcia dos dominados, o que o autor denominou de *antidisciplina*⁵⁴.

O colono vivia sempre com medo mas esse medo não o impedia de seguir a voz da sua experiência no que diz respeito à sua forma de produzir. Afinal de contas, era a sua sobrevivência e a de sua família que estava em jogo. Entre obedecer às ordens do técnico e correr o risco de perder o plantio

⁵³ Esse depoimento foi dado a Célia Maria Freitas, op cit, na pesquisa feita para a sua dissertação de Mestrado.

⁵⁴ CERTEAU, Michel. Op. Cit. pg. 41 " se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede de "vigilância", mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ele: que procedimentos populares (também minúsculo e cotidiano) jogam com os mecanismos de disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que "maneiras de fazer" formam a contrapartida, do lado dos consumidores(ou "dominados"?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política."

de mandioca, astutamente, conciliou as duas situações. Ele sabia das conseqüências que poderiam advir, se desobedecesse as ordens do doutor, mas também não queria correr o risco de perder o seu trabalho, ameaçando a segurança alimentar de sua família. A atitude do colono expressa um duplo significado, por um lado, a aceitação das orientações do técnico, num sinal de deferência à autoridade constituída, e por outro a rebeldia em defesa de seus costume. Certeau, ao analisar as reações dos dominados diante das estratégias dos dominantes, define a tática dos primeiros como *movimento dentro do campo de visão do inimigo, e no espaço por ele controlado*.

Nesse sentido, observa-se nos perímetros de irrigação um processo em que as práticas costumeiras e os preceitos técnicos são apropriados pelos irrigantes, tendo como resultado uma nova forma de sociabilidade. No início, foram muitos os conflitos entre os colonos e os técnicos, como se pode observar no depoimento do Sr. Joaquim Hilário: *Uma vez eu tive quase um pega-pega com o doutor Chico, que era o agrônomo. Eu acho que foi em 1974. Ele queria que nós plantasse milho sem sulcar a terra. Os ensinamentos técnicos, antes vistos com desconfiança pelos colonos nos primeiros anos de experiência no Perímetro, agora são reivindicados como necessários para que se produza com eficiência, como afirma o Sr. Oscar:*

(...) se eu fosse um veterinário, eu precisava andar doido no mundo atrás de um veterinário para olhar o meu gado. Se eu fosse um agrônomo eu lá precisava ouvir: "Prante isso! Prante aquilo! Bote isso! Bote aquilo!" Eu era quem cuidava.

A confiança que o colono demonstra ter no saber do agrônomo ou do veterinário, certamente, adquiriu nos anos de convivência com esses profissionais. Só a experiência é capaz de proporcionar uma mudança de hábitos. O que, antes, era visto com desconfiança, no caso da técnica, passa a fazer parte do leque de necessidades criadas na nova condição de colono.

Depois de muitos conflitos, a técnica vai ganhando significado para os colonos, mas, certamente, o fator de convencimento foi a experiência diante das novas formas de cultivar a terra. Esses episódios me remetem à dominação abordada por Paoli em seus estudos sobre os movimentos sociais.

O que os movimentos sociais ensinaram fundamentalmente aos que pensam sobre a sociedade brasileira é que a dominação não é um pacote pronto que dominados indiferenciados engolem porque não têm outras perspectivas pela frente. Parece claro, a estas alturas, que não há consumo passivo de padrões alienantes, que já estariam desde sempre prontos e seriam essencialmente eficazes na promoção da dominação⁵⁵

Nos perímetros irrigados, a dominação vêm revestida sob o manto do saber técnico-científico, permeado de ensinamentos pretensamente neutros que invadem o mundo do trabalho do camponês, tentando modificar desde os seus hábitos alimentares até a forma de se relacionar com a família e os amigos. Não estou recriminando a insistência das extensionistas sociais em diversificar a dieta dos moradores do perímetro, em ensinar-lhes noções de higiene e puericultura e dar conselhos para o cultivo da horta e do pomar. Acho até que há um silêncio no que diz respeito ao trabalho desses profissionais⁵⁶. Refiro-me à rigidez como era elaborada e executada a programação oficial, sem a menor participação dos colonos, nem mesmo dos técnicos de níveis hierárquicos intermediários, como confirma o depoimento de um técnico: *Aquí é o seguinte: quando chega o programa oficial a gente comunica ao colono 'às culturas que tem de plantar'⁵⁷.*

A fala do técnico agrícola é emblemática do grau de hierarquização presente nos perímetros irrigados. Essa rigidez hierárquica não levava em conta o papel que poderia representar o técnico agrícola, desconhecendo a sua posição estratégica na divulgação e convencimento do uso das novas técnicas. Muitos desses profissionais eram de origem camponesa, ou seja, pertenciam ao mesmo universo cultural dos colonos e, com um pouco mais de autonomia, poderiam estabelecer uma relação mais produtiva e democrática com os irrigantes. No entanto, o poder que lhes era dado para que se fizesse cumprir o

⁵⁵ PAOLI, Maria Célia e outros. *Cultura e Identidade Operária – Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora*. São Paulo, Marco Zero. 1987. Pg 56.

⁵⁶ O trabalho das extensionistas sociais tinha um caráter educativo e voltado para repassar as noções da filosofia cooperativa. Embora tivessem a função, também, de acompanhar o comportamento da família do colono e fosse responsável pelo registros dos comportamentos *desviantes*, essas profissionais eram bem aceitas pelos irrigantes.

⁵⁷ ESPLAR. Op. cit. A programação oficial era definida ao nível da Administração Central do DNOCS através da Diretoria de Irrigação que traçava as linhas gerais para todos os perímetros do Nordeste. Em cada Estado, as diretorias regionais comandavam a execução dos programas de irrigação que cada perímetro deveria executar. ♪

programa oficial também o educava autoritariamente para impor o plano de exploração ao colono.

O padrão tecnológico dos perímetros irrigados estava montado num rígido sistema hierárquico que garantia, não só o controle da produção, como também a disciplina dos trabalhadores no sentido do uso máximo de sua força de trabalho. Nesse sentido, a tecnologia empregada nos perímetros de irrigação significou tanto a possibilidade de maior eficácia e produtividade como um instrumento eficiente de controle social.

Os casos de desobediência tinham punição exemplar, que tanto podia ser uma advertência na presença de outros colonos ou a expulsão, como a que ocorreu com um irrigante que se recusou a plantar tomate por achar que o terreno não era adequado. Na ocasião, o doutor disse: *Cuide da sua tomate, é melhor o prejuízo do que o castigo*. Essas punições confirmam o que Paoli escreveu sobre o processo de dominação. A transgressão era punida de forma exemplar, ou seja, para que servisse de advertência a fim de que os demais colonos não ousassem questionar, muito menos desobedecer as determinações vindas *lá de cima*.

É interessante observar que essas determinações chegavam para o colono de uma forma que eles não identificavam quem eram as pessoas que as produziam. A instância superior estava sempre num local inacessível para o colono, como atesta esse depoimento: *O ruim mesmo era só receber ordem sem saber de onde vinha. A gente falava com o técnico e passava num sei quantos dias para receber a resposta*. Isso fazia com que os conflitos fossem se acumulando. Os técnicos que conviviam com os colonos no seu dia-a-dia geralmente pertenciam a um escalão inferior, na verticalizada estrutura de poder dos perímetros, o que os colocava, muitas vezes, de mãos atadas, ou seja, dependendo de uma decisão superior, como podemos constatar no depoimento abaixo:

*Aqui a hierarquia é muito grande. Pra se chegar lá em cima é o maior sacrifício. Uma vez eu falei isso numa reunião com o pessoal da administração e eles não gostaram... A gente aqui é totalmente desligado do pessoal de lá. Isso tem prejudicado muito os colonos, e como tem!. Daqui que os problemas cheguem lá e eles resolvam...*⁵⁸

⁵⁸ Apud. FREITAS, Célia Maria. Op.cit.

Para o colono, o acesso à água não dependerá apenas de São Pedro. Com a agricultura irrigada sempre haverá um doutor que definirá a programação e, conseqüentemente, os dias em que cada colono deverá irrigar o seu lote. O relato de José Tomaz de Aquino é muito interessante, pois percebe-se como esse cronograma era cumprido de forma a não respeitar feriado nem dia santo:

Era quinta feira, ficava acordado a noite todinha...o sereno da noite que a gente pegava, sentado em riba do canal, porque agente não podia ir em casa porque o sinfão corta , aí dá prejuízo. (...) Era quinta feira, irrigava a noite, amanhecia o dia de Sexta , irrigava o dia todo, quando era seis horas, entregava para o vizinho. Aí ele irrigava sábado e domingo . Quando fosse segunda já era outro...

Hoje o colono conta com uma certa naturalidade o fato de trabalhar aos domingos. A sociedade capitalista impõe um tempo racionalizado e rompe com a temporalidade natural. A experiência de três décadas de agricultura irrigada certamente contribuiu para que essa aceitação em relação às mudanças no calendário religioso fosse relatada com tanta passividade ou, talvez, o Sr Tomaz seja daqueles não muito ligados ao cumprimento das liturgias religiosas. O certo é que o ritmo de trabalho imposto aos colonos era muito diferente daquele a que o sertanejo estava habituado quando trabalhava na agricultura de sequeiro.

Ao falar do lazer dos irrigantes, o Sr Arino relembra do tempo em que fazia parte da diretoria do Centro Comunitário do setor I, onde, aos domingos, os colonos iam se divertir, desde que não tivessem nenhuma atividade programada pela gerência.

Sinuca para o dia de domingo. Mas aquele dia de domingo que tivesse tempo. Os que tivesse tempo, ia. Porque aqui era o seguinte: quando as coisas funcionava de verdade, tinha domingo que a gente tava mais ocupado do que um dia de segunda feira. As vezes tinha domingo que ele tava ocupado com a água ou no caso da pulverização, se a praga atacasse, assim de uma vez. Tirando essas coisas, o colono tinha o seu lazer e se divertia um pedacinho.

Novas identidades sociais parecem estar sendo constituídas, a partir dessas novas experiências. Novos hábitos se misturam às velhas tradições, num processo de mudanças e permanências, próprio do fazer histórico. Neste registro, pode-se observar como as técnicas de irrigação se impunham ao

mundo do trabalho, modificando práticas culturais das famílias camponesas. A técnica impõe ritmo de trabalho que não é mais marcado pelos caprichos da natureza. A organização do trabalho deixa de ter o controle exclusivo do chefe da família e passa a ser dividida com os técnicos do Governo. Observa-se, também, uma fratura entre a esfera doméstica e o âmbito do trabalho, simbolizada pela existência do *lote agrícola e do lote residencial*.⁵⁹ A presença dos técnicos como mediadores da esfera produtiva põe em xeque a autoridade paterna. Os vários conflitos vivenciados pelos colonos atestam essa fissura nas relações familiares estabelecidas nos projetos de irrigação.

Os relatos do Sr. Oscar trazem á tona vários tipos de conflitos vivenciados pelos colonos nos primeiros anos de agricultura irrigada, os quais desenham a forma como os técnicos do DNOCS se relacionavam com os camponeses. O autoritarismo dos técnicos chegava às vezes ao nível da violência simbólica como é o caso da destruição da plantação de feijão do Sr. Oscar. O gerente ordenou que passasse o trator na plantação do colono, alegando que havia esgotado o prazo previsto para colheita do feijão. Essa tinha sido a sua primeira safra. A praga do pulgão tomara de conta de sua plantação. A escassez de pulverizadores o havia prejudicado, mas, com muito esforço, consegue combatê-la. Quando, finalmente, chegou a época da colheita, o Sr. Oscar fora surpreendido pelo *calendário técnico do perímetro*.⁶⁰

O Sr. Oscar já havia enfrentado muitas situações difíceis, como todo camponês do semi-árido. Havia sofrido com os prejuízos das secas, das pragas dos insetos, da exploração do patrão. Eram situações concretas e de fácil inteligibilidade para sua condição de agricultor sem terra, mas nada convincente poderia explicar os motivos que levaram os *homens lá de cima* a destruir com o trator a sua primeira plantação de feijão. O Sr. Oscar tentou de todas as maneiras impedir a violência. A primeira vez, o técnico agrícola teria dado uma semana para que ele apanhasse o seu feijão. Com menos de vinte

⁵⁹ Nos projetos arquitetônicos dos perímetros de irrigação, os lotes agrícolas são separados dos lotes residenciais até uma distância de 2km.

⁶⁰ Todos os anos os técnicos elaboravam um calendário agrícola que incluía todas as fases do trabalho do irrigante, desde a limpa da terra até o armazenamento da safra para a comercialização. Esse calendário, parte integrante do Plano de Exploração, definia também o tipo de cultura, o controle das pragas, o uso das máquinas e o controle da água. No próximo capítulo, serão abordados o tempo e a disciplina nos perímetros irrigados.

e quatro horas, o gerente, como agente de um projeto, que não permitia, inclusive, a quebra de hierarquia, o chamou e reafirmou que teria de passar a máquina em sua lavoura. Insistente, o senhor Oscar, relembrando o episódio, disse com voz humilde: *Por caridade, doutor, me dê ao menos dois dias que eu chamo os cumpanheiros para apanhar, num faço nem questão de ser pra mim!*” Mostrando-se compreensivo, o gerente assentiu. Mas fora em vão. No dia seguinte, mandou que os tratores (foram oito) limpassem o lote do senhor Oscar. Seus olhos brilharam ao relatar com detalhes a violência sofrida *vermeín, vermeín,⁶¹ né criatura, dava até pena !*, disse reportando-se ao ocorrido como se tivesse acontecido ontem. Naquele momento seus olhos expressavam o sentimento da perda, da importância, e também, da indignação.

impossível

Mas quando foi assim, negócio de oito horas da noite, eu botei a cabeça aí na porta...vi zuar. Botei a cabeça aí na porta da cozinha e olhei pro lote. Tava que parecia, assim, que quando você vai pra rua ...quando você chega na cabeça do alto do DNOCS e você descobre o claro da rua de noite. Aí, eu fui olhar. Tinha oito, tinha oito trator para roçar quatro hectare de feijão, né? Olhe! Num gastaro nem vinte minuto, né? Roçaram tudinho. Aí roçaram tudinho...

Muitos dias de trabalho foram destruídos em menos de vinte minutos. Esse foi um momento de tensão. Ao ouvir o relato desses acontecimentos, percebi a complexidade de se trabalhar com os depoimentos orais.⁶² Ao transcrever a fita, constatei que é impossível captar a riqueza da fala, apenas pelo ouvido. Mesmo percebendo toda carga emocional que o senhor Oscar traz na voz, é impossível captar os seus gestos, o franzimento da testa, as lágrimas, ao relatar momentos tão dramáticos de sua vida. Por alguns momentos o senhor Oscar fica em silêncio, com olhar longínquo parado em algum lugar de sua memória. É elucidativa a análise de Bosi, quando compara a comunicação e a narração. Enquanto a primeira está mais relacionada com a novidade, com o aqui e o agora, a última é comparada a *uma semente que se expandirá por tempo indefinido:*

O narrador está presente ao lado do ouvinte. Suas mão experimentadas no trabalho, fazem gesto que sustentam a história, que dão asas nos fatos

⁶¹ Refere-se à cor vermelha, da vagem do feijão.

⁶² MARTINS, José de Sousa. *A militarização da questão agrária*. 2 ed. Petrópolis. Vozes, 1985.

*principais pela sua voz. Tira segredos e lições que estavam dentro das coisas, faz uma sopa deliciosa das pedras do chão, como nos contos da carochinha. A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria: a vida humana.*⁶³

Percebi, depois desse depoimento do senhor Oscar, que eu estava diante de um autêntico narrador. A interpretação que ele imprime às suas memórias não é expressa apenas nas palavras, seus gestos (mexer das mãos, brilho dos olhos, balançar da cabeça) são tão significativos quanto as suas palavras. Os momentos de tensão ocorridos durante o relato do senhor Oscar lembraram uma passagem do livro de Martins⁶⁴, quando ele relata a história do boiadeiro Galdino. *À medida que fala, Galdino esculpe firmemente nos dedos e nas palmas das mãos gestos e combinações relacionados com o que está pensando e dizendo.*

⁶³ BOSI, Ecléa. Op. Cit.

⁶⁴ MARTINS, José de Sousa. *A militarização da Questão Agrária*. Op. Cit. pg126. Aparecido Galdino Jacinto, líder messiânico, um preso político, julgado louco pelo Tribunal Militar no início da década de 1970.

CAPÍTULO 3 – CULTURA CAMPONESA RESSIGNIFICADA?

3.1 Trabalho e Educação

Eu aproveitei bem o trabalho dos meus (filhos). Iam pra' escola e quando chegavam iam cultivar. Quem estudasse de manhã, ia trabalhar de tarde. Quem estudasse de tarde ia trabalhar de manhã.

Oscar Rosa

A socialização da tradicional família camponesa é definida basicamente no âmbito familiar e a aprendizagem ocorre pelo trabalho. Os meninos desde cedo acompanham o pai na sua lida diária, quer seja na arte de campear gado, nas tarefas com o roçado, bem como na caça e na pesca. A transmissão de conhecimentos sobre o trabalho acontece de uma forma natural, através mais de gestos do que de palavras. Graciliano Ramos registrou o significado do silêncio como uma das linguagens mais significativas do sertão. A personagem Fabiano encarna bem o laconismo do sertanejo, como podemos observar numa passagem de *Vidas Secas*, onde, depois de dar uma resposta monossilábica ao filho, rememora os seus tempos de infância.

Tentou recordar o seu tempo de infância, viu-se miúdo, enfezado, a camisa encardida e rota, acompanhando o pai no serviço do campo, interrogando-o de balde. Chamou os filhos, falou de coisas imediatas, procurou interessá-los. Bateu palmas: _ Ecô! Ecô

A cachorra Baleia saiu correndo entre os alastrados e quipás, farejando a novilha Raposa. Depois voltou desanimada, triste, o rabo murcho. Fabiano consolou-a, afagou-a. Queria dar apenas um ensinamento aos meninos. Era bom eles saberem que deviam proceder assim.¹

Ao acompanhar o pai no serviço do campo, Fabiano aprendia, observando-o em suas tarefas, imitando-o no que era possível a um menino de sua idade. O processo de aprendizagem dava-se através da forma mais simples: a imitação. Para o vaqueiro, era compreensível que deveria agir com os seus filhos espelhado na figura paterna. O *teatrinho* que Fabiano montou com a Baleia tinha como objetivo ensinar aos meninos a importância do cachorro na busca de um novilho desgarrado na caatinga. Os gestos eram

¹ RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 67 ed. Rio de Janeiro: Record: 1994, p. 20.

mais importantes do que as palavras. Através deles os pais transmitiam aos filhos como deveriam proceder em situações de apuro. É importante observar que as palavras pronunciadas por Fabiano foram dirigidas somente à cachorra Baleia (*ecô, ecô*). Quanto às crianças, não só observavam mas participavam da lição como se fosse uma brincadeira.

Em sua maioria, os colonos de Morada Nova foram introduzidos no mundo do trabalho à maneira dos filhos de Fabiano. Mal aprendiam a andar, os filhos de moradores de fazendas, vaqueiros, reideiros... acompanhavam os pais nos serviços com o gado, na ordenha das vacas, ou no pastoreio do gado miúdo. Comparando a criação dos seus filhos com a sua, o Sr. Oscar relembra seus tempos de criança:

Com sete anos eu comecei a trabalhar né? Comecei a trabalhar, no roçado... porque quando a gente aprendia a andar a gente vaquejava criação, dava água a animal, botava água em casa, botava a lenha, néra? Mas pra trabalhar no roçado mesmo, com sete anos agente começou. E aí nois fomos criados num sistema, nois lá de casa...até casar...Até casar, a vida num era nossa não. Nois trabalhava pro papai. Nois recebia a roupa feita. É tanto que nois lá em casa, nois era sete homens, agente era que nem soldado. O papai comprava aquela peça de fazenda e fazia a roupa de tudinho. Ninguém escolhia não, a gente já recebia a roupa feita.

Assim como a roupa, que o senhor Oscar recebia feita, os ensinamentos com a agricultura e criação de animais também eram passados da mais velha para a geração mais nova, através de gestos mais do que de palavras. Em outra passagem de *Vidas Secas*, é possível observar a importância da experiência dos mais velhos na socialização do camponês. Com maestria, Ramos descreve a transmissão da herança cultural do homem do sertão.

A cabeça inclinada, o espinhaço curvo, agitava os braços para a direita e para a esquerda. Esses movimentos eram inúteis, mas o vaqueiro, o pai do vaqueiro, o avô do vaqueiro e outros antepassados mais antigos haviam-se acostumado a percorrer veredas, afastando o mato com as mãos. E os filhos já começavam a reproduzir o gesto hereditário.²

Assim como Fabiano, a repetição de gestos era a forma como os colonos de Morada Nova, pioneiros nos perímetros públicos de irrigação,

² RAMOS, Graciliano. (1994) Op. Cit p. 17.

orientavam o seu trabalho, seguindo uma tradição secular de pai para filho. Os procedimentos de como trabalhar a terra não estavam escritos em nenhum manual, tampouco havia chegado ao campo o sinal de televisão que, hoje, leva o Globo Rural³ às casas dos sertanejos. A autoridade dos mais velhos era suficiente para legitimar os procedimentos que o homem do campo deveria seguir na sua labuta diária. É o que podemos observar num episódio ocorrido com o senhor Joaquim Hilário, no início de sua experiência com a agricultura irrigada. *Se não lhe falha a memória*, no ano de 1974, o Colono foi surpreendido com uma ordem do técnico agrícola para que ele arrancasse o milho plantado junto com o algodão. A orientação do programa era proibir a cultura consorciada, muito mais susceptível às pragas. O senhor Joaquim Hilário, seguindo o ensinamento de seus antepassados, havia plantado como de costume e não estava disposto a arrancar a sua plantação de milho e assim respondeu ao técnico. *Rapaz, olhe! Eu nasci trabalhando com o meu pai, e eu nunca ví ele plantar um pé de planta para arrancar e eu num vou arrancar não. E eu arranco, depois dele dá a espiga.*

A expressão *nasci trabalhando com o meu pai* sugere que a criança sertaneja adquire o hábito de trabalhar ainda muito pequena e que tal hábito é valorizado na cultura camponesa. O trabalho da criança, nessa perspectiva, não é considerado por sua família como exploração do trabalho infantil, debatido com muita ênfase no momento atual. A lógica que prescreve a necessidade da escola como um impositivo da cultura urbana e industrial é diferente da camponesa, em que o processo educativo passa, necessariamente, pelo aprendizado do trabalho.

Tal como Fabiano, o senhor Joaquim Hilário acompanhava o pai nos serviços do campo, e, certamente, contava como ajuda nos serviços da roça do ponto de vista da produtividade, mas o que tinha de mais significativo no gesto do pai era fazer com que o filho o acompanhasse na sua lida diária, sendo tal ato revestido de um caráter educativo visto no seu aspecto mais amplo, que é o de aprender o manejo do gado e da terra. As atividades desenvolvidas pelas crianças na família camponesa podem ser entendidas sob o prisma do trabalho

³ É comum, nas entrevistas com os colonos, eles se referirem ao programa *Globo Rural*.

propriamente dito, mas também sob a óptica da educação, de uma disciplina para o trabalho e para a vida.

Nessa perspectiva é que se compreende a preocupação do senhor Oscar Rosa com as leis que proíbem o trabalho infantil debatidas, atualmente, em todo o País. Para o Colono, essa lei fere os princípios em que se fundamenta o trabalho da agricultura familiar tradicional. Para o senhor Oscar, a socialização da criança do campo ocorre através do trabalho, nesse sentido, os seus conselhos são bastantes elucidativos:

Duas coisas que você não faça! Pagar um filho que você tem dentro de casa pra trabalhar e botar ele para estudar dizendo que é para ele não trabalhar. Hoje já a Lei não permite. O menino passa até os dezoito anos sem trabalhá. Como é que fica um homem deste? Se criar desde criança até os dezoito anos sem nunca ter dado um prego numa barra de sabão. Nos dezoito anos esse homem vai querer trabalhá? Mas num vai, num vai de jeito nenhum. Porque você ensina o menino a trabalhá dos dez aos quinze, quando passa dos quinze para os vinte ele já não quer mais.⁴

Essa fala do colono expressa toda a sua indignação contra os valores exógenos que lhe chegam, principalmente através das leis que protegem a criança e o adolescente.⁵ É a intromissão, segundo o seu ponto de vista, do Estado em relação à tradição herdada de seus pais e avós mas que não está mais sendo possível transmiti-las aos netos:

Já pensou? Um menino desse tamanho (aponta para um neto de aproximadamente 5 anos) a gente vai dar um conselho e ele responde: Não se preocupe comigo. A vida é minha! O que a gente pode fazer? Aí, ficam dizendo: O culpado é os pais. O culpado não é os pais! O culpado é a Lei. A Lei num deixa mais os pais educar os filhos.

É importante observar que o senhor Oscar, se por um lado, mostrou capacidade de reelaboração no processo de produção, incorporando muitos elementos modernos ao seu mundo do trabalho através das técnicas de irrigação, de outra parte, não foi capaz de incorporar os novos valores que o Estado está impondo através de uma legislação moderna, voltada para a

⁴ Oscar Rosa. Colono de Morada Nova entrevistado em maio de 2001.

⁵ Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ART. 60 – É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.. ART. 62 – Considera-se aprendizagem a formação técnico - profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

formação da cidadania. A introdução desses novos valores no seio de sua família faz com que o colono se sinta expropriado do poder de educar os filhos e netos dentro da tradição de sua cultura. Ele critica essa *intromissão* na educação das gerações mais novas através de um fator exógeno à tradição camponesa. Sente-se ameaçado no seu pátrio poder: *a lei num deixa mais os pais educar os filhos.*

Apesar do autoritarismo do DNOCS em impor a propalada modernidade técnica, o Sr Oscar foi capaz de reelaborar a sua cultura de forma a apropriar-se do que a técnica lhe poderia trazer de positivo. Mesmo sendo atravessada por conflitos, essa incorporação do elemento moderno nas técnicas de produção ocorreu a partir de vivências positivas na dimensão do trabalho, ocasionando melhorias das suas condições de vida. A aceitação da nova técnica foi ganhando mais significação, na medida em que o autoritarismo do Estado se diluía com o afastamento do DNOCS da vida dos colonos, através da extinção das gerências dos perímetros irrigados, no início da década de 1990.

Ao falar do seu trabalho, o Colono o faz com muito prazer, demonstra o orgulho de saber lidar com a terra, criou os filhos para o trabalho e estranha quando escuta alguns pais, principalmente as mães, dizerem que as crianças não devem trabalhar para não atrapalhar os estudos. Para ele, que começou a trabalhar ainda criança, ajudando na semeadura, na colheita de legumes etc o seu aprendizado havia se efetivado, fundamentalmente, longe dos bancos escolares. O trabalho infantil lhe parece algo natural, faz parte do cotidiano da família camponesa, e é por isso que aparece como incompreensível aos olhos do colono a lei que proíbe o trabalho infantil.

O que está em jogo é o embate entre duas culturas: a camponesa e a moderna. Se é possível perceber na fala dos colonos a dificuldade em assimilar outra dimensão da cultura moderna, veiculada principalmente pela Escola, não se deve desconsiderar a incapacidade do Estado em oferecer-lhes a alternativa de educação que os ajude a reelaborar os seus costumes. Nesse sentido, fica a inquietação de como a Escola está lidando com essa cultura? O que existe na cultura camponesa que deve ser valorizado, reelaborado?

Na realidade está sendo imposta uma nova organização familiar. As tensões vivenciadas pelo do senhor Oscar com o neto de cinco anos não são próprias do choque de gerações, pois o que está em jogo é uma nova inserção social da criança e do adolescente, sem nenhuma mediação entre a cultura camponesa (paternalista, autoritária) e uma cultura voltada para a construção da cidadania.

Assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente não está sendo assimilado pelos mais velhos como algo positivo. Como fazer esse camponês compreender que a lei é justa? Que, para construir a autonomia, a criança precisa ter direitos e deveres? Se os netos, muitas vezes, são seus dependentes e, por isso, ele se acha com o direito do pátrio poder, será que não está faltando uma mediação entre essas duas culturas? Esta mediação se traduz na necessidade de reelaborar os valores da tradição camponesa de forma a atender às exigências do mundo moderno. Se essa mediação não está sendo feita pela Escola, que tipo de autonomia está sendo construída para essas crianças?

Quando uma criança responde ao avô - *A vida é minha! Eu sou quem resolvo!* -, supostamente está sendo delegada a ela uma autonomia de forma tão autoritária quanto a que tira a sua liberdade em nome do pátrio poder. Será que essa criança está sendo preparada para exercer a sua autonomia de forma democrática, caminho sem o qual é impossível conquistar a cidadania?

As tensões vividas pelos colonos no choque entre a cultura camponesa e a cultura moderna, no que se refere, especialmente, à educação, mostram-se contraditórias em muitos aspectos. Muitos deles se orgulham de ter filhos cursando faculdade, o que, de alguma forma, demonstra terem assimilado a importância dos estudos para um futuro melhor dos seus descendentes. Ao mesmo tempo, são profundamente críticos dos valores que essa educação está repassando para os seus descendentes. Na realidade trata-se de um processo de perdas e ganhos culturais em que estão em jogo dois mundos de vida. — A educação moderna rompe com valores da tradição sem fazer mediações, criando situações de tensões em relação aos costumes,

parentesco, formas simbólicas de dominação e resistência. Thompson⁶ afirma que os valores, *tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre um terreno de contradições, e luta entre valores e visões de mundo alternativos.* Tais contradições ocorrem no plano da experiência.

Nesse sentido, o Sr. Oscar, como portador de uma memória que está sendo modificada, se inquieta com as perdas culturais impostas pela educação moderna e vê-se diante do seguinte dilema: *O que eu aprendi do meu pai, eu consegui passar pros meus filhos. Mas para os netos está sendo diferente, O que meu pai passou pra mim e pra meus irmãos está sendo perdido.* A leitura que o Sr Oscar está fazendo em relação à educação das gerações mais novas é que a tradição camponesa está sendo perdida.

Mas, será que está mesmo? Será que essas crianças, apesar de todos os apelos da modernidade contidos nos livros didáticos, no discurso dos professores, nos programas de televisão – prenes de valores da sociedade urbano-industrial - não estão reapropriando a memória de seus avós de forma diferente, ou seja, incorporando a tradição camponesa em outras dimensões, ainda imperceptível à sensibilidade dos adultos? É importante levar em conta o fato de que muitas dessas crianças vivem próximas às casas dos avós, compartilham o cotidiano do trabalho camponês, mesmo modificado pelas técnicas de irrigação, isto é, elas vivenciam um contexto diferente do mundo urbano – industrial.

O que fica no ar é o que está sendo efetivamente perdido e o que está sendo apropriado por essas crianças a partir de um outro patamar. Esta é uma questão da qual o presente trabalho não vai dar conta. Só a pesquisa com essas crianças, daqui há algum tempo poderá indicar como sucederam tais perdas e ganhos culturais.

Nas falas dos colonos, era comum a insatisfação relativamente à escola dos filhos. A incompatibilidade do trabalho com o estudo sempre foi um problema nos perímetros irrigados. Apesar dos programas das escolas contemplarem a preocupação com a agricultura irrigada, nunca houve uma

⁶ THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria – O Termo Ausente: Experiência*. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1978. P.194.

compatibilização do calendário escolar com a folhinha agrícola, ou seja, as escolas dos perímetros seguiam rigorosamente o que a Secretaria de Educação do Estado estipulava.

Observavam-se altos índices de reprovação e de evasão escolar, já que as famílias dos irrigantes não podiam prescindir do trabalho dos jovens e crianças nas épocas dos picos de trabalho, como na semeadura e colheita, conforme podemos observar no relato que um colono fez em 1977: *Antes (de ir para o perímetro) meus filhos estudavam: os mais velhos. Aqui, só os mais novos. Os mais velhos, aqui, só trabalha, tinha que ajudar no lote. Prá entrar e perder aula é (melhor não ir).*⁷

O caráter educativo do trabalho na socialização dos filhos dos camponeses está bem nítido na afirmação do colono: *Você ensina a trabalhar dos dez até os quinze anos.* Nesse sentido, porque os currículos das escolas rurais não levavam em conta as necessidades das famílias dos irrigantes? Vale dizer, o que é mais importante nessa faixa etária definida pelo senhor Oscar no ensino - aprendizagem é o desvelamento de lidar com a terra, com os animais e plantas, bem como a responsabilidade de trabalhar que, segundo a tradição camponesa, deve ter início quando os filhos ainda são crianças.⁸ Nesse aspecto, o trabalho remete à honra, além de fonte de sobrevivência. Por outro lado, está implícita a preocupação com a disciplina do trabalho. Assim, trabalho e educação se fundem no cotidiano das crianças camponesas. Não há uma delimitação definida para o tempo de trabalho, o período do aprendizado e o momento do lazer.

No caminho da roça, os meninos carregam junto com o enxadeco a indefectível baladeira, e saem a caçar passarinhos, calangos, preás. Os troncos de bananeira, quando retirados os cachos, se transformam, ora em rolos flutuantes que fazem a alegria da meninada, nos açudes, rios e córregos na época de inverno, ora servem de instrumental pedagógico para ensinar os mais novos a nadar. Nessas circunstâncias, as mediações institucionais são reduzidas e as novas gerações constroem o conhecimento a partir de

⁷ ESPLAR – Relatório sobre o Estudo das Repercussões Sócio-Econômicas do Projeto Morada Nova. Fortaleza. 1977. P. 162.

contatos com a natureza e com o mundo do trabalho dos mais velhos. O ensino-aprendizagem realizava-se, basicamente, distante dos bancos escolares.⁹

O senhor Oscar se lembra de como eram as brincadeiras no seu tempo de jovem. Não havia separação entre as pessoas novas e velhas, mulheres e homens. Hoje, segundo ele, há grupos de jovens, clube de mães, grupos de velhos (terceira idade) e há também grupo de crianças, tudo separado, sem que um possa intervir no grupo do outro. Em sua época, relembra o Colono, era muito diferente.

Até setenta (1970) a gente não tinha essa separação. Podia ser velhinho que ainda pudesse andar e podia ser menino que ainda estivesse aprendendo a falar. A gente ia tudo para uma roda brincar. Brincar de roda. Agora, a gente não participa das brincadeiras dos meninos e nem os meninos participam da conversa da gente. Porque eles num aceitam. A vida é deles. A conversa é outra, né?

A presença obrigatória¹⁰ da escola impõe um novo ordenamento na relação dos pais com os filhos, principalmente no que se refere à terceira geração dos perímetros irrigados. Apesar de a expectativa da educação dos filhos fazer parte do conjunto de fatores que estimulava as famílias sertanejas a procurarem os perímetros irrigados, as escolas dos perímetros se constituíram como mais um instrumento de controle dos colonos. A frequência à escola dos jovens e crianças era acompanhada pelas extensionistas sociais. De forma persuasiva, elas enfatizavam a importância de conciliar a escola com o trabalho no lote, como pode ser observado na ficha de acompanhamento de Amado Dioniso de Lima, em visita feita em 01/08/76: *Família numerosa e de bom relacionamento. Parece organizada. Filhos freqüentam a escola e cooperam nos trabalhos do lote.*

⁹ SANTANA, Chales D'Almeida. *Farturas e Venturas Camponesas*. São Paulo, Annablume, 1998. Analisando o trabalho e o cotidiano dos trabalhadores rurais que migraram para a capital baiana, o autor enfatiza que a interseção do trabalho com o lazer era suficientemente intensa a ponto de permitir lembranças que os nivela em um mesmo patamar, como o depoimento de um de seus entrevistados: "Ah, quando era menino era aquela vida de trabalhar-brincar".

¹⁰ Na implantação dos perímetros irrigados, estava incluída a construção de escolas para os filhos dos colonos. A princípio essas escolas deveriam estar direcionadas para a realidade da agricultura irrigada, mas o que se pode observar na prática é que elas não se diferenciavam das demais, inclusive o período de férias obedecia o mesmo calendário da rede estadual de ensino, determinado pela Secretaria de Educação do Estado em que estava localizado o perímetro.

A conciliação do trabalho no lote agrícola com a escola parecia ser o objetivo tanto dos técnicos quanto das famílias dos colonos. Em pesquisa feita pelo ESPLAR, em 1976 com os colonos de Morada Nova, os dados apontaram que um dos principais motivos de atração das famílias para os perímetros era a facilidade de escola para os filhos. É interessante observar que, passados mais de trinta anos de implantação do PIMN, os colonos entrevistados consideram o acesso à educação como uma das principais vantagens oferecidas. Na escala de prioridades, mesmo sendo um crítico dos valores que a escola passa para os netos, o senhor Oscar elege a educação como principal vantagem que o Perímetro Irrigado proporcionou à sua família.

Teve muitas vantagens...primeiro que meus filhos todos aprenderam. Já tem deles fazendo até faculdade. Graças a Deus, tem duas fazendo faculdade. Os meninos quase tudo é técnico agrícola. Se eu tivesse lá (fora do perímetro) eu num tinha essa condição.

O depoimento do senhor José Esteves não difere muito dos demais entrevistados no que se refere à importância dos estudos para o crescimento dos filhos. José Esteves é um dos colonos que se desfez de seu lote mas continua morando na casa do Perímetro. Refere-se à educação dos filhos como um dos principais benefícios que o perímetro lhe proporcionou. Indagado se teria as mesmas condições de vida, caso não tivesse entrado no Perímetro de Irrigação, o ex-colono respondeu:

Tenho certeza que não tinha. Hoje aqui num tá bom mas eu sou franco em dizer: hoje esse aí (referindo-se ao filho mais novo) está ganhando por conta dele para se manter, vive às custas dele, né? Os outros, se não estão ganhando mais, também não são analfabetos, tudim tem um saberzinho e aprenderam a trabalhar aqui dentro.

Consciente de que o perímetro não oferece condições de emprego para todos os membros da família, o senhor José Esteves vê na educação uma forma de ascensão social. O seu filho mais novo é professor do Município de Morada Nova. Dos sete irmãos, é o único que não depende da aposentadorias dos pais. O fato de estar cursando faculdade em Limoeiro do Norte é mais um motivo de orgulho dos pais.

Fischer e Melo¹¹ nos fornecem elementos para entendermos a divisão do trabalho no seio da família camponesa. Segundo os seus estudos, na agricultura tradicional, o lugar do roçado é um lugar masculino, do chefe de família. À mulher cabe a administração da casa, o cuidado com os filhos e com os animais que circundam a morada, o preparo dos alimentos, a higiene das pessoas da família. Isso não significa dizer que as mulheres não fazem os serviços de roça. Sempre que há necessidade, principalmente nas épocas do plantio e da colheita, observa-se a presença imprescindível da mãe de família, acompanhada das filhas maiores, trabalhando na roça.

Sob a direção do pai, os trabalhos no roçado são desenvolvidos pelos demais membros da família. O Sr. Oscar descreve bem essa relação :

Agente num ganhava dinheiro de ninguém. Agente trabalhava, quando era rapaz, agente só recebia dinheiro de uma pessoa, pra nois, se nós trabaiasse para uma pessoa que papai num tivesse negócio nenhum com aquela pessoa, né? Mas se papai tivesse qualquer negócio com aquela pessoa, aí, quem recebia era ele. Ele fazia as contas com papai... Até casar né? (...) Um dia nós fomos pra festa. Aí quando era o dia da festa ele dava aquele trocado que era pra eu dividir com os outros dois, que nois era três criado em casa. Aí eu dividia com os outros dois e nois ia pra brincadeira. Recebia aquele tantinho, da mão dele...

O relato do colono remete aos anos de 1950, quando fazia parte da tradição camponesa o fato de o comando do trabalho e a repartição de seus frutos serem a responsabilidade do pai. Um estudo de Heredia¹² descreve a divisão do trabalho na família camponesa. Segundo a autora, o trabalho

¹¹ FISCHER, Izaura Rufino e MELO, Lígia Albuquerque de, *O Trabalho Feminino: Efeitos da Modernização Agrícola*. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Massangana. 1996. Trata-se de um estudo que aborda os efeitos do assalariamento feminino nas áreas em processo de modernização agrícola Nordeste do Brasil. O perímetro irrigado de Morada Nova foi um dos locais escolhidos para a pesquisa. Sobre a jornada de trabalho da mulher: "Os cuidados da casa e dos filhos, dos animais de pequeno porte e da roça do quintal da casa, raramente são realizadas pelo homem, embora se tenha observado nas áreas de irrigação estudadas que os homens tendem a colaborar nas atividades domésticas citadas se a mulher sai para o trabalho remunerado. Devemos salientar, no entanto, que o desempenho destas atividades são a título de ajuda, condição que desobriga o homem de realizá-la sistematicamente, mantendo a mulher na condição de responsável pelo trabalho doméstico."

¹² HEREDIA, Beatriz Maria Alóssia de. *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. A autora faz um estudo etnográfico sobre o trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. No capítulo III – *Casa-Roçado*, ela descreve o trabalho no roçado como sendo o espaço do pai de família: "O trabalho no roçado é o trabalho do pai, definindo-se assim este âmbito como masculino. No entanto, embora, embora os filhos desenvolvam no roçado as mesmas tarefas que o pai, diz-se que os filhos ajudam o pai da família, indicando-se assim, que eles estão sob a sua autoridade, na medida em que o controle das tarefas ali realizadas é exercido por ele."

realizado pelos filhos e mulher, embora idêntico às tarefas desenvolvidas pelo pai, recebe a qualificação de *ajuda*, indicando assim que os membros da família trabalham sob a tutela do pai. Os frutos do trabalho também ficam a cargo do controle paterno. Assim, mesmo adultos, quando os filhos solteiros necessitam de dinheiro para ir a uma festa, o pai estipula aquela quantia, que é entregue, geralmente ao filho mais velho, ou ao mais *responsável*, que deverá reparti-lo eqüitativamente com os demais. Além das tarefas do roçado terem o comando exercido pelo pai, o consumo dos demais membros também era definido pelo chefe da família. Como sugere o depoimento do senhor Oscar:

E aí nois fomos criados num sistema. Até casar, a vida num era nossa não. Nois trabalhava pro papai. Nois recebia a roupa feita. É tanto que nois lá em casa, nois era sete homens, agente era que nem soldado. O papai comprava aquela peça de fazenda e fazia a roupa de tudinho. Ninguém escolhia não, agente já recebia a roupa feita.

A implantação dos perímetros irrigados parece não ter modificado essa relação. Há indícios de ter reforçado o papel do pai de família na condução dos trabalhos a serem realizados no lote agrícola. Tal como a roça, o lote agrícola é o espaço por excelência do masculino. Não encontrei registro de mulheres inscritas como chefe de família, na seleção de irrigantes no perímetro de Morada Nova. Consolidou-se a prática de passar para o filho mais velho a responsabilidade do lote, embora coubesse à mulher o direito legal de assumi-lo, por morte do marido.

A CIVAB (Cooperativa dos Irrigantes do Vale do Banabuiú) como um lugar de decisões restritas - aprovação de prestação de contas e eleição da diretoria - era um espaço exclusivamente masculino como pode ser constatado no depoimento da mulher de um colono : *Na cooperativa, mulher não fala*¹³. Apesar de participar das atividades agrícolas as mulheres e filhas dos colonos não tinham voz nas assembléias e reuniões da Cooperativa.

Nos relatórios elaborados pelos extensionistas sociais, geralmente mulheres, é nítida a postura que orientava para a manutenção na relação de poder familiar, como está registrado no relatório do colono Amado Dioniso em referência ao orçamento doméstico:

¹³ ESPLAR. Op. Cit. Pg 172.

A família é numerosa, com filhos adolescentes, o que exige pe/a parte dos alimentos uma parcela elevada no orçamento familiar. Nas previsões do chefe da família foram incluídos os imprevistos que poderão ocorrer no caso de saúde, bem como este(o colono) considerou necessário incluir uma taxa para aquisição de roupas e calçados ou outros artigos indispensáveis à família

Apesar de a mulher ter um papel importante nas tarefas do lar, as informações relativas ao orçamento doméstico eram solicitadas ao chefe da família. Essas informações serviam de base para o cálculo do financiamento do custeio com a mão-de-obra, financiamento a que todas as famílias tinham direito na época do plantio. O chefe da família era valorizado em todos os aspectos.

A ausência de creches dos perímetros irrigados é indício de que não havia, *a priori*, nenhuma preocupação com a dupla jornada de trabalho feminino, praticada pelas mulheres desde os mais remotos tempos. Mesmo sabendo-se que o trabalho das mulheres e filhas dos colonos era essencial para manter o lote produzindo razoavelmente, não consta a preocupação com a construção de creches nos perímetros irrigados. Talvez seja por esse motivo que alguns relatórios sobre o desempenho dos colonos apontem que as famílias com filhos pequenos passam por mais dificuldades do que aquelas com filhos maiores de 14 anos, sugerindo que essas últimas possam utilizar os recursos destinados ao pagamento da força de trabalho (custeio de mão-de-obra) no melhoramento do lote ou na aquisição de eletrodomésticos.

O lote (roçado) é o lugar definido para o homem, enquanto a casa, incluindo aí seus arredores (quintal, chiqueiro de porco e de galinhas, plantio de hortaliças, frutas e ervas medicinais), é o lugar da mulher, mãe e dona de casa. Percebe-se que não há grandes divergências entre a cultura camponesa tradicional e aquela construída nos perímetros de irrigação e influenciada pelos técnicos, no que diz respeito às relações familiares nos primeiros anos de experiência nos perímetros irrigados. Os conflitos aparecem a partir da terceira geração, como analisado em passagem anterior deste relatório de pesquisa.

Os registros que compõem os dossiês¹⁴ são indicativos do modelo de família ideal para ser selecionada para o perímetro de irrigação, sugerindo que a modernização nas técnicas agrícolas não desencadeou mudanças significativas na estrutura familiar camponesa, no que diz respeito à divisão de tarefas.

Nos perímetros irrigados, as formas de incorporar valores e saberes foram objeto de influência dos técnicos ligados às questões agrícolas (agrônomos, zootecnistas, veterinários, técnicos agrícolas, práticos etc) e dos extensionistas sociais (assistentes sociais, sociólogas, educadoras), esses últimos, quase sempre, papéis exercidos por mulheres. Os primeiros cuidavam dos assuntos relacionados aos lotes enquanto que as extensionistas sociais se encarregavam dos problemas ligados à família. Essa divisão sexual dos papéis, observada no Perímetro de Morada Nova parece, ser prática corrente, pelo menos nos primeiros anos de agricultura irrigada, aspecto em que não houve grandes mudanças. O lote agrícola, tal qual o roçado, continua sendo um lugar masculino e o lote habitacional, ou seja, a casa e seu entorno (chiqueiro, horta, jardim etc) continua da alçada da mulher, como pode ser confirmado no registro logo a seguir, encontrado numa ficha de acompanhamento de um colono de Morada Nova.

A esposa, grávida, estava em casa com os filhos menores. Mesmo não estando grávida, não é uma pessoa de atividade agrícola. Cuida das atividades domésticas, e sempre tem plantio de verduras (folhas) que vende na cidade. Apesar do seu estado interessante, no momento desenvolve esta atividade.

Na família camponesa tradicional, o trabalho da mulher aparece sempre como o não-trabalho, ou seja, cuidar da casa, da alimentação e higiene da família, cuidar de galinhas, porcos, periquito, cachorro e papagaio, mesmo quando o fruto desse não-trabalho é vendido na feira e paga as despesas da casa. Esses valores permanecem intocáveis na concepção da extensionista que acompanha a família de seu Amado, como indica o registro da visita feita entre os anos de 1970 e 1975: *Há muito tempo tem uma horta*

¹⁴ A expressão empregada para definir o objetivo das visitas para obter informações das famílias em processo de assentamento era *atualização do dossiê*. É interessante observar que, mesmo depois de dois anos no Perímetro, que era o período experimental, no caso do colono Amado, continuou sendo feito o tal dossiê até 1978.

com a qual coopera nas despesas domésticas (taxa de energia e outras). O verbo cooperar usado no sentido de ajudar sugere a subordinação e o caráter secundário do trabalho da mulher, tal qual ocorria na antiga condição de meeiro, parceiro ou morador. Assim, os valores da família camponesa, no que se refere à divisão dos papéis do homem, mulher e crianças não foram alvo de maiores modificações nos primeiros anos da agricultura irrigada.

A mudança nesse perfil ocorreu quando foi observada melhoria nas condições materiais de vida na família dos colonos. Nos levantamentos socio-econômicos feitos pelo DNOCS, através de empresas de consultoria,¹⁵ observam-se melhores condições de consumo alimentar, compra de eletrodomésticos, ampliação e melhoria nas casas residenciais. A melhoria da renda das famílias de colonos refletiu numa modificação na divisão do trabalho familiar. Nas famílias com melhores condições econômicas, o trabalho feminino foi substituído pelo trabalho assalariado em épocas do plantio e da colheita e a existência de financiamento para mão-de-obra nos perímetros irrigados também contribuiu para a mudança nesse perfil.

Outro aspecto que parece ter concorrido para mudança nesse perfil foi a aposentadoria rural. Aos 55 anos, as mulheres e aos 60 os homens adquirem o direito de aposentar-se, o que vai possibilitar que possam abrir mão da força de trabalho dos filhos no lote. Nesse sentido, os casais entrevistados, quase todos aposentados, declararam que as filhas não precisaram ajudar nos trabalhos agrícolas, após as respectivas aposentadorias. Muitas delas tiraram o diploma de professora, outras chegaram até a cursar a faculdade, como é o caso da filha do senhor José Ricarte. O depoimento do Colono é enfático no que se refere a importância da aposentadoria rural:

O grande problema continua sendo a falta d'água. Nós tendo a água, temos o que comer. A rapaziada nova num tem trabalho. Só tá ficando aqueles que é aposentado. Vão escapando. Né? É pouco mas seiva. Seiva muito. Agora o salário subiu um pouquinho. Vai ser R\$180,00. Ajuda em muita coisa. Porque quem não tem, tá saindo para procurar outros canto. E aqueles que tem aquele salariozinho, mesmo que não seja os dois (o casal), vai vivendo. Né? Enquanto Deus melhora.

¹⁵ Pesquisa realizada pelo ESPLAR. Op. Cit.

Os benefícios advindos da aposentadoria rural têm um impacto positivo na fixação de muitas famílias de colonos nas áreas irrigadas. No momento de crise (1998-2001) por que passaram os irrigantes de Morada Nova, muitas famílias conseguiram sobreviver por causa desse benefício, como sugere a fala do colono Tomaz de Aquino:

A aposentadoria seive muito. A rapaziada que num tem trabaio tá saindo para procurar emprego em outros cantos, né? E aqueles que tem aquele salariozim, mesmo que não seja os casal ganhando, eles vão vivendo enquanto Deus melhora..

3.2 Tempo e Disciplina nos Perímetros Irrigados

*É inadequado pensar o tempo em termos de um processo meramente físico e externo às sociedades humanas... Às várias formas de perceber o tempo não são genéticas ou determinadas biologicamente, mas herdadas como patrimônio cultural e transmitidas (como também modificada) sob a forma de aprendizagem ao longo das gerações.*¹⁶

O tempo do camponês tradicional não é ditado pelo relógio. A forma de como ele organiza o seu tempo é definida pelos elementos da natureza e da sua cultura: *tempo de inverno, tempo de verão, tempo de seca, hora do cantar do galo, do nascer do sol, do por do sol, tempos de festas, tempo de plantar e de colher, tempo de migrar, tempo de casar etc.* Geralmente os casamentos dos sertanejos são programados para depois de um bom inverno, como interpreta o cantor Luiz Gonzaga: *e se a safra não atrapaiá meus pranos, oi aí sinhô vigaro: vou casar no fim do ano*¹⁷.

O tempo do relógio, próprio das sociedades racionalizadas não diz muita coisa para o sertanejo no que se refere ao seu processo de trabalho, embora já tenha invadido o cotidiano dos aposentados rurais que recebem seus benefícios nos bancos ou agências dos Correios. É interessante observar que, mesmo sabendo que o banco só abre às nove horas, no dia do pagamento, muitos deles chegam antes das sete da manhã. É possível que as filas sejam lugares de sociabilidade dos aposentados, onde conversam os mais variados assuntos, mas o hábito de acordar cedo para ir ao roçado certamente contribui para povoar as calçadas dos bancos das cidades pequenas em dia de pagamento, mesmo porque muitos deles ainda vivem em plena atividade.

Com a agricultura irrigada, há uma redefinição no processo de trabalho, a começar pelo uso do tempo. O tempo da agricultura irrigada é diferente do tempo da agricultura tradicional. Este é estabelecido pelas experiências com invernos ou secas anteriores, que são experiências com a natureza, enquanto aquele é definido pelo calendário técnico, elaborado à revelia dos colonos, cujo

¹⁶ FILHO, Antônio Luiz Macedo. *Imagens da Cidade*. Fortaleza. Museu do Ceará. Secretaria de Cultura e Desportos do Estado do Ceará. 2001.

¹⁷ *A Volta da Asa Branca*, música interpretada por Luiz Gonzaga e muito popular em todo o Nordeste.

objetivo é racionalizar o uso da água e dos equipamentos, garantindo o retorno dos investimentos, mas constituindo também forte instrumento para disciplinamento do trabalho do colono.

Isso não significa dizer que o calendário técnico se tenha imposto de imediato aos colonos. São constantes as tensões criadas a partir das exigências com as novas formas de uso do tempo, impostas pela agricultura irrigada. O episódio relatado pelo senhor Tomaz de Aquino, em que ele sofre um acidente nos canais de irrigação, é uma pequena amostra da imposição de um tempo totalmente avesso ao que ele estava acostumado na época em que cultivava na roça.

Fosse sábado, fosse domingo. Quando chegava o dia de aguar era obrigado a ir. Eu estranhei muito, pois estava acostumado a dormir sempre de noite. Trabiando nas caatinga, eu trabiava pelo dia, de noite eu dormia. Taí ela de testemunha (disse apontando para a esposa), que eu vivia nessa irrigação à noite. Eu, com bota, lanterna, chapéu...Um dia caí dentro desse canal. Ela, quando viu foi a pancada, abriu aquela janela. Eu andei até esse poste e caí no canal. Larguei essas costelas na quina daquele canal com bota e tudo. Caí no canal com a água nos peitos, não podia falar. Fachiei três costelas.

Trabalhar aos sábados significava não ir à feira, não vender ou comprar alguma coisa que faltasse em casa. Estranhava também trabalhar aos domingos e dias santos, dias reservados não só ao culto religioso como também às visitas aos amigos e parentes ou jogar conversa fora na bodega mais próxima. No entanto, trocar o dia pela noite deixou marcas não só nas lembranças do colono, mas no seu próprio corpo. Na cultura camponesa, a atividade noturna é lúdica como é o caso da caça. O tempo do colono é diferente do tempo do trabalhador da roça, o que vai fazer com que o seu corpo seja violentado em várias dimensões, como afirma Bosi:¹⁸ *o velho ritmo do estômago, aprendido desde a primeira infância é violentado. O ritmo do sono, do sistema nervoso são violentados para seguir os vetores desse tempo sem margem.*

A imposição do trabalho ininterrupto em época de aguação é um imperativo do capital. Os recursos devem ser otimizados para fazer jus aos

¹⁸ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*. 6ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

investimentos. O tempo marcado pela racionalidade técnica vai-se chocar com o tempo do camponês delineado pelos humores da natureza e os *caprichos* de sua cultura. Em épocas de águação, na agricultura irrigada, era necessário trocar o dia pela noite, sob o risco de perder todo o trabalho de uma safra.

Nesse aspecto, é interessante observar a semelhança entre a experiência dos irrigantes e a dos operários provenientes do campo em seus primeiros anos de fábrica.¹⁹ Enquanto estes experimentaram o estranhamento de lidar com o tempo do relógio comandado pela máquina que vai operar, sob a pressão de produzir mais no menor tempo possível, aqueles vivenciam o tempo da racionalidade técnica que obedece aos mesmos ditames da lógica de uma sociedade pautada no lucro, que visa a minimizar os custos e maximizar os benefícios, usando um jargão dos planejadores de então. Nesse sentido, ambos são obrigados a reformular a noção de tempo. O tempo da roça, relacionado com os processos familiares no ciclo do trabalho ou das tarefas domésticas²⁰, é substituído pelo tempo do calendário técnico, tão vazio quanto o tempo do relógio imposto ao operário, com a diferença, pois o tempo dos primeiros se repete a cada nova safra, enquanto o tempo dos operários é o refrão de todos os dias.

Outra semelhança com o processo fabril podemos observar na época de aguardar as culturas. Segundo a programação dos técnicos, teria de haver uma combinação de tempos entre os colonos, de maneira que não houvesse solução de continuidade durante a irrigação. Esse processo lembra o trabalho na esteira numa linha de montagem, onde deverá haver sintonia entre os

¹⁹ Não estou afirmando que o trabalho agrícola é igual ao da fábrica. Ambos obedecem a procedimentos diferentes: o trabalho agrícola, por mais tecnificado que seja, guarda uma certa dependência aos fenômenos naturais; o mau tempo sempre pode prejudicar uma lavoura, quer seja ela do agricultor tradicional do Nordeste ou de um empresário de transgênicos do Rio Grande do Sul; o trabalho fabril está diretamente relacionado ao tempo do relógio, o que significa dizer que o operário teve de se adaptar ao tempo artificial dos relógios.

²⁰ THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras. 1998. (p. 269). O autor se refere ao trabalho dos povos primitivos. Penso não ser despropositado considerar a técnica de plantar dos sertanejos como a dos povos primitivos: a velha prática da coivara e a crença na ajuda dos santos para obterem boas safras, bem como a observação nos movimentos dos astros e do comportamento dos animais para fazerem as suas previsões meteorológicas, são indícios de forte semelhança com os povos primitivos, a que se refere o autor. Por outro lado, o fato de ser colono não o despe dessas condições, pois os irrigantes pioneiros, objeto dessa pesquisa, ainda guardam muito da mentalidade primitiva, só que agora ele terá de produzir sob novas condições, guiado pelos ditames da técnica moderna.

trabalhadores, ou seja, para que o projeto tenha êxito, cada irrigante deve estar sintonizado ao tempo do outro. Nesse sentido, tanto no sistema fabril como na agricultura irrigada, a máquina comanda o ritmo do trabalhador. É interessante observar como o Sr. Oscar descreve esse processo:

Quando nós começamos a irrigar, aí passamos uma mão d'agua de quatro horas, aí o menino ali pegava, quando ele via que tava faltando uma hora para terminar, aí ele vinha aqui e me avisava, se eu fosse o vizinho dele, né? Aí ele dizia: tal hora eu termino, aí eu ia lá pro canal dele, esperar que ele terminasse. Quando ele terminava, aí ele abria a comporta pra mim e pegava o sinfão e aguava. Aí, quando eu pegava, podia levar três dias com três noites, só vinha em casa quando acabasse né. Depois que você pegasse o sinfão, você só vinha em casa quando terminasse lá. Você podia vim, mas deixava outro, né? Era ali, todo tempo olhando o sinfão, mudando a água... Porque se o prático chegasse e se o sinfão estivesse ligado e você não estivesse lá, ele pegava o sinfão e carregava. Aí você ficava sem aguardar. Quando faltava uma hora para terminar você mandava um menino avisar ao vizinho que daqui a uma hora ele viesse. O menino ia, e ele ficava esperando até que eu terminasse. Não vinha só na hora não. Se não, eu terminava, ele não tava lá. Ele ia antes, lá esperar que eu terminasse.

Quando me reporto a processos de trabalho, as novas formas de notação do tempo estão associadas a novas práticas disciplinares. O episódio ocorrido com a plantação de feijão do senhor Oscar, descrito página atrás, mostra as táticas usadas pelos técnicos do DNOCS para impor um novo ritmo de trabalho aos irrigantes. A forma violenta utilizada é indicativa de que esse novo tempo imposto pela agricultura irrigada não havia sido internalizada pelo colono, e nem poderia. Acostumado a produzir uma safra por ano, o colono vê-se obrigado a dobrar a sua produtividade, a acelerar o seu ritmo de trabalho.

De Decca,²¹ analisando o caráter fabril dos engenhos de açúcar coloniais, indica que as bases técnicas nas quais esses engenhos foram montados obedeciam mais aos imperativos da disciplina, da ordem e da hierarquia do que ao aumento da produtividade. O autor fornece elementos para se pensar a tecnologia não só como base material da acumulação capitalista mas também como instrumento eficaz de controle social. Suas considerações sobre o sistema de fábrica que se firmou, posteriormente, no mundo capitalista são bastante esclarecedoras:

²¹ DE DECCA, Edgar Salvadori. *O Nascimento da fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

O desenvolvimento das bases técnicas, do ponto de vista do empresário capitalista, representou uma estratégia no interior de um confronto com os trabalhadores livres, despossuídos e assalariados, que resistiram permanentemente à aceitação da natureza própria do "sistema de fábrica". Por isso mesmo essa estratégia, na qual a tecnologia representou um dos instrumentos mais eficazes de controle social, não se reduziu evidentemente aos limites da fábrica. O "sistema de fábrica", como um universo de relações sociais, estendeu-se pelas inúmeras instituições (públicas e privadas) que não só permitiram o controle e a disciplina fabril, como também abriram caminho para que se produzisse uma esfera tecnológica onde se opera a radical apropriação do saber.²²

Essa concepção de tecnologia nas suas diversas formas assumidas pelo capitalismo me permite pensar as técnicas impostas aos irrigantes pelo Estado como um móvel do disciplinamento dos sertanejos, acostumados a um tempo delineado pelos caprichos da Natureza. O capital exige o uso intensivo do tempo do trabalhador, daí o sistema de irrigação não respeitar domingos nem feriados. O hábito de acordar com o nascer do sol e recolher-se ao por-do-sol é bruscamente modificado pelos ditames da técnica de irrigação, que impõe o seu ritmo. O seu corpo é violentado. O controle do processo de trabalho é do técnico agrícola, que por sua vez é hierarquicamente subordinado ao doutor (agrônomo ou veterinário). Esses atores sociais se apresentam para o colono como portadores de um saber superior, em nome do qual exercem o poder para disciplinar e até castigar aqueles que contrariem as determinações técnicas.

O castigo sofrido pelo Sr. Oscar, quando destruída sua plantação de feijão, serviria de exemplo aos demais irrigantes. Essa experiência dramática do Colono parece não ter-se repetido ao longo de seus mais de trinta anos no Perímetro e Irrigação. Esse novo ritmo de trabalho parece ter sido assimilado pelo Colono, pois, apesar de relatar inúmeras queixas contra o sistema do DNOCS no decorrer dos seus depoimentos, não registrou nenhum caso semelhante à destruição da sua plantação de feijão.

Esses conflitos entre os colonos e o DNOCS remetem ao que Ecléa Bosi²³ chamou de dupla dimensão do trabalho: a *dimensão da arte*, que é a capacidade que tem o homem de fazer as coisas de acordo com regras

²² Idem. Pg 68. De acordo com o autor, o sistema de fábrica se constituiu a partir do momento em que os trabalhadores se reuniram num mesmo local de trabalho.

²³ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*. op. cit.

aprendidas ou inventadas; e a outra é a *dimensão do ofício*, relacionada à profissão da qual se pode tirar os meios de subsistência.

O sertanejo, ao entrar para o perímetro de irrigação, sofre o duplo impacto ao ser inserido (ou inserir-se) nesse novo mundo do trabalho. Ao submeter-se aos ditames da agricultura irrigada, ele tem de reinventar a arte de cultivar a terra. As regras utilizadas por ele e seus antepassados durante gerações serão modificadas segundo novos padrões técnico-científicos. Tais regras exigirão um novo ritmo de trabalho, diferentes movimentos do corpo e alteração na sua vida psicológica. Vale dizer que a nova sistemática de trabalho inaugurada nos projetos de irrigação implicou uma (re) educação dos colonos e dos que, com eles, enfrentaram a agricultura irrigada. Detalhista, o senhor Oscar, numa passagem do seu depoimento, reconstrói experiências na adaptação do seu corpo à nova forma de trabalhar a terra.

Hoje, nós só trabaia atravessado (de forma transversal). Lá fora, nois trabaia no chão reto, no meio da carreira, de um lado e de outro. Aquí, o chão é sulcado. O cabra só trabaia assim, meio atravessado, só do lado direito... Eu estranhei muito quando entrei aquí. Porque era uma dor medonha nas costas. A carreira era do lado direito, aí num dava pra trabaia do lado esquerdo. Dava uma dor nas costas mais medonha do mundo. Agora, hoje, se eu fosse trabaia na terra plana, eu num dava mais. Tem hora que eu vou arrancar uns matinhos no terreiro, na terra plana, chega a me faltar o fôlego. Mudo pro outro lado. É ruim, né?...Agora tão com uma história de modernizar, é pra plantar só fruta.

Corpo e mente foram-se acostumando com outro ritmo. O trabalho, como arte, teve de ser reinventado de forma dolorosa, como rememora o Colono. Foi difícil acomodar o corpo aos novos movimentos necessários ao plantio em terreno inclinado, propício às culturas irrigadas por gravidade. Em nome da modernização da agricultura, o senhor Oscar e muitos outros colonos sofreram muitas dores nas costas até se acostumarem com o plantio na transversal. Talvez seja por essa razão que ele se lembre com tantos detalhes das experiências vividas há mais de trinta anos.

Apreensivo com as novas mudanças anunciadas pelos projetos que estão sendo implantados desde 2001, que consistem em trocar as suas

lavouras pelo cultivo de frutas, o senhor Oscar, reflete: *Agora tão com uma história de modernizar, é pra plantar só fruta.*²⁴

A palavra modernizar soa como um alerta. Há tempos significou muitas dores nas costas. Na idade em que está, 71 anos no papel e 69 de nascido, será que seu corpo se acostumará a novos ritmos de trabalho em nome dessa tal de modernização? Modernizar, no início de sua vida como irrigante, significava, dentre outras coisas, plantar atravessado. Agora vêm com essa nova roupagem que ele não sabe ainda como é. Certamente o plantio de frutas preocupa o senhor Oscar e provavelmente à maioria dos colonos de Morada Nova. Afinal, a que tipo de arte seu corpo terá de se adaptar?²⁵ Haverá tempo para novo adestramento?

O trabalho como ofício é sua outra dimensão, enfatizada por Bosi, que é o trabalho como instância de inserção do sujeito nos sistema das relações econômicas e sociais. Como relação econômica, o trabalho propiciará os meios de subsistência, produto da venda de sua força de trabalho, no caso do assalariado, ou da venda do produto do seu esforço de trabalho, como ocorre com o irrigante. Como relação social, o trabalho define o lugar do indivíduo na hierarquia da sociedade cindida em classes e formada por grupos de *status*, como anota Bosi:

*Simultaneamente com o seu caráter corpóreo, subjetivo, o trabalho significa a inserção obrigatória do sujeito no sistema de relações econômicas e sociais. Ele é um "emprego" Não só como fonte salarial, mas também como lugar na hierarquia de uma sociedade feita de classes e de grupos de status*²⁶.

O perímetro de irrigação, dirigido e controlado pelo Estado, configura-se como um lugar de hierarquias rígidas. No caso de Morada Nova, essa

²⁴ O senhor Oscar se refere ao projeto Caminhos de Israel do Governo do Estado do Ceará, em parceria com os municípios. O objetivo principal desse projeto é "*substituir culturas de sobrevivência por cultura de boa rentabilidade, como frutas e hortaliças*". O financiamento do Projeto Caminhos de Israel tem recursos do Estado, dos municípios e dos produtores, que contará com assistência técnica, informações de mercado. Cada projeto deve ter em média 25 produtores e pode ser instalado em propriedades privadas ou em perímetros públicos de irrigação.

²⁵ Para Bosi, o trabalho como arte *Envolve uma série de movimentos do corpo penetrando fundamente na vida psicológica. Há o período de adestramento, cheio de exigências e receios; depois uma longa fase de práticas, que se acaba confundindo com o próprio cotidiano do indivíduo adulto.*

²⁶ BOSI, Ecléa. Op. cit. pg 468.

hierarquia estava, até na localização do núcleo administrativo, instalado no lugar mais alto da área reservada ao Perímetro. Lá funcionavam a Gerência e a Cooperativa, acima dos núcleos habitacionais e dos lotes agrícolas, indicando o lugar de onde emanavam as ordens que deveriam ser obedecidas *pelos de baixo*, os colonos. Nesse sentido, a arquitetura dos perímetros irrigados apresenta-se como uma metáfora da casa grande, do clã patriarcal a que se refere Gilberto Freire, com sua calçada alta e um batente mais embaixo, que servia ao mesmo tempo de assento e demarcação do lugar social dos moradores e rendeiros na hierarquia das antigas fazendas do semi-árido nordestino e da Zona da Mata. Nos depoimentos dos colonos de Morada Nova, é comum ouvir-se relatos relacionados com: *os doutor lá de cima, as ordens lá de cima etc...*

Aconteceu algumas discussões minhas com o agrônomo, com veterinários, com canaleiro, com esse povo...mas eu nunca fui chamado lá em cima. Aí eu dizia pra negrada: Rapaz! Como é que vocês deixam ser chamados lá em cima?

Um novo edifício hierárquico se ergue junto com a construção dos perímetros irrigados, aparentemente revestido com a modernidade técnica; parece guardar nas suas estruturas mais profundas as relações paternalistas que servem como argamassa dessa nova sociabilidade, construída a partir da implantação dos perímetros irrigados. O tradicional e o moderno se misturam, o público e o privado muitas vezes chegam a se confundir na percepção do colono, que se firma feito novo sujeito social no cenário do semi-árido nordestino.

Na escala social configurada pelo perímetro de irrigação, estão delimitados o lugar e o papel de cada categoria de seus habitantes: no topo, está o DNOCS, ditando normas, vigiando, fiscalizando, punindo. Muitas vezes, também, ensinando uma nova forma de cultivar a terra, orientando na comercialização dos seus produtos, dando conselhos sobre questões conjugais, apartando brigas de vizinhos, apadrinhando os filhos dos colonos, ou seja, o institucional imbricado nas relações pessoais, a combinação incestuosa entre o público e o privado, herança ibérica, e até hoje, preservada em nossas instituições. A modernidade técnica e as relações paternalistas não foram incompatíveis, no caso dos perímetros irrigados. Nesse jogo de

mudanças e permanência, foram-se estruturando os perímetros de irrigação.

A implantação dos perímetros irrigados está relacionada tanto com as necessidades de introdução e divulgação de técnicas modernas, no semi-árido nordestino, assim também como uma forma de controle das populações rurais, fixando-as nos perímetros irrigados numa perspectiva de obterem terra e água. Foi com essa esperança que o homem do semi-árido submeteu-se ao processo seletivo de candidatar-se a um lote de terra irrigada administrada pelo DNOCS.

Foram várias as reações dos sertanejos ante a possibilidade de viver num perímetro de irrigação. Em quase todos os entrevistados, o medo do desconhecido era uma constante, muitas famílias viviam momentos de pesadelos, antes de decidirem candidatar-se a um lote irrigado, como se pode observar nos depoimentos, a seguir, do Sr. Joaquim Hilário: *Quando a notícia chegou, correu muito boato. Uns dizia que nós ía ser como cativo. Não podia tirar nem um quilo de arroz para dar a um parente. Tudo era controlado pelo DNOCS.*

O medo, muitas vezes, fragiliza, reduz as expectativas, faz com que as pessoas aceitem mais facilmente as determinações vindas dos que mandam. A forma rígida como os gerentes dos perímetros dirigiam os colonos reforçava a sensação de imobilidade. A situação de quase-indigência dos sertanejos que pleiteavam um lote nas terras irrigadas os colocava num estado de dependência. Essas condições situavam o sertanejo na condição de subalterno, um cenário propício para as relações paternalistas que desenvolveria nos perímetros públicos de irrigação, dirigidos por um aparato técnico-burocrático responsável pelos trabalhos de desapropriação, construção, seleção, assentamento, organização de produtores etc...

Os perímetros de irrigação foram idealizados tendo por base uma forte hierarquia fundamentada no saber técnico. Agrônomos, veterinários, assistentes sociais, economistas, técnicos agrícolas etc, foram mobilizados pelos órgãos públicos (DNOCS, SUDENE, EMATER etc) para modernizar as técnicas de produção (através da gerência dos perímetros) e as relações de produção (por intermédio das cooperativas de irrigantes), ambas, no início, dirigidas por técnicos do DNOCS.

A hierarquia baseada no saber técnico não era de todo estranha ao universo do sertanejo. Neves, ao estudar a multidão nos períodos de secas no Ceará ²⁷, aponta para uma hierarquia fundamentada no saber, quando se refere aos trabalhos nos abarracamentos durante o período de seca, no final do século XIX (1877-1880):

*O trabalho em turmas e sob o comando enérgico de um superior contrastava radicalmente com o trabalho familiar e autônomo desempenhado nas terras arrendadas e representava uma divisão do trabalho mais aprofundada entre executante e planejador*²⁸.

Assim, o contato do sertanejo com as autoridades do Estado no período de seca torna-se uma constante desde a segunda metade do séc. XIX: - ... o Estado tem obrigação de assistir e proteger os pobres - é o que consta nos estudos de Neves. A partir de então, os trabalhadores rurais do semi-árido experimentam nova forma de relacionamento; agora, também com o Governo Federal, por meio das frentes de serviços, programas de emergências etc... As relações paternalistas são redefinidas em outros patamares. Os técnicos do Governo desempenharam um papel central nesse novo tipo de relação, primeiramente de forma intermitente nas frentes de serviços nos períodos de secas e, a partir da década de 1970, de forma permanente com os perímetros de irrigação.

Os critérios de seleção eram muito rigorosos e matizados por forte tom moralista, que envolvia o conhecimento da vida pregressa do candidato e da sua família. A fala do senhor Oscar, um colono pioneiro do Perímetro Irrigado de Morada Nova, com 70 anos no registro mas 68 de nascido,²⁹ relembra:

A gente fazia exame de sangue, exame de tuberculosa, exame de , de daquela bicha que cresce o coração, como é o nome dela/ A do barbeiro, né? Pois é a doença de Chagas. Fazer exame corporal também prá ver se não tinha algum defeito. Porque também, naquele tempo o negócio era duro, se você tivesse um defeito que atrapalhasse o serviço, já num passava, né?

²⁷ NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História – saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Dumará, 2000.

²⁸ NEVES, Frederico de Castro. Op. Cit. Pg 42. *além disso a presença de engenheiros, muitas vezes vindos do Império ou até do estrangeiro, aumentava a estranheza do retirante, já que a fonte de poder exercida por eles era o saber e não mais a propriedade*. No caso dos perímetros de irrigação, os técnicos, através do DNOCS, irão representar tanto o poder de propriedade, pois as terras são desapropriadas para tal fim, como o poder do saber técnico.

²⁹ Era comum os pais aumentarem a idade dos filhos para poderem ingressar nas frentes de serviços. O senhor Oscar não soube explicar se esse foi o seu caso.

Aí o pessoal ia fazer pesquisa com os vizinhos para ver se a gente jogava, se a gente era bem casado, se agente vivia bem com a família, se agente tinha problema com o banco, se num tinha problema com a polícia né? Tudo isso. Se a gente não tinha fia errada, fio jogador, fio errado que roubasse que fizesse qualquer coisa ruim, né? Se tivesse : acabava com a vida do pai né?

Muitos destes critérios eram subjetivos (*ser bem casado, ter filho errado etc.*), o que contribuía para aumentar o poder que o técnico tinha no processo seletivo. Assim, a avaliação a que os colonos eram submetidos acentuava o medo que os trabalhadores tinham de entrar nos perímetros irrigados. Como diz o senhor Oscar Rosa: *só ia para o projeto quem fosse herói.*

Só veio quem era herói. Quem num era, num veio não. Veio depois que viu os outros. Mas prá enfrentar começo só vinha aqueles que eram heróis (disse rindo) Porque é o seguinte, agente sabia da história, que aqui, depois que a gente viesse prá cá, você não tinha direito a ir na casa de um parente, você não tinha direito a receber um parente na sua casa. Você não podia levar nada do que era seu prá eles.

O clima de insegurança era acentuado quando da assinatura do contrato provisório, que o camponês era obrigado a firmar com o DNOCS. Pouco afeito aos contratos escritos, pois na sua antiga condição de parceiro ou trabalhador *alugado*, as relações de trabalho eram *mediatizadas* pelos costumes de cada região, *assinar um papel*, para quem não dominava a leitura nem a escrita, tornava o acesso ao perímetro um processo ainda mais dramático (em média, 65% dos colonos eram analfabetos, 30% eram alfabetizados e 5% cursaram o primeiro grau). Alguns depoimentos de colonos são elucidativos dessa situação: *Disseram que aqui a gente não podia receber nem os próprios pais por dois dias, esmola grande, doutora, cego desconfia, e nois só sabia que aquí tinha casa e terra, os doutor dizia uma coisa e o povo dizia outra.*³⁰

É sintomático o depoimento de um irrigante agradecendo aos técnicos que fizeram a sua seleção ao Perímetro de Irrigação Curú-Paraipaba. *Eu sou muito grato ao Dr. e a Dra. Porque foram eles que me escolheram para vir com*

³⁰ FREITAS, Célia Maria *O Processo de adaptação de Colonos em Área de Irrigação Planejada: Curú-Paraipaba*. Dissertação de Mestrado. UFC 1984. P 121.

*a minha família morar aqui*³¹. Observa-se, com efeito, que já na seleção inicia-se uma relação baseada em parâmetros pessoais.

Os critérios objetivos de escolha, tais como a experiência no trabalho agrícola, o número de filhos disponíveis para a lavoura, a ausência de doenças transmissíveis etc., não aparecem como determinantes para admissão ao projeto de irrigação, pelo menos para o candidato que atribui à bondade dos técnicos o fato de ter sido selecionado, sugerindo a prevalência das relações pessoais sobre os critérios técnicos e supostamente impessoais. É como se o *doutor* e a *doutora* lhe houvessem prestado um favor que seria recompensado pela gratidão. Não são raros os pedidos de lotes dos políticos para os seus afilhados, fazendo que se estabeleça uma rede de relações entre os técnicos dos perímetros com o poder local, observando-se uma reelaboração das práticas clientelistas.

Há vários outros indícios das relações pessoais praticadas nos perímetros irrigados. Entre as mais visíveis, está a prática de convidar os servidores do DNOCS para apadrinhar batizados, casamentos, término de cursos etc. dos filhos e parente dos colonos. Essas relações típicas do paternalismo rural brasileiro são reproduzidas nesse novo contexto social inaugurado com a implantação dos perímetros irrigados, ou seja, a contrapartida dos favores que o DNOCS, personalizado em seus técnicos, presta aos irrigantes é a submissão dos colonos às novas regras impostas pela agricultura irrigada, delimitadas pelo contexto sócio-político do regime militar.

Nesse sentido, o sertanejo, ao ingressar no perímetro de irrigação, enfrentará novos desafios relacionados às novas tecnologias agrônômicas, nova forma de habitação, novas hierarquias, novas relações com os seus pares, com o mercado e com o Estado. É necessário que o seu *mundo de vida* seja revirado de cabeça para baixo para dar conta de uma racionalidade econômica que procura se impor, engendrando novas regras disciplinares.

Ora, é preciso lembrar que nunca um sistema disciplinar chegou a se realizar plenamente. Feito para triunfar sobre uma resistência, ele sucinta imediatamente uma outra. O regulamento é sempre mais ou menos

³¹ Idem. Pg 122.

*contornado, e sua leitura não pode dar conta da vida cotidiana da fábrica ou da oficina.*³²

O sistema disciplinar nos perímetros de irrigação tinha como base jurídica o contrato assinado, de um lado, pelo irrigante e, do outro, pelo DNOCS. Referido contrato não é apenas um instrumento jurídico onde são estabelecidos os direitos e os deveres das duas partes. As regras nele contidas apontam para um norteamento de valores que deverão delinear, segundo a lógica do Estado, as relações sociais nos perímetros de irrigação. As diferentes formas de assimilação/rejeição desses valores é que vão dar sentido a uma nova forma de trabalhar a terra, engendrando novas relações entre os sujeitos, diferentes, portanto daquelas que a maioria dos candidatos a irrigantes estavam acostumados em sua antiga condição de parceiros e/ou moradores dos latifúndios.

O Estado, através de seus técnicos, é o novo intermediário dos conflitos travados no espaço que está sendo construído com a implantação dos projetos de agricultura irrigada. *Feito para triunfar sobre as resistências dos colonos, as regras disciplinares provocam reações e conflitos e, a partir desses conflitos, novas regras serão estabelecidas*³³. O relato dos colonos aponta para uma diversidade de reação frente às normas estabelecidas nos perímetros irrigados, como atestam os depoimentos seguintes:

Me mandavam plantar arroz, mas o terreno não dava. Mas era uma orde da gerência, eu tinha que cumprir, gemendo ou chorando"

" Nunca aceitava a opinião da gente não. A gente fazia teste plantando ao modo da gente, e era melhor Mas Ave Maria se eles soubessem. Tem muita gente que fazia, muitas e muitas vezes, e eles não sabiam. Porque colono, lá não tem vez não.

No contrato, a unidade residencial do colono chama-se lote habitacional, que deverá corresponder a um lote agrícola.³⁴ Há um cláusula no referido contrato segundo a qual o irrigante não poderá se ausentar *por mais de uma semana sem o prévio entendimento com a Administração do Perímetro*. Portanto, o direito de ir e vir estava condicionado a dar satisfação

³² PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

³³ PERROT, Michelle. *Op. Cit.*

³⁴ O lote agrícola varia em média de 4ha a 7ha, dependendo da qualidade da terra e da cultura explorada.

ao gerente do Perímetro, figura de proa para o entendimento das relações estabelecidas no perímetros de irrigação do DNOCS.

Longe de ser um agente neutro da *modernização no campo*, há indícios de que os técnicos do Perímetro, particularmente o gerente e o presidente da Cooperativa - este último também, um técnico do DNOCS, pelo menos até meados dos anos 80 -, tiveram um papel fundamental nas relações que se estabeleceram nos perímetros de irrigação, e que tais relações, apesar de todos os documentos oficiais enfatizando a necessidade de estabelecer liames racionais dentro de técnicas modernas em contraposição às vinculações *paternalistas-coronelistas*, típicas do Nordeste Brasileiro, não foram efetivadas.

O rígido controle imposto ao irrigante e o grande poder delegado aos técnicos do Perímetro implicam que a obediência era uma norma a ser observada não somente com as questões relacionadas estritamente ao mundo da produção³⁵, mas também relativamente aos problemas quotidianos das famílias dos irrigantes, como se pode observar na notícia veiculada pelo *Informativo Técnico, Social e Educativo dos Associados da CIVAB*:

*Ainda, o Sr Gerente do Projeto forneceu uma autorização ao Conselheiro Raimundo Nonato de Castro [SetorU], para diante de problemas de saúde e fora do expediente da Gerência, poder autorizar a entrada ou saída de carros particulares para outros municípios. Esta autorização podendo ser fornecida outros conselheiros.*³⁶

O que parece estar embutido no contrato entre o irrigante e o DNOCS é um novo código de comportamento no trabalho, que terá repercussões no modo de viver dos irrigantes. Assim, as decisões do que, como e para quem produzir, eram definidas pelo DNOCS, com base na racionalidade técnica e nas necessidades do mercado. Mas, a não ser para efeitos de explanação, as relações econômicas não podem estar dissociadas das demais relações, quer sejam sociais, culturais ou políticas. Logo, as medidas racionalizadoras

³⁵ Cláusula Quarta, item 08 " O Colono deve: Aceitar a orientação do DNOCS no que se refere: a) ao tipo de exploração do seu lote; b) à escolha das espécies e variedades a cultivar; c) à prática e operação da irrigação; d) a defesa e combate às pragas e moléstias; a comercialização da produção."

³⁶ Circulou no Perímetro de Irrigação de Morada Nova, em abril de 1976.

impostas pelo Estado aos irrigantes influenciaram sobremaneira o seu modo de viver, as suas relações com a família e com os demais atores sociais com os quais convive. O que foi planejado pelo Estado, tendo como base, quase que exclusivamente, os fatores econômicos, carrega consigo uma engrenagem complexa de mudanças culturais e a criação e recriação de valores.

O uso do tempo do trator nos perímetros irrigados e a falta de critérios objetivos na utilização dos equipamentos de irrigação implicam conflitos, que podem ser resolvidos através de práticas paternalistas entre os colonos e os servidores do DNOCS, como é fácil entender nesse relato de um colono.

Esse outro técnico quase me deixava sem capim, não me botou na relação de preparar a terra e sem a ordem o tratorista não podia fazer nada e ele [o técnico] havia viajado me deixando na mão. Corri o dia todo para conseguir uma ordem e só quatro horas da tarde consegui ela. O tratorista era gente boa, se fosse outro não tinha ido fazer o serviço. São essas coisas que a gente não entende, eu sei que ele fez de propósito e depois viajou me deixando na mão.

³⁷

Nas comunidades camponesas, a orientação do tempo é baseada nas tarefas para atender às suas necessidades. O tempo de trabalhar e o passar o dia se confundem, o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa. (idem) Esse ritmo de trabalho entrou em conflito, quando o camponês ingressa no perímetro irrigado, cuja estrutura de mercado e administração são a base para o sucesso do empreendimento.

³⁷ FREITAS, Célia Maria. Op.Cit. . Pg 96.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agora eu tô preocupado com os problemas dos grupos, né? Cada grupo deve vender a sua produção e num vai dar certo.(...) Vamos dizer que nós forme trezentos grupos de vinte, cada um vendendo por conta própria. Aí vai haver o negócio da concorrência, né. Aí desgraça a produção.

Oscar Rosa

Vive-se um momento em que não existem mais as variáveis sociais que serviram de fundamentos para a implantação dos perímetros públicos, tais como estavam delineadas, tanto no GTDN como nos planos plurianuais dos governos militares. No contexto atual, o Estado brasileiro apresenta-se como mero garantidor da estabilidade macroeconômica (controle da inflação, equilíbrio fiscal, controle cambial etc...) O Estado-investidor no qual os perímetros irrigados foram implementados deu lugar ao *Estado mínimo* em que as políticas neoliberais substituíram as ações planejadas de desenvolvimento.

A crise vivenciada pelos colonos de Morada Nova aparece através de múltiplas explicações fragmentadas em suas memórias; ora como falta de recursos (endividamento das cooperativas, precariedade da infra-estrutura...), ora como falta de assistência técnica (o clamor pela volta dos técnicos do Governo) ou mesmo como uma crise moral, ou seja, a ausência de uma autoridade que pusesse ordem no comportamento dos irrigantes. No entanto, devemos compreendê-la num contexto mais amplo da crise do capitalismo que se vem acirrando nesses últimos anos, principalmente no pós-guerra fria.

A intervenção do Estado nos perímetros irrigados foi construída de cima para baixo, desprezando os valores culturais e as escolhas dos camponeses, impondo técnicas e comportamentos. Nesse contexto, foi impossível desenvolver entre os colonos uma organização democrática que servisse de mediação entre as suas práticas tradicionais e a modernidade, preservando em outros patamares os laços de solidariedade da cultura camponesa. As memórias dos primeiros colonos de Morada Nova registram que o sistema de relações sociais que tinha como pano de fundo a agricultura irrigada estimulava, muitas vezes, o

como pano de fundo a agricultura irrigada estimulava, muitas vezes, o individualismo e a competição. As cooperativas funcionavam muito mais como intermediária para compra de equipamentos e financiamento da produção do que como um espaço de participação dos colonos. Nos primeiros anos de agricultura irrigada, os gerentes das cooperativas de irrigantes eram técnicos do DNOCS. Esse fato, por si, tirava dos colonos qualquer perspectiva de autonomia. Nesse sentido, a experiência dos colonos com as cooperativas, contraditoriamente, foi marcada por métodos verticais, autoritários e paternalistas.

Em meados da década de 1980, o DNOCS iniciou o *Programa de Emancipação*¹, que consistia em promover a abertura da participação dos irrigantes nas tomadas de decisão. É interessante observar que, da mesma forma autoritária como o DNOCS implantou os perímetros irrigados, ele tentou emancipá-lo, sem êxito, pois, como se pode esperar autonomia de quem só foi cobrada obediência?

A tentativa de emancipação dos perímetros, resumiu-se aos atos de transferir para os colonos as atividades de administração, operação e manutenção dos equipamentos e de extinguir as suas gerências em 1991. Essas atitudes agravaram mais o estado de inadimplência dos perímetros públicos, pois emancipação por decreto já provou ser problemática em nossa história. Por que emancipar os perímetros e não os colonos? Nesse sentido, a tentativa de desfazer-se da responsabilidade sobre os perímetros públicos de irrigação é um ato tão autoritário como a tutela que o DNOCS exerceu sobre eles desde a sua instalação. A própria palavra emancipar faz parte do mesmo universo semântico do autoritarismo, porquanto, ambos trazem o reconhecimento de uma relação de subordinação.

Nas entrevistas feitas com os colonos de Morada Nova, tentei introduzir a discussão sobre emancipação e percebi que, para eles, esse termo significava abandono, descaso do DNOCS para com os perímetros. É o que se observa na fala do Sr. Thomaz de Aquino:

¹ DNOCS. *Plano de Trabalho – Emancipação dos Perímetros Irrigados*. Fortaleza. julho de 1997.

*Esse povo [técnicos do DNOCS] vive fazendo reunião com a gente com essa história de emancipação. Mas o que nois tem visto aqui é o abandono dos perimo. Agora eles só liga p'ros perimo novo. Diz que é pra gente grande. Colono que nem nois num vai ter vez nesse projeto novo não.*²

A partir de 1997, surgiram preocupações no sentido de implementar a emancipação. Desta vez, com novas orientações, em que se prioriza no processo, as ações educativas e organizacionais dos irrigantes e enfatiza-se a capacidade técnico-gerencial³.

As preocupações com emancipação dos perímetros fazem parte da discussão sobre o que fazer com os velhos perímetros irrigados, aqueles implantados nas décadas de 1970 e 1980, como é o caso de Morada Nova. Depois de muitos diagnósticos, há uma espécie de consenso das elites (tecnocratas e empresários) sobre os males que sofrem o *Velho Modelo de Irrigação*. Foi o que observei por ocasião do SEMINÁRIO MODELO DE GESTÃO DE IRRIGAÇÃO⁴, realizado nos dias 16 e 17 de maio de 2002, promovido pelo DNOCS.

Percebi que o grande ausente das discussões foi o colonato. Não havia representantes irrigantes dos perímetros públicos. Mais uma vez, a elite traça planos para o pequeno produtor, mas dispensa a sua participação em discussões como essas. Nas explanações, porém, não faltou quem defendesse a efetiva participação dos irrigantes na *transferência de gestão*⁵.

Os problemas da *irrigação tradicional*⁶ apontados pelos palestrantes foram: *a tradição paternalista e a descontinuidade administrativa que deixaram*

²Essa afirmação do Sr Thomaz de Aquino refere-se ao Projeto Tabuleiro de Russas, no qual 50% das terras serão destinadas à irrigação privada.

³ DNOCS. *Gestão dos Perímetros Irrigados em Pernambuco*.—Seminário Modelo de Gestão em Irrigação. Fortaleza. 2002. Segundo o modelo são quatro as etapas do processo da emancipação: mobilização inicial, co-gestão, autogestão e emancipação.

⁴ As palestras foram ministradas pelos representantes do Ministério da Integração Regional, do Banco do Nordeste do Brasil, da Companhia do Vale do São Francisco (CODEVASF), de empresas privadas de consultoria (FAHMA, PLENA, PROJETEC), do Instituto CENTEC e do Sindifruta, bem como um empresário da fruticultura irrigada. Não havia nenhum representante dos perímetros públicos irrigados.

⁵ O termo Transferência da Gestão é mais adequado do que *Emancipação*. Na realidade o que o DNOCS enseja é transferir as responsabilidades dos perímetros irrigados para os colonos.

⁶ Irrigação tradicional- é aquela implantada pelo DNOCS e CODEVASF, nas décadas de setenta e oitenta.

os perímetros no abandono, deficiência de recursos financeiros, desenvolvimento de atividades isoladas, dificultando a prática da economia de escala, a falta de uma legislação adequada, a cultura dos colonos selecionados etc.. As palavras mais pronunciadas nas palestras foram: *modernização, emancipação, sustentabilidade, novos paradigmas de gestão, competitividade, capacitação e mercado*. Mas a solução de todos os problemas apontados durante o seminário se direcionam para o *mercado*.

Agora a palavra mágica é *mercado*, como se pode observar na propaganda do Governo do Estado do Ceará – SEAGRI:

*Com o Projeto Caminhos de Israel, o pequeno produtor rural tem a oportunidade de substituir culturas de sobrevivência por culturas de boa rentabilidade, como frutas e hortaliças, gerando poupança e emprego para as famílias. Trabalhando juntos, os agricultores vão ficar mais fortes para competir no mercado.*⁷

O desafio para a agricultura familiar está no dilema: como inserir-se no mercado sem ser engolido por ele? Algumas iniciativas surgidas na sociedade civil anima a pensar que outra forma de sociabilidade é possível. Para Singer⁸, a alternativa ao liberalismo poderá ser a *Economia Solidária*, cuja idéia básica é: *mediante a solidariedade, entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos, assegurar a cada um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal, contábil etc.* O autor analisa algumas experiências no campo da Economia Solidária, como é o caso do LETS (Local Employment and Trading System – sistema local de emprego e comércio), criado no Canadá na década de 1980, e dos ESOPs (Employee stock ownership plans – Planos e participação dos empregados no capital das empresas) que vêm sendo incentivadas nos Estados Unidos desde 1974, a princípio como forma de democratizar a propriedade do capital e, posteriormente, na crise industrial americana, os ESOPs têm-se mostrado de

⁷ Governo do Estado do Ceará. SEAGRI. *Projeto Caminhos de Israel*. Fortaleza, 2002.

⁸ SINGER, Paul. *Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo*. São Paulo. *Revista Proposta*. Nº 72 Março/Maio de 1997. P. 10.

grande utilidade para evitar o fechamento de fábricas e o desemprego. Nesse sentido, para Singer, a Economia Solidária é uma estratégia contra o desemprego e a exclusão social, mas que poderá se consolidar como uma forma de organização econômica e social, em que a solidariedade substituirá a concorrência do capitalismo liberal. Assim se expressa o autor:

*O que poderá recolocar a competição sistêmica, ou seja, a competição entre um modo de produção movido pela concorrência inter-capitalista e outro movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies, contratualmente ligadas por laços de solidariedade.*⁹

Oliveira¹⁰ discute a Economia Solidária partindo da atual crise estrutural do capitalismo, cuja face mais visível é a *eliminação de postos de trabalho, aliada ao desmonte dos direitos e conquistas individuais e sociais dos trabalhadores*. Sua análise identifica a forma alienante do trabalho como o ponto de partida da crítica à sociedade capitalista e aponta para a necessidade de um *Novo Projeto Histórico*, já que o atual não garante a reprodução material e cultural adequada para 80% dos cidadãos. Assim, para o autor, a Economia Solidária é uma transição para uma sociedade onde seja possível a construção de espaços de trabalho e de vida, fora do entendimento de apropriação capitalista. Uma sociedade que faça emergir um novo sujeito histórico, resume o autor, é

*Um espaço da diversidade de estímulos à criatividade e à solidariedade na produção da riqueza material e cultural, contendo novas formas de organização produtiva dentro de uma lógica de inclusão, cujos princípios sejam a autogestão e a solidariedade, mais distante possível da órbita de dominação direta do capital e que seja indutor da emergência de um novo sujeito histórico.*¹¹

Essa nova forma de organização social talvez seja uma saída para os colonos dos perímetros públicos de irrigação. A emancipação como autonomia só

⁹ Op. Cit. P 13.

¹⁰ OLIVEIRA, Aécio Alves de. Desenvolvimento do Capital, desqualificação da força-de-trabalho e desemprego: a Economia Solidária em discussão. Fortaleza. *Revista IDT*. Mimeo.

¹¹ Op. Cit. Pg 81. O autor desenvolve, posteriormente, o conceito de *solidarismo* que é o *associativismo aliado a autogestão, mesmo que restrito ao plano econômico, tendo a propriedade coletiva (e não estatal) dos meios de produção como condição necessária*.

se efetivará num contexto de conscientização por parte dos colonos, o que só será possível através do estabelecimento de mecanismos institucionais que ensejem opções por organizações participativas que permitam formular soluções a partir de suas bases. Valendo dizer que a emancipação dos colonos só poderá ocorrer a partir deles mesmos.

Nesse sentido, a sociedade civil aponta opções de uma autonomia, que signifique responsabilidade social, ambiental, política e cultural, de forma a garantir melhorias materiais da comunidade. Em outros termos, a Economia Solidária aponta para uma nova forma de solidariedade que tenha como fundamento a sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

Nas entrevistas feitas com oito colonos, mesmo indagados sobre o projeto de emancipação que o DNOCS estava preparando, não houve nenhuma manifestação a respeito do assunto. Mas não é difícil perceber em suas falas que o desejo de autonomia está presente desde a sua entrada no perímetro. Assim, quando o colono se preocupa com a titulação do seu lote, ele está querendo, na realidade, ter a certeza de que realmente conseguiu uma terra sua, onde possa trabalhar com liberdade, ou seja, plantar o que quiser, comercializar o seu produto no tempo por ele definido, criar o seu "gadim", enfim fazer benfeitorias no que é seu sem correr o risco de amanhã ser surpreendido com medidas arbitrárias. Mas eles têm a consciência de que a saída para os seus problemas não pode ser de forma individualizada.

Diante da crise por que passam os perímetros de irrigação mais antigos, notadamente os implantados nas décadas de 1970 e 1980, e a nova configuração do Estado Mínimo, como fica a situação dos irrigantes do DNOCS? O que significam os seus apelos, quase unânimes, à volta do DNOCS ao Perímetro? Vale destacar a sua expressiva adesão à luta contra a extinção do DNOCS. Eles foram presença massiva nas audiências públicas que as câmaras municipais e as assembleias legislativas do Nordeste promoveram em defesa da Autarquia.

Os depoimentos dos pioneiros deixaram claros os conflitos entre colonos e os técnicos do DNOCS, denunciando a forma autoritária e violenta como eram

tratados .Os relatos dramáticos do senhor Oscar são significativos no que concerne às violências sofridas pelos colonos. Mas é interessante observar que, apesar de relatar todos os dramas sofridos, o colono reatualiza a sua memória e separa a ação dos técnicos da ação do DNOCS como Instituição. A maioria deles reclama a ausência do órgão, pela total falta de condição de produzir: falta água para a irrigação, falta assistência técnica, a estrutura hídrica está precária. Mas qual DNOCS eles querem? Certamente é um DNOCS idealizado, que os ajude a concretizar suas aspirações, sem o ranço autoritário do passado.

Ao reivindicar esse novo DNOCS, o irrigante atualiza a sua lembrança, agora não mais a evocação do senhor Oscar ou do senhor Tomaz de Aquino, mas a memória coletiva de uma categoria de trabalhadores que procuram uma saída para os seus problemas, cuja vertente coincidiu com uma experiência comum: a prática como colonos dos perímetros irrigados do DNOCS.

O ponto crucial suscitado é como os irrigantes enfrentarão esse momento de transformações tão profundas na sociedade que se globaliza, depois de trinta anos de experiência de agricultura irrigada. Certamente, vários caminhos estão sendo abertos. A sociedade civil organizada tem encontrado alternativas de autonomia em relação ao Estado. A Economia Solidária aponta formas de garantir a sobrevivência material, imprimindo uma nova forma de ordem à solidariedade. Nesse sentido, é necessário um Estado menos intervencionista em relação à sociedade civil, não o Estado mínimo do liberalismo, mas que invista mais no social. Assim, as políticas públicas devem estar subordinadas às necessidades da sociedade civil e não às solicitações do mercado.

Com as reflexões aqui elaboradas sobre o mundo dos irrigantes, espero ter ampliado o universo de compreensão do social para além das questões de mercado. Compreender os perímetros irrigados, a partir das memórias dos colonos de Morada Nova, certamente estabelece novas linhas de compreensão e interpretação sobre as experiências na agricultura irrigada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste*. 2 ed. São Paulo/Recife: Cortez /Massanganas. Fundação Joaquim Nabuco, 2001.
- ALBUQUERQUE, Lynaldo de. *Nordeste : O Papel da C&T na Economia Globalizada*. In . seminário " A Reforma do Estado e o Desenvolvimento do Nordeste na Economia Globalizada" – Governo da Bahia/ BIRD /I PEA. Salvador , outubro de 1996.
- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício e. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro. 1984.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. *O Nordeste, o Brasil e o Novo Ciclo de Crescimento*. Versão preliminar. In . seminário " A Reforma do Estado e o Desenvolvimento do Nordeste na Economia Globalizada" – Governo da Bahia/ BIRD /I PEA. Salvador , outubro de 1996.
- ANTONACI, Maria Antonieta. *Atravessando o Atlântico. Memórias de irrigantes espanhóis no fazer-se de São Paulo. Trajetos. Revista de História da UFC*. Fortaleza, vol 1. nº 2, 2002.
- BARBOSA, Ivone. *Sertão :Um lugar Incomum – O sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: ed . Relume-Dumará, 2000.
- _____ *A Experiência Humana e o Ato de Narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação. Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 17, n.º 23, p.293-305. 1997.
- BEZERRA, Evandro. *A Terra e a Irrigação no Nordeste*. Fortaleza: Imprensa da UFC, 1996.
- BOSI, Alfredo. *A Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- BOSI, Ecléa. *Cultura de Massa e Cultura Popular – Leituras de Operárias*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____ *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*. 6 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- BRASIL – DNOCS.- *O Trabalho do DNOCS e o Programa de Irrigação do Nordeste Semi – Árido*. Palestra na Comissão de Agricultura do Senado Federal em 16 de maio de 1978. Ed. Gráfica Alvorada.

- _____ *Proposta e Diretrizes para o Acompanhamento Social em Perímetro Irrigado*, Fortaleza, 1986.
- _____ MINTER-GEIDA – *Programa Plurianual de Irrigação*, vol 3. Brasília. 1971.
- _____ MINTER/DNOCS/Antônio A Noronha. *Avaliação de Resultados dos Perímetros de Irrigação*. Fortaleza, 1979.
- _____ SUDENE- GTDN – *Uma Política de Desenvolvimento Econômico do Nordeste*. 3 ed. Recife, 1978.
- _____ *SUDENE : Vinte Anos – 1959-1979*. Recife, 1980.

- _____ *Pacto Nordeste – Ações estratégicas para um salto do desenvolvimento regional*. Recife, novembro de 1995.
- BRASIL, Ministério do Planejamento. *Exposição do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento*. Ministro João Paulo dos Reis Veloso. Comissão Mista do Congresso Nacional. Brasília-DF, 1971.
- BRASIL, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. *I Plano Nacional de Desenvolvimento*. 1971.
- BRASIL, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral *Exposição do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento*. Ministro João Paulo dos Reis Veloso. Comissão Mista do Congresso Nacional. Brasília-DF. 1971. Cia das Letras. São Paulo. 1995. 6ª edição.
- BARBOSA, Ivone – A Experiência Humana e o Ato de Narrar: Ricoeur e o lugar da Interpretação. In: *Rev. Bras. de História* São Paulo. V. 17, nº33. P.293-305. 1997.
- BURKE, Peter. *O Mundo como Teatro – Estudo de Antropologia Histórica*. Lisboa: DIFEL, 1992.
- BURSZTYN – Marcel, *O Poder dos Donos*. Petrópolis: Vozes, 1884.
- CARVALHO, Abdias Vilar. *Reforma Agrária: União e cisão no Bloco Agrário-Industrial*. In ARAUJO, Braz José. (org). *Reflexões sobre a Agricultura Brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- CARVALHO, Gilmar de - *Madeira Matriz – Cultura e Memória*. Annalebeme, São Paulo: 1998.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de, *O Nordeste e o Regime Autoritário*. São Paulo: Ed. HUCITEC-SUDENE, 1987.

- CHARTIER, Roger. *A História Cultural – Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 1982.
- CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COHN, Amélia - *Crise Regional e Planejamento – O processo de Criação da SUDENE*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFRAS, Ronaldo (org) *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. *O nascimento da fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DIDIER, Bloch. e outras. *Seca 98: Retrato de uma Calamidade Anunciada*. Internet. Recife. Maio de 1998.
- DINIZ, Célio Campolina. *O Nordeste e o Mercosul - versão preliminar*. In . seminário “ A Reforma do Estado e o Desenvolvimento do Nordeste na Economia Globalizada” – Governo da Bahia/Bird/Ipea. Salvador , outubro de 1996.
- ESPLAR – *Relatório sobre o Estudo das Repercussões Sócio - Econômicas do Projeto Morada Nova*. Fortaleza, 1977.
- FISCHER, Izaura Rufino e MELO, Lúcia Albuquerque. *O Trabalho Feminino: Efeitos da Modernização Agrícola*. Recife: Massangana – Fundação Joaquim Nabuco, 1996.
- FREITAS, Célia Maria de. *O Processo de Adaptação de Colonos em Área de Irrigação Planejada: Curu-Paraipaba*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 1984.
- FOUCAULT – Michel. *Vigiar e Punir*, 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FOUCAULT – Michel. *Microfísica do Poder* . 6 ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal.
- FENELON, Déa Ribeiro - O Historiador e a Cultura popular: *história de classe ou história do povo*. *Rev. História e Perspectiva*, Uberlândia, 6-5-23, Jan./Jun. 1992.
- FENTRESS, James e CHRIS, Wickliam – Ordenamento e Transmissão da Memória Social. In: *Memória Social*. Novas perspectivas sobre o passado. Ed. Teorema. 1992.
- _____ *Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa*. *Rev. Proj. História*. São Paulo. (10), dez. 1993.

- FISCHER, Izaura Rufino. *O Trabalho Feminino: efeitos da modernização agrícola*. Recife: Massangana - Fundação Joaquim Nabuco, 1996.
- FILHO, Antônio Luiz Macedo e Silva. *Imagens da Cidade*. Museu do Ceará. Secretaria de Cultura e Desportos do Ceará. 2001.
- GADELHA, José Eduardo. *O DNOCS e suas Atividades nos Perímetros Irrigados*. Fortaleza: DNOCS, 1980.
- GAGNEBIN, Jeannette Marie. *Walter Benjamin- Os cacos da história* 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- GAL, Naphtali – *A Organização Cooperativa e o Desenvolvimento*, Fortaleza: MINTER-BNB-ETENE. 1981.
- GINZGURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes* Ed. Cia das Letras. São Paulo. 1998.
- GOMES, Gustavo Maia, *O Nordeste, o Desenvolvimento e o Estado*. Versão preliminar. In seminário “ A Reforma do Estado e o Desenvolvimento do Nordeste na Economia Globalizada” – Governo da Bahia/ BIRD /IPEA. Salvador , outubro de 1996.
- GONDIM, Joaquim Guedes Correia. *Reflexões sobre as Secas*. Recife: DNOCS, 1984.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ- Secretaria de Agricultura Irrigada. *Projeto Caminhos de Israel*. Fortaleza. 2002
- GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes das Secas*. Fortaleza: 2 ed. Fortaleza: DNOCS, 1984.
- HALBWACHS, Maurice . *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alósia de. *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HUMPHREY, JON e outros. – *Trabalho e dominação*. Petrópolis: Vozes – Estudos CEBRAP, 1985.
- IANNI, Octávio. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo. Brasiliense, 1984.
- JUNIOR, Caio Prado. *A Questão Agrária*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- KLIASS, Paulo - *A Reforma do Estado no Brasil* In . seminário " A Reforma do Estado e o Desenvolvimento do Nordeste na Economia Globalizada" – Governo da Bahia/ BIRD /I PEA. Salvador , outubro de 1996.
- LEAL, Maria do Socorro de Oliveira. *O arrendamento do açude Cedro e a política de açudes do DNOCS*. Dissertação de mestrado em Sociologia do Desenvolvimento. UFC. Fortaleza. 1987.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e votos*. 4 ed. São Paulo: Alfa – Omega. 1978.
- LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.
- LOPES, José Sérgio Leite.(org) *Cultura e Identidade Operária*. São Paulo: Marco Zero, 1983.
- LOUREIRO, Maria Rita. *Cooperativa Agrícola e Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Edusp,1985.
- LOUZADA, Nilson Moulin. *Diferentes Suportes para a Memória*.
- MACEDO, Hypérides Pereira. *A Chuva e o Chão na terra do sol*. São Paulo. Maltese, 1996.
- MARTINS, José de Sousa, *O Cativo da Terra*. 2 ed. São Paulo: Lech, 1980.
- _____ *Expropriação e Violência*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____ *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____ *A Militarização da Questão Agrária*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____ *A Igreja face a Política Agrária do Estado*, in PAIVA. *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Loyola,1985.
- MENEZES, Marilda Aparecida. (org). *Histórias de Migrantes*. São Paulo: Loyola, 1992.
- MINTER-DNOCS. *Palestra do Diretor Geral do DNOCS na Comissão de Agricultura do Senado Federal*.1978. Brasília- DF.
- MOREIRA, Raimundo. *O Nordeste Brasileiro: Uma Política Regional de Industrialização*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.
- MOURA, Margarida Maria - *Os Deserdados da Terra*. São Paulo: Bertrand, 1988.

- NEVES, Frederico de Castro. Economia Moral Versus Moral Econômica *Projeto História*, São Paulo, (16), fev. 1998.
 - _____ . *A Multidão e a História – Saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio e Janeiro: Relume – Dumará, 2000.
 - NORA, Pierre. Entre Memória e História – *A problemática dos Lugares São Paulo*. In: *Projeto História*, nº 10. São Paulo: PUC, dez, 1993.
 - OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma Re(li)gião*. 3 ed. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- _____ *A Economia Brasileira: Crítica à Razão dualista*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- PAOLI, Maria Célia e outros. *Cultura e Identidade Operária. – Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora*. São Paulo: Marco Zero, 1987.
 - PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História..* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
 - POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*.
 - PINTO, Júlio Pimentel. Os Muitos Tempos da Memória, *Rev. Proj. História*, São Paulo, (17), nov.1998.
 - PORTELLI, Alessandra. *Traduções – Formas e Significados na História Oral. Rev. Projeto História*. São Paulo, (14) fev. 1997.
 - _____ *Conferências – Tentando Aprender um Pouquinho – Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Rev Proj. História*, São Paulo, (15), abr. 1997.
 - QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de Queiroz . *Relatos Oraís: do “ Indizível ” ao “ Dizível ”*.
 - RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 67 ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.
 - SAHLINS, Marshall. *Ilhas da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
 - SAMUEL, Raphael. História Social e História Oral. *Rev .Brasileira de história*. São Paulo, v 9, nº 19, pp- 219-243. Set. 89-Fev. 90.
 - _____ *Teatros da memória. Rev. Proj. História*. São Paulo. (14), fev. 1997.
 - SANTANA, Eudoro. *De Terras e de Esperanças – O Caminho de Israel*. Fortaleza: INESP, 1999.
 - SEAGRI – Secretaria de Agricultura Irrigada do Estado do Ceará. Programa Cearense de Agricultura irrigada. PROCEAGRI. Fortaleza: 1999.

- SCHWARZ, Alf. Lógica do Desenvolvimento do estado e Lógica Camponesa. *Tempo Social; Rev. Social.* USP, São Paulo, 2(1): 75-114, 1º sem. 1990.
- SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. *Revista. Proj. História.* São Paulo. (14), fev. 1997.
- SANTANA, Charles D'Almeida. *Farturas e Venturas Camponesas-Trabalho, Cotidiano e Migrações. Bahia 1950-1980.* São Paulo: Annalelume, 1998.
- THOMPSON. E.P. *A Miséria da Teoria.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____ *A Formação da Classe Operária*, 1º vol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____ *Senhores & Caçadores.* 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____ *Costumes em comum – Estudo sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória – Questão sobre relações entre História Oral e as memórias.* *Revista Projeto História.* São Paulo, (15) abr. 1997. PUC-SP.
- VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História.* Edições . 1995
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo Vieira e outros , *A Pesquisa em História.* 2 ed. São Paulo: Ática, 1991.
- WEBB, Kempton E. *A Face Cambiante do Nordeste do Brasil.* Fortaleza: Ed. Apec. 1979.
- WEITZ, Raanan. *Desenvolvimento Rural Integrado.* Fortaleza: BNB-ETENE, 1979.